

Na VERSUS Acadêmica artigos de James K. Galbraith, Ignacio Perrotini,
Alcino Ferreira e Matias Vernengo e Thomas I. Palley sobre a crise do capitalismo

Dezembro de 2008
Ano I Edição Nº Zero

www.versus.ufrj.br

VERSUS

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ



O colapso neoliberal

**Economia mundial
em xeque**

VERSUS **imagem**

Desde setembro as bolsas de valores dos principais centros financeiros tornaram-se o termômetro mais visível da fratura exposta do capitalismo provocada pela crise financeira. A gangorra dos pregões tem produzido imagens desconcertantes de ansiedade, desalento e rarefeitos momentos de euforia nervosa. A instabilidade das ações, que derruba o valor de empresas da noite para o dia, dá a medida do estresse. No Brasil, país da periferia do sistema, a Bovespa vive a reboque dos humores das bolsas dos países centrais. No ambiente de incerteza, os investidores fogem para portos mais seguros, se é que existem.

Luiz Carlos Maranhão
Editor executivo

Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr



OPERADOR DA BOVESPA. Outubro de 2008

Aloísio Teixeira
Reitor

Sylvia da Silveira de Mello Vargas
Vice-Reitora

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Alcino Ferreira Camara Neto
Decano

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca
Vice-Decano

Agnaldo Fernandes
Superintendente

Maria Sílvia Possas
Coordenação Acadêmica - Graduação

Heloísa Pires
Coordenação Acadêmica - Pós-Graduação

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca
Coordenação Acadêmica - Extensão

REVISTA VERSUS

Alcino Ferreira Camara Neto
Editor

Luiz Carlos Maranhão
Editor-Executivo

Elisa Monteiro
Jornalista

Gilson Castro
Diagramação e projeto gráfico

Márcia Rocha de Aquino
Secretária Executiva

Conselho Editorial

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Ferreira Camara Neto;
Aloísio Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de
Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Esteban;
Carlos F.T.M.R de Lessa; Carmem Feijó; Francisco
Amaral; José Antonio Ortega; José Luis Fiori; Matias
Vernengo; Nilo Batista; Rafaeli Di Giogi; Rosélia Piquet
Carneiro; Thomas Palley

2 VERSUS Imagem

Bolsas tornaram-se termômetro do início da crise



Por que VERSUS

Alcino Camara explica o projeto de criação da revista

10 Brasil

José Ribas Vieira, Marcello Cerqueira e Plínio de Arruda Sampaio analisam 20 anos da Constituição



92 Cidade Nua

Observatório de Conflitos Urbanos do IPPUR revela um Rio de tensões

95 Documentário

Filme sobre Celso Furtado faz revelações sobre a vida de um dos maiores pensadores brasileiros

Personagem



20

Carlos Lessa briga pela revitalização do Centro do Rio



80

Trilha

A América do Sul como você nunca viu pelas lentes do fotógrafo Marcos Serra Lima

VERSUS Acadêmica 27

Artigos de James K. Galbraith, Ignacio Perrotini, Alcino Ferreira e Matias Vernengo e Thomas I. Palley discutem a crise do capitalismo

75 Internacional



Atilio Borón: Venezuela, Bolívia e Equador são os países mais democráticos do continente

97 Dois Pontos

Professores do Instituto de Economia da UFRJ lançam livro O Mito do Colapso do Poder Americano

Opinião 98

A senadora Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, diz o que pensa sobre a universidade pública

Por que VERSUS

CCJE lança portal e revista científica interdisciplinar que traz conteúdo para atrair o público externo

Ao expor as razões políticas que inspiraram a criação da Revista VERSUS, dias antes da crise econômica mundial atingir patamares dramáticos*, o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFRJ, Alcino Camara, foi direto ao ponto: “O Brasil vive um regime de discurso único em boa parte das áreas das Ciências Sociais. Queremos questionar isso.”

O professor mirava na doutrina neoliberal que se impôs em setores do pensamento acadêmico. Apenas quatro semanas depois dessa entrevista, a quebra de fundos, seguradoras e bancos de investimentos a partir de Wall Street punha na lona os dogmas da autonomia absoluta dos mer-

cados e da inibição estatal na economia.

O discurso neoliberal havia virado pó.

VERSUS nasce nesse ambiente de incertezas e, possivelmente, de reconfiguração da economia a custos ainda difíceis de dimensionar. O objetivo da revista, explica Alcino Camara, é o de reunir o pensamento crítico das diversas áreas do conhecimento para instigar o debate, entender o Brasil e a realidade internacional a partir de múltiplos olhares.

Na opinião de Alcino Camara, ao se curvar às teses do neoliberalismo, áreas das Ciências Sociais passaram a viver sob o signo da frase da ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher**, que respondia às críticas com um “não fizemos (diferente) porque não há alternativas”. Alcino faz a analogia: “É o que dizem aqui: não há outro remédio contra a inflação senão os juros altos, não há outra alternativa. E exatamente o que se busca dizer é que há

alternativas. A motivação fundamental deste Centro (CCJE) – que viu florescer pessoas como um Santiago Dantas, como um Celso Furtado, uma Maria da Conceição Tavares, um Carlos Lessa e tantos outros – é dizer: há alternativas sim, vamos debater as alternativas.”

O saber para questionar

“Nós queremos usar o saber para questionar o discurso oficial econômico, jurídico, político, social e relações internacionais”, observa o decano e editor da VERSUS. Alcino não esconde a ambição do projeto. “Espera-se que ela estimule, nesse país, a volta de movimentos intelectuais como o Iseb, como foi a Cepal para a América Latina”. E acrescenta: “Vamos expor todos os pontos de vista, trazer para o debate científico tudo aquilo que foi transformado em mágico, não mensurável e não passível de ser

* Alcino Camara e Matias Vernengo assinam artigo na VERSUS Acadêmica sobre a crise

** Ao governo Thatcher (1979 a 1990) se atribui o marco inicial do modelo neoliberal no capitalismo, que emergia de uma de suas crises cíclicas nos anos 1970.

dito. Então, há outras formas de combater a inflação? Há. Qual é a prioridade num país pobre e que cresceu a taxas extremamente inferiores às do centro do planeta e de vários outros países importantes? Um Banco Central, ele deve ser independente da sociedade ou deve ser independente do sistema financeiro? Precisamos saber.”

No campo internacional, Alcino Camara reafirma a linha de questionamento da VERSUS. Cita o quadro político na Améri-

científica com todos os cuidados de um programa de indexação à Capes, um espaço para a publicação de artigos dos professores no ambiente de interdisciplinaridade no qual o CCJE se debruça, ao mesmo tempo que uma parte do conteúdo que envolve entrevista, reportagens, resenhas vai buscar audiência externa.”

Olhar plural

“Nós queremos múltiplos saberes, múltiplos pensares. Na

“**Vamos expor todos os pontos de vista, trazer para o debate científico tudo aquilo que foi transformado em mágico, não mensurável**

ca do Sul. “Será que temos todos que dizer simultaneamente que o Chávez (Hugo Chávez, presidente da Venezuela), o Evo (Evo Morales, presidente da Bolívia) são maus? Não. Temos que ampliar esse debate para as diversas abordagens”, conclui.

Além da edição impressa, a **Revista VERSUS** terá a sua versão online, abrigada no portal VERSUS. “Cuidamos de usar essa mídia mais completa, para atingir um maior número de pessoas, em particular os nossos estudantes”, explica. “Teremos uma revista

verdade acho que a bandeira da nossa revista é a frase de Mão Tsé-tung: ‘Que floresçam as mil flores’, e que floresçam num jardim em que todos possam ver caminhar e que não seja um jardim exclusivo de qualquer rico e poderoso que porventura esteja no comando da cidade, da polis”.

Dependência

“A questão fundamental deste país é: como superaremos o nosso subdesenvolvimento, a nossa dependência. Como um país que

foi concebido como colônia de exploração pode virar independente e rico, não no sentido de milionário, mas no sentido de dar bem-estar ao seu povo. Não existem exemplos históricos disso. Existem países que estavam em situação de inferioridade por uma série de razões, mas não tinham sido concebidos para servir a outros, como é o caso da China, que jamais foi concebida para ser alguma coisa de outrem. Já os nossos países da América Latina foram concebidos dessa forma. Esta é a grande questão fundamental. E o fato de que neste vazio, como dizia Gilberto Freire, que uso num livro que estou fazendo em co-autoria com Matias Vernengo, então Gilberto Freire dizia que “vencidos os jesuítas só sobraram os senhores de engenho, que eram mais poderosos que o Vice-Rei ou que o Bispo”.

Casa-grande e juros altos

“Nós estamos numa situação em que a Casa-grande foi substituída pela conta de juros alta, e a senzala (substituída) pela favela. Como, aliás, também diz o cancionista popular. Eu me lembro de um samba que diz mais ou menos assim: ‘vencemos os grilhões da senzala pra ficarmos prisioneiros dentro das favelas’.* E isso tudo não remete a um país independente, não remete a um grande país, e não é buscar as soluções dos outros que permitirá que nós saíamos dessa situação.

Pior do que isso, nós sequer podemos tão somente, como alguns argumentam, copiar as políticas que esses países mais ricos desenvolveram no passado, que é a antípoda do que eles depois desenvolveram. Nem isso porque quem pregou isso tinha algum grau de independência.

MARCIA ROCHA/GRÃO



ALCINO. Uma mídia para alcançar um número maior de pessoas

Nós temos que pensar como, na verdade, podemos voltar a fazer a Agenda do Estado. A Agenda do Brasil não é a nossa.”

Renda

“E é isso que a gente quer começar na revista, começar pôr a nu. Diz-se que a distribuição de renda melhorou, pinóia! Na ver-

* Referência ao samba-enredo da Mangueira de 1998.

dade melhorou a distribuição entre os salários. Mas se você verificar a distribuição funcional da renda, você verificará que, na verdade, aquilo que é o excedente operacional, ou seja, tudo aquilo que não é salário, só fez aumentar. E não é porque os lucros ou impostos cresceram tanto; o que

demia, que é a **VERSUS Acadêmica**, que é a revista indexada dentro da revista, e tem uma parte que é mais difusão e a gente pretende atingir todo mundo. Óbvio que os nossos sendo atingidos terão, assim por dizer, mais resposta imediata a trazer. Mas isso não quer dizer que outros não possam. Aliás, é um pré-requisito de qualquer revista que se queira indexada, aceitar a contribuição externa.”

Nova etapa

“Agora, espera-se que ela provoque bastante debate. Espera-se que ela, na verdade, suscite neste país a volta de movimentos intelectuais como foi no passado o Iseb, como foi pra América Latina a Cepal. Nós estamos criando um dos pilares do que a gente, pretensiosamente, acredita que possa ser uma nova etapa, o que virá depois dessa industrialização que foi tão dependente. Industrialização que, desde logo, trouxe todas as melhorias dos indicadores sociais que se conhecem. Isso não se deve a nenhum programa social deste ou daquele governo.”

mais cresceu foram os juros. Os juros subiram escandalosamente, e têm subido desde o Real.”

Tesão intelectual

“O que eu espero é que as pessoas tenham muito tesão intelectual naquilo que vão ler e que as motivem para que pesquisem mais, estudem mais, conheçam mais este país, este continente, este mundo. Ela na verdade tem uma parte que é mais intra-aca-

VERSUS
na internet Ouça e assista
ao vídeo dos
principais trechos
desta entrevista
www.versus.ufrj.br

20 anos da Constituição

O pacto pós-ditadura

A promulgação da Constituição de 1988 – resultante do processo constituinte entre 1987 e 1988, cristalizou, no plano jurídico-constitucional – a transição para a democracia no país, depois de duas décadas de ditadura militar. VERSUS convidou o professor da UFRJ e da PUC José Ribas Vieira; o especialista em Direito Constitucional, Marcello Cerqueira; e o ex-deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio para fazerem um balanço de duas décadas da Constituição.



5 DE OUTUBRO DE 1988. Em sessão histórica, Congresso promulga a nova Constituição

“Tenho horror à ditadura. Horror e nojo”

Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em discurso no dia da promulgação da nova Constituição.

20 anos da Constituição

O princípio da Divisão de Poderes no contexto dos vinte anos da vigência da Constituição Federal de 1988

José Ribas Vieira*

1. Introdução

O transcurso de dois decênios da promulgação da Constituição Federal de 1988 estimula a necessidade de pontuar determinados aspectos responsáveis, possivelmente, por gerar impasses institucionais.

Assim, uma das categorias mais marcantes para a compreensão desse contexto de limitação da efetividade do Texto Maior encontra-se no processo decisório e jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04 (Reforma do Judiciário) traduzida no princípio da divisão de poderes. O lugar de destaque que cabe a esse princípio estruturante do Estado nas soluções do conflito da Jurisdição Constitucional no Brasil resulta,

naturalmente, de uma perspectiva político-institucional clássica e decisória do Poder Judiciário, em especial no Brasil. A referida emenda aprofunda esse tensionamento no tocante à função Jurisdicional no país tendo como protagonista o STF. Vale lembrar, a título exemplificativo, o alargamento de atribuições institucionais para Cortes Constitucionais em termos de controle de constitucionalidade, como é o caso da consagração de novos institutos, como o da súmula vinculante e o do princípio da repercussão geral para o Recurso Extraordinário. Esse fortalecimento de uma orientação de vinculatividade traz conseqüências evidentes em termos de “animus” para o STF no tocante aos demais poderes da República. Não esqueçamos, também, que a Emenda Constitucional nº 45/04, ao demarcar entes como o Conselho Nacional de Justiça, acarreta desequilíbrios institucionais dentro do próprio

Judiciário como um todo e em relação mesma com a nossa Jurisdição Constitucional. Tal fato tem obrigado o STF, após a vigência da emenda no tocante ao CNJ, a pronunciar-se sobre questões de autonomia institucional desse órgão de controle do Judiciário. Nesse universo de exemplos, não se pode esquecer que o debate do princípio da divisão de poderes – se não encontra revigorado apenas pela decorrência da Emenda Constitucional nº 45/04, mas também em decorrência de seu contexto de efetivação – vem ocorrendo num momento de profunda crise de legitimidade do Estado brasileiro.

Cabe justificar, nessa análise dessa reforma do Poder Judiciário e suas conseqüências no transcurso dos vinte anos da Constituição Federal de 1988, que deve ser procedida uma reflexão a respeito das decisões judiciais do STF notadamente ao longo do segundo ano de vigência (2007)

da Emenda Constitucional nº 45/04 indagando, entre outras questões, o seguinte: a adoção do princípio da divisão de poderes hoje pelo STF apresentaria tonalidades diferentes em relação a precedentes anteriores a essa mencionada alteração constitucional?; a postura hoje da Jurisdição Constitucional teria respaldo e de que forma estaria dialogando com os marcos teóricos sobre a separação de poderes?

Acredita-se que, para traçar um quadro comparativo das decisões do STF no atual momento com uma retrospectiva anterior à Emenda Constitucional nº 45/04, é necessário iniciar pelo cotejamento com o quadro doutrinário.

2. A doutrina da Divisão de Poderes e o STF

A Teoria Constitucional tem se caracterizado por uma recepção tradicional do princípio da separação de poderes. Dois fatores projetam-se no sentido de superar um tratamento rígido e interpretativo equivocado a respeito do balizamento teórico de pensadores políticos como John Locke e Barão de Montesquieu. Victor Nunes Leal¹ lembra, aliás, que esses pensadores não definiram, adequadamente, esse princípio conformador do Poder Político. De um lado a própria crise do Estado e a da função legislativa e os novos formatos de controle de constitucionalidade no século passado têm impulsionado para uma perspectiva institucional mais flexível por parte da teoria

constitucional. De outro lado, as novas interpretações formuladas pela Teoria Política em termos de leituras mais condizentes com as orientações das linhas de pensamento dos séculos XVII e, respectivamente, XVIII. Tal propósito tem sensibilizado significativamente a teoria constitucional.

É de reconhecer que as decisões do STF mais recentes não se afastam desse quadro de novos rumos tanto da teoria constitucional quanto da teoria política. É o caso, por exemplo, das leituras dos votos do Ministro Eros Grau que, de forma incansável, em especial, destacando o pensamento político-institucional de Montesquieu, assinala a presença de uma abordagem menos rígida sobre a divisão de poderes. Entretanto, se as leituras dadas pela teoria política a esse respeito apresentam uma destinação específica como, por exemplo, em termos de que a separação de poderes em especial no século XVIII estarem vinculadas a uma transição política para evitar rupturas institucionais, no caso da Jurisdição Constitucional brasileira contemporânea, ela é recepcionada, ao contrário, para justificar o alargamento das atribuições institucionais do STF com conseqüências de gerar desequilíbrios da estrutura de poder político como foi prevista nesses vinte anos da Constituição Federal de 1988.

3. Matizes de compreensão da divisão de poderes

A teoria político-constitucional nos tempos atuais trata a divisão

de poderes preocupando-se com determinados pontos estratégicos a saber: 1. a questão de conter os poderes da maioria; a limitação do poder político; por fim, 2 a crise da função legislativa. Nesse ponto assinalado por nós, Victor Nunes Leal destaca, no texto já citado², o reconhecimento de uma crise do estado urgindo uma maior presteza de sua ação. Aliás, esse jurista brasileiro vincula o princípio da divisão de poderes a um aspecto superestrutural no seu sentido político vinculando-o a uma percepção de uma ordem jurídica burguesa.

Depreende-se desse quadro de compreensão da perspectiva de divisão de poderes que ele reflete, naturalmente, momentos históricos com suas próprias especificidades. Em realidade, na categoria estudada nessa análise desponta dois contextos delimitadores da divisão de poderes ou traduziria uma crise estrutural do poder político ou apresentaria as suas interfaces com a presença da constituição.

No geral, em relação às decisões decorrentes de experiências institucionais do “Judicial Review” como é exemplo o STF ou de Cortes Constitucionais na Europa não têm fugido dessa aproximação temática com os questionamento denotado pela referida doutrina nesses universos sociais desenhados. Entretanto, o que essas referidas experiências trariam uma preocupação diferente para o debate da divisão de poderes é o tema de concretizar

* José Ribas Vieira é professor associado do programa de Pós-Graduação da PUC, professor adjunto de Teoria do Estado na Faculdade de Direito da UFRJ e especialista em Direito Constitucional.

direitos. Em referência a Jurisdição Constitucional no Brasil, constata-se da necessidade de proceder uma leitura de precedentes anteriores a citada emenda constitucional (Reforma do Judiciário) em estudo que, possivelmente, algumas questões postas pela teoria político-constitucional são novas na agenda jurisprudencial do STF. Para tanto em termos de destacar um exame mais adensado em que pontos a Justiça Constitucional vem se pondo no tocante ao princípio da separação de poderes, é necessário estabelecer o seguinte quadro de análise sistemática:

a) Interferência nos demais poderes – Nesse ponto o STF é legatária da teoria constitucional americana no sentido de não interferir nas questões políticas dos demais poderes como é o caso do Legislativo.

b) Cabe no item próprio do estudo demonstrar que, antes mesmo da Emenda Constitucional nº 45/04, a Jurisdição Constitucional do Brasil vem flexibilizando esse seu entendimento. Merece atenção os julgados a respeito de CPIs e das mesas do Congresso Nacional. É importante na questão política lembrarmos da doutrina de C.A. Lucio Bittencourt³ bastante consciente da contribuição constitucional americana a esse respeito.

Uma outra linha de raciocínio encontra-se, ainda, nas lições de C.A. Lúcio Bittencourt⁴ na defesa intransigente da percepção constitucional americana da pre-

sunção da constitucionalidade de modo a respeitar a vontade do legislador. Deve-se entender, assim, que todo legislador ao aprovar uma lei “medem e pesam” a sua validade constitucional.

c) A função de legislador negativo. Classicamente é a leitura da obra de Hans Kelsen⁵ sobre o assunto. Complementa-se com o pensamento de Rui Medeiros⁶ numa defesa intransigente desse balizamento institucional com o respeito ao Legislador.

d) O STF vem, entretanto, quebrando essa orientação antes mesmo da mencionada emenda constitucional. Vale lembrar, como exemplos, o caso dos Inativos, a ADPF nº 45 com o Voto de Celso Mello e a discussão da admissibilidade da ADPF nº 54 com o Parecer do então Procurador Geral da República Fontelles fundamentando-se na citada obra de Rui Medeiros. A postura do então Chefe do Ministério Público Federal seguindo as lições do citado constitucionalista português é que não cabe ao STF por meio de interpretação constitucional efetivar uma outra excluyente de autorização de aborto como está prevista no Código Penal de 1940.

e) Na concretização de direitos, ponto este que a teoria político-constitucional não se dedica tanto espaço reflexivo, vem ganhando vulto entre nós no STF antes mesmo da sublinhada emenda constitucional em análise. Este item do estudo está respaldado no exame da trajetória do entendimento

da efetivação, por exemplo, do mandado de injunção. No ano de 2007, o Supremo Tribunal Federal com respaldo nos Mis números 670, 708 e, respectivamente, 712 disciplinou a greve dos servidores públicos. Contudo, a Jurisdição Constitucional atuou mais no sentido de alargar as suas atribuições institucionais do que, em realidade, de concretizar o Direito Fundamental de greve para os servidores públicos. Torna-se claro nessas decisões que há uma concreta mitigação do princípio da separação de poderes:

Nestas matizes assumidas pelo STF, provavelmente, com mais intensidade após a Emenda Constitucional nº 45/04, ainda não vem merecendo destaque que, na divisão de poderes, o Judiciário tem força interveniente para conter os excessos da maioria. Poderíamos pontuar que, no debate da admissibilidade da ADPF nº 54 essa questão aparece. Entretanto, é no caso das CPIs por exemplo, que se denota uma outra abordagem por parte do STF que é a proteção das minorias políticas.

Vale lembrar que, doutrinariamente, na sua obra mencionada Jurisdição Constitucional, Kelsen justifica o controle de constitucionalidade na defesa das minorias. Mas, nesse caso, à exceção do que ocorreu na admissibilidade da citada ADPF não se encontra uma postura explícita do STF em relação a conter os excessos da maioria, o do “assembleísmo”, como alertava Rui Barbosa na sua obra reeditada em 1962⁷, destacando

ter o Brasil adotado o “Judicial Review” para afastar o modelo rousseauiano das forças das assembleias. Nesse ponto, o STF ainda não abriu um canal de revisão do tratamento da divisão de poderes.

4. Conclusão

O estudo empreendido demonstrou que, mesmo antes da emenda constitucional da Reforma do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal já traçava um direcionamento de flexibilização do princípio da divisão de poderes. Tal flexibilização caracteriza-se pela quebra dos balizamentos clássicos enumerados no item 3 da análise. A mencionada

Emenda Constitucional nº 45/04 vem atuando como um elemento a mais nesse adensamento de maior interferência da Jurisdição Constitucional nos demais poderes. Dentro desse contexto do transcurso dos 20 anos da Constituição Federal, fica patente que não se está efetivando a seguinte lição de Canotilho⁸:

O princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania tem, assim, uma função de garantia da Constituição, pois os esquemas de responsabilidade e controlo entre os vários órgãos transformam-se em relevantes factores de observância da Constituição.♥

Notas

1 - O texto de Victor Nunes Leal sob o título “A Divisão de Poderes no quadro político da Burguesia” encontra-se na obra *Problemas de Direito Público e outros problemas*. Brasília: Ministério da Justiça – coleção “Arquivos do Ministério da Justiça”, 1997, página 24.

2 - *Ibidem*.

3 - Vide a obra de C.A. Lúcio Bittencourt, *O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade*. Brasília: pelo Ministério da Justiça – coleção “Arquivos do Ministério da Justiça”, 1997.

4 - *Idem*.

5 - Hans Kelsen, *Jurisdição Constitucional* Tradução do alemão Alexandre Krug. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

6 - Rui Medeiros *A Decisão de Inconstitucionalidade*: Os autores, o conteúdo e os efeitos da decisão de inconstitucionalidade da lei. Lisboa: Universidade Católica de Lisboa, 1999.

7 - Rui Barbosa, *Trabalhos Jurídicos XI* – obras seletas. Rio de Janeiro. Casa Rui Barbosa, 1962.

8 - J.J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional*. Coimbra: Editora Almedina, sem ano, 5ª edição.



SOB PRESSÃO. Antes deste momento de glória, os constituintes foram alvo de lobbys diversos

20 anos da Constituição

Constituição mutilada

A ruptura com a ditadura militar de 64 foi feita através de negociações, como a anterior, de 1946 (ruptura pactuada).

Os setores mais avançados não queriam repetir o modelo anterior e propunham, como se recorda, “Constituinte livre, soberana e exclusiva”. Livre se auto-explica, e com “soberana” e “exclusiva” queria-se dizer que ela não teria funções legislativas ordinárias e que se dissolveria após a promulgação do novo Texto, convocando eleições gerais.

Tal não se deu, e de certa forma embarçou o passo dos trabalhos constituintes. É que naturalmente os interesses de postulantes a uma Assembléia Constituinte são diferentes daqueles “interesses” que pressionam o Congresso no dia-a-dia.

De qualquer forma, a Constituinte foi promulgada e trouxe um aporte significativo de direitos fundamentais e sociais, ao mesmo tempo em que seu texto,

**Marcello Cerqueira é advogado, especialista em Direito Constitucional e autor de vários livros sobre o tema. Na década de 70, foi deputado de oposição à ditadura militar pelo MDB*

por demasiadamente analítico, incorporou normas que mais bem seriam tratadas em leis ordinárias.

Recorda-se que presidente eleito, Tancredo Neves constituiu comissão de estudos para oferecer um anteprojeto de Constituição, que restou conhecida pelo nome de seu presidente, professor Afonso Arinos.

“O desmanche do pacto constitucional produzido pelas forças do mercado e seus subalternos operou-se em fraude à Constituição.

A comissão Arinos inclinou-se para o semipresidencialismo (ou o semiparlamentarismo), nos moldes já praticados na França, desde De Gaulle, e em Portugal (mais mitigado), após a Constituição nascida da Revolução dos Cravos.

Razoável que no projeto Arinos constasse a “medida provisória”, que vai buscar raízes na

Marcello Cerqueira *

“ordenanza” italiana, cultura tão a gosto do saudoso professor. Só que naquele contexto, a medida é expedida por um primeiro-ministro dependente do Parlamento, que o escolheu e a qualquer momento pode derrubá-lo com uma moção de desconfiança.

Transplantá-lo para um regime presidencialista (forte) foi uma insensatez da qual se paga

o preço da desorganização legislativa e mesmo do desequilíbrio entre poderes (Executivo versus Legislativo), pedra angular do princípio de separação de poderes. O excesso de poderes do presidente da República enfraquece e desorganiza o Legislativo, além de abrir passo para situações de exceção (como esse arremedo de “Estado policial” que ora se apre-

senta desenvolvimento e incontrolável). A anomia do poder Legislativo transforma o Supremo Tribunal Federal em legislador, atividade distante de suas atribuições constitucionais.

O espírito que animou a Constituição parcialmente já deixou seu corpo. As reformas mutilaram a Constituição brasileira. As vicissitudes políticas afastaram a prática da aplicação da Constituição dos ideais que a escreveram. A proposta da criação de um Estado Democrático de Direito fundado na soberania, na cidadania, na dignidade, nos valores sociais do trabalho e no pluralismo político foi substituída por um Estado liberal e assistencialista.

Os objetivos fundamentais da República, grafados no art. 3º da Carta Magna, não foram alcançados: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição de 1988, para além de retomar e ampliar a ordem democrática, antes ferida de morte pela ditadura militar, consolida como Direitos – e também os amplia – aquilo que era um misto de conquistas populares e concessões das elites na esfera social. Ela adiciona à cidadania civil e política a dimensão social.

Entretanto, o desmanche do

pacto constitucional produzido pelas forças do mercado e seus subalternos operou-se em fraude à Constituição. A acumulação democrática e social que o processo constituinte (constituição material) fez desaguar na Constituição em vigor é subtraída pela vontade do governo federal conjugada à maioria congressual de três quintos, que modifica o texto ao sabor dos interesses do mercado, de conveniências políticas casuísticas e, sobretudo, de insuportável pressão norte-americana.

No que respeita à soberania nacional, foram suprimidas da Constituição significativas normas de proteção à economia do País: controle da remessa de lucros do capital estrangeiro; controle de empresa nacional; domínio da União sobre o subsolo; monopólio do petróleo, monopólio sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica; monopólio ou controle estatal sobre as telecomunica-

ções. As privatizações selvagens alienaram o patrimônio público e empenharam o futuro na medida em que haveremos de sofrer indefinidamente a remessa para o exterior de lucros de empresas que não exportam bens ou serviços. Quanto aos direitos do cidadão, sua dimensão dá bem a medida do regresso a que o País continua, até hoje, sendo submetido.

Malgrado os retrocessos assinalados, há que saudar que as liberdades estarão plenamente garantidas se excluída a fúria dos “grampos”, que até agora não se sabe a quem verdadeiramente servem. São significativos os avanços no campo da economia, embora o ciclo virtuoso do mercado internacional tenha se encerrado com ameaças de recessão nas principais economias com inevitáveis reflexos em todo o mundo.

Consolidar a Constituição e fazer renascer os ideais que a escreveram. ♡



LIDERANÇA. Ulysses Guimarães negocia com o então ministro da Fazenda de Sarney, Mailson da Nóbrega

20 anos da Constituição

Fruto de uma ilusão

Plínio de Arruda Sampaio*

Todo processo constitucional sucede a um fato político de primeira grandeza: uma revolução, um golpe de Estado, uma alteração substancial na correlação de forças da sociedade. Desde os tempos do João Sem Terra, o conteúdo do texto constitucional depende da natureza e do resultado de um embate político anterior. É este que define quem ganhará direitos e quem perderá privilégios no texto constitucional a ser promulgado.

A restauração do regime democrático anterior ao golpe de 1964 teve início na metade dos anos mil novecentos e setenta com a crise do sistema capitalista internacional, que alterou profundamente o panorama econômico e político mundial.

Nos anos mil novecentos e oitenta, as combativas organizações populares, fruto da longa,

penosa e perseverante resistência de alguns setores da população durante os anos de chumbo da ditadura, estavam fortalecidas e exigiam que a participação popular no processo de democratização fosse bem mais ampla do que o centro e a direita estavam dispostos a aceitar.

O ingresso desse novo ator na arena política criou um dilema para os promotores da estratégia: por um lado, a participação das organizações populares na delicada negociação exigida para a recomposição da ordem civil constituía "per se" uma ameaça aos seus privilégios; mas, por outro lado, uma certa presença de massas populares reclamando democracia nas ruas constituía um elemento indispensável para que o grupo de Geisel pudesse dobrar os radicais das forças armadas.

A posição dos militares e da oposição de centro explica em boa medida o desenrolar do processo constituinte, mas não foi o fator mais importante desse processo. O que de fato o determinou foi a crise de identidade que atingiu a burguesia brasileira nos anos mil

novecentos e oitenta, em decorrência das mudanças ocorridas na economia mundial.

A vitória do neoliberalismo em todo o Primeiro Mundo revelou a burguesia brasileira que, na nova divisão internacional do trabalho, sua função passava a ser meramente a de uma economia primário-exportadora, tal como fora até 1930. Na nova ordem neoliberal, havia se evaporado as condições que, no pós-guerra, possibilitaram a construção de economias industriais e de Estados nacionais nos países da periferia do sistema. Para sustentar o modelo nacional-desenvolvimentista então ainda vigente, a burguesia brasileira teria que fazer dois movimentos simultâneos: de um lado, romper os laços de dependência que faziam dela um apêndice do sistema capitalista internacional; de outro, estabelecer um novo pacto com a massa trabalhadora, outorgando-lhe mais direitos e mais participação.

A presença das massas populares nos comícios das Diretas apontava para a radicalização do processo de redemocratização

- perspectiva que não interessava nem à direita nem às forças de centro. Por isso, no momento crucial da campanha das Diretas, os principais políticos do centro abandonaram a esquerda e uniram-se aos militares e à direita, formando informalmente uma nova frente – a "frente de centro-direita" –, que aceitava a eleição do Presidente civil pelo Colégio Eleitoral controlado pelos militares.

Desse modo, a campanha das Diretas terminou com a vitória de uma nova coligação: a coligação do centro com a direita para limitar a participação popular.


Essa nova coligação sofreu percalços, quando as principais lideranças da Arena recusaram-se a apoiar a candidatura presidencial do deputado Paulo Maluf e bandearam-se para a oposição aos militares. Formou-se então a chapa Tancredo Neves (PMDB)-José Sarney (ex-Arena), de feição mais centrista, porém igualmente comprometida com a fórmula da democracia restrita.

O ziguezague da burguesia

mostra que ela não contava com nenhum partido suficientemente forte para imprimir uma direção clara aos embates para a recomposição do poder civil. No outro pólo político, o movimento popular, embora aguerrido, também não tinha condições de radicalizar sua pressão, de modo a promover uma ampla democracia.

Essa correlação de forças explica o processo constituinte e a característica principal da Constituição de 1988: sua ambigüidade. Essa ambigüidade se traduz, por um lado, em reforçar a ordem burguesa, na medida em que constitucionaliza o direito de propriedade, a livre iniciativa, a herança, a livre concorrência – institutos basilares do regime capitalista; por outro lado, ordena a essa burguesia que garanta a existência de uma sociedade livre, justa e solidária, capaz de garantir a soberania nacional, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Trata-se, pois, de uma Carta social-democrata com tonalidades nacionalistas.

O breve resumo histórico das idas e vindas do processo de elaboração da Constituição-Cidadã impõe a conclusão de que o texto promulgado em 1º de outubro de 1988 foi o fruto de uma ilusão. Baseava-se no falso pressuposto de que a nova ordem econômica e política neoliberal, então hegemônica em todo o mundo capitalista desenvolvido, ainda não havia fechado as portas para o prosseguimento de projetos de construção nacional nos países da sua periferia.

Contudo, apesar da ilusão, a saga da constituinte não foi inútil, porque, embora não tenha sido possível sustentar o texto inicial, ainda subsistem alguns dispositivos constitucionais que asseguram a vários setores populares melhores condições de resistência contra o avanço do capitalismo neocolonial. 

VERSUS
na internet
www.versus.ufrj.br



DISPUTA. Grupo de parlamentares debate em uma das comissões temáticas da Assembléia Constituinte

Fascínio pela cidade

CARLOS LESSA.
Diante do Casual
Retrô, na Rua do
Mercado

O professor Carlos Lessa reformou um quarteirão na esquina da Rua do Rosário com a Rua do Mercado – um conjunto de sobrados do século XIX –, herança de seu bisavô. O gesto faz parte da árdua tarefa a que se entregou em busca da revitalização do centro histórico do Rio, àquela parte da cidade nas cercanias da Praça XV. A região envolve um conjunto de ruas e construções que testemunharam a remota história da cidade nos tempos da colônia, depois sede do Império e capital da República.

Essa é uma das muitas histórias que o economista, ex-presidente do BNDES e ex-reitor da UFRJ contou à equipe de VERSUS num café da manhã no seu casarão do Cosme Velho. Impressionou os interlocutores com uma espécie de passionalidade santa e a vitalidade com as quais se envolve nas causas em que acredita. Na área dos sobrados reformados, Lessa já inventou eventos como “poesia no poste” e um movimento de muralistas que teria a missão de vestir o Rio de cores.



paixão de Lessa pelo Rio de Janeiro virou livro. Ele é o autor de *O Rio de Todos Os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima*, volume da Coleção Metrôpoles, lançado pela Editora Record. O texto é um mergulho nos encantos e adversidades da Cidade Maravilhosa vista pelo ângulo afetivo, mas também através da perspectiva do desenvolvimento urbano do Rio.

O interesse de Carlos Lessa pela questão urbana nasceu ainda na década de 1960. O golpe militar o encontrou como vice-diretor da Cepal. Teve que sair do Brasil para não ser preso. Foi para Santiago do Chile, sede da instituição, numa leva de intelectuais que incluía Fernando Henrique Cardoso. Lá, além de ser professor, foi representar a Cepal no Centro Interamericano de Vivenda e Urbanismo. “A partir daí me apaixonei pelo tema de habitação e cidade”, recorda. “A cidade é o máximo da civilização urbana, é onde você cria o homem socializado. Onde você tem exatamente a instituição do coletivo e da cidadania. E a cidade passou a me fascinar.”

Quando retornou ao Rio, Lessa ingressou no MDB (então partido de oposição à ditadura), e, na condição de militante, começou a conhecer a cidade mais profundamente. “Ajudei a Pastoral de Favelas, ajudei dona Neuma na Mangueira. Aí as coisas foram se multiplicando, e daquela percepção que eu tive na juventude de que a sociedade brasileira era uma sociedade injusta com a sua gente, eu cheguei a uma conclusão muito simples: a elite brasileira é uma porcária. A elite do

saber, do poder e do ter. Porque ela é complacente com o *status quo*,” relata. Em contrapartida, segundo Lessa, o povo brasileiro “é admirável, porque consegue sobreviver a essa elite”.

Neopopulista

Carlos Lessa diz que, a partir desse contato mais profundo com a cidade e o seu povo, passou a desenvolver uma postura que chama de neopopulista, “porque eu acho que o povo brasileiro mantém dentro de si a civilização

FAVELAS. Lessa conta que as favelas sempre estiveram presentes desde quando era criança, morador da Lagoa. Jogava bola com os garotos da Catacumba



EMAS

brasileira não por uma posição revolucionária, mas por um longo aprendizado”. Por esse olhar, o professor afirma ter começado, a partir de então, fazer diversas de descobertas intelectuais curiosas. “A favela, por exemplo, não era problema, era solução. A favela não era desestruturada; a favela era absolutamente organizada. Aí tinham intelectuais sul-americanos que estavam descobrindo as mesmas coisas nas barreadas de Lima, ficamos muito amigos, trocamos idéias.” Lessa relata que essas descobertas o fizeram retornar à sua infância.*

Depois de conhecer as entranhas da cidade, ele explica que sua inquietação com a realidade ganhou dupla dimensão. “A

paixão pelo Brasil que foi focando com muita intensidade na minha cidade, que eu conhecia melhor do que qualquer outro e que eu estudava por todos os ângulos. O Rio de Janeiro começou a ser, digamos assim, o porto urbano que eu mais devassava. Consegui fazer até tipologias de favelas.”

A miséria em Recife

No início de sua vida profissional, Carlos Lessa teve o seu primeiro contato mais próximo com favelas e comunidades pobres. Foi durante o governo de Miguel Arraes na prefeitura de Recife. “Fui parar no Recife quando o Arraes era prefeito. E Arraes foi trabalhar num plano de desenvolvimento para a cidade e me coube fazer a introdução. Então eu resolvi conhecer Recife, e fui para as favelas da periferia”. Ele Não esquece sua perplexidade: quando eu vi aquela gente vivendo daquela maneira, pensei: uma sociedade que faz isso é uma sociedade errada na sua essência.”

“Até então”, recorda Carlos Lessa, “a minha visão das favelas era quase que como uma visão paradisíaca.” Ele confessa que descobriu a miséria e a degradação da pessoa humana em Recife e ficou com uma revolta brutal. “Eu virei crítico do sistema sem nunca ter sido politizado pela esquerda. A minha reação inicial foi basicamente uma reação ética. Por trás de mim estava minha mãe, que sempre achou que era necessário ajudar os pobres.”

*O ex-reitor da UFRJ nasceu na Gávea, filho de dois cariocas. Mas quando ainda pequeno, aos 6, 7 anos, seus pais se mudaram para uma residência na Lagoa Rodrigo de Freitas. “Eu fui vizinho de favela desde pequeno”, conta. “Na ocasião, a mais importante de todas era a Favela da Catacumba, mas também tinha a favela onde agora é a Selva de Pedra.” A sua inabilidade para o futebol o fez aproximar-se com admiração dos meninos da favela. “Era um péssimo jogador, e no bairro nós batíamos peladas nas ruas e os meninos da favela eram disparados os melhores jogadores. Eram meus heróis, até porque eles tinham sexo, experiências sexuais, coisas que a gente não tinha.” Aos olhos do menino bem nascido, os garotos da favela pareciam “muito mais experientes, safos, espertos, bons jogadores, e eu me achava, em muitos aspectos, perdedor perante eles”.

Brilhantes e conservadores

Carlos Lessa se formou economista pela Universidade do Brasil em 1959. “O meu curso era um curso convencional de Economia, dado por alguns professores muito brilhantes, mas extremamente conservadores, tipo Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões. Tinha uma figura que não era economista que dava aulas deslumbrantes e era menos conservador, o Santiago Dantas (foi ministro de João Goulart). Fui também aluno do Roberto Campos. A turma dos principais, vamos dizer, liberais conservadores brasileiros foram meus professores. Para vocês terem idéia, tive um curso inteiro sem que Keynes tivesse sido apresentado à gente. E Marx foi descartado sob a justificativa de que propunha uma coisa que era idiota, que era dizer que os salários só podem aumentar em cima da diminuição dos lucros. O que estou querendo contar é que eu tive um curso de má qualidade.”

Lessa por Lessa

Portal na internet

“Sabe que eu fico nervoso com essa história de portal. Eu não gosto de ter as pessoas à distância, gosto de segurar, olhar no olho, eu gosto de segurar livro, segurar papel. Eu estou condicionado fisicamente a ter contato com o saber. No saber abstrato, o tato é fundamental, o contato com a folha.

A idéia de ter toda a biblioteca dentro de um trequinho assim me parece uma violência. E o cheirinho de mofo?”

Computador

“Você sabe que eu nunca consegui operar propriamente uma máquina de escrever? Eu fui um razoável catador de milho, com os dois dedos. Eu usava aquelas maquininhas Olivetti, daquelas verdinhas. Imagino que a violência era muito grande porque elas duravam seis ou sete meses. Aí eu jogava fora. Eu nunca poderia passar para o computador assim.”

Cachaça

“Gosto das cachaças de boa qualidade. Eu entendo disso pra burro. Fui fazendo uma coleção, e quando cheguei a trezenas entreguei ao Casual Retrô (restaurante de sua propriedade na Rua do Mercado), com direito a beber sem pagar. Eu e os meus amigos.”

Aposentadoria

“Eu pessoalmente odiei me aposentar. Acho a compulsória uma estupidez. As pessoas são como vinho, alguns são imbebeíveis desde o início, são para serem jogados fora ou servem no máximo para cozinhar – e ainda assim cozinham mal. Os bons vão melhorando com a idade, quando velhos, aprenderam tudo sobre como lidar com os alunos, como motivar turmas.”

Juventude

“O capitalismo faz muitas maldades, uma delas é a atual de dizer que ser jovem é bom. Ser jovem não é bom ou ruim. Ser jovem é uma passagem na vida das pessoas que obviamente é extremamente interessante pelas descobertas, pelas observações, pelas arrogâncias, pela energia do corpo etc.

Por outro lado, é uma fase de insegurança brutal, e pegar o jovem e dizer ‘você que é feliz porque é jovem, vai ficar muito pior com o tempo, faz com que passe a ele inconscientemente a idéia de que é muito ruim viver. Faz parte da lógica do capitalismo converter tudo que é durável em não durável. Isto está ferrando com as futuras gerações.”

Elites

“A elite brasileira é uma porcaria. A elite do saber, do poder e do ter. Porque ela é complacente com o *status quo*.”

Sabor de Rio Antigo

Carlos Lessa é um dos responsáveis pela revitalização do centro histórico do Rio. Uma

combinação de fatores fizeram com que o professor se engajasse na missão. O interesse pela história e pelo urbanismo, o fato de profissionalmente já ter pensado um plano estratégico para a cidade e motivos familiares. Mas foi principalmente a alma carioca do economista, seu amor pelo Rio de Janeiro, que moveu suas ações. Ele conta a sua saga. “Desde meu bisavô que a família era dona de duas casas num trecho da Rua do Rosário. Mas estavam podres, porque o quarteirão todo estava podre.” Segundo Lessa, o descaso com a cidade levou muitos pedaços do tecido urbano, principalmente do Centro do Rio. O economista observa que “a mudança do governo federal para Brasília e a transferência do centro financeiro do Rio para São Paulo, tudo isso foi matando o centro”.

Durante um certo tempo Lessa foi coordenador do 1º plano estratégico feito na América do Sul em grande cidade. “César Maia se elegeu prefeito e o Luis Paulo Conde era o Secretário de Urbanismo. O Conde, que era



professor universitário da FAU. E o Conde queria trazer pra cá a tecnologia de Barcelona e me chamou para coordenar o projeto." O plano, faz questão de ressaltar, não era da Prefeitura. Era da Prefeitura, da Associação Comercial e da Firjan. "E aí eu fiz um diagnóstico da cidade do Rio de Janeiro, levei um ano nisso. Conversei com mais de 300 entidades, até associação de travessos da Lapa, quer dizer, desde representantes de banco suíço a qualquer coisa." Uma das diretivas claras do projeto era a revitalização do Centro.

Corredor Cultural

Nesse contexto, Lessa afirma que ficava incomodado daquele imóvel que tinha sido do seu bisavô estar quase em ruínas. "Aí eu resolvi recuperar o prédio porque a Prefeitura criou o Corredor Cultural e retirou todos os velhos quarteirões do Rio, de desapropriação. Eu não consertava a casa que tinha sido dos meus bisavós por uma razão muito simples, porque tinha ameaça de demolição." A partir daí, conta, começaram as obras para recuperação dos dois imóveis. "Nessa recuperação, me oferecem uma parede que tinha caído de outra casa, eu achava a parede linda, comprei o

imóvel do lado. Aí fui descobrir que tinha sido a sede do 1º Banco do Brasil. A sede do Banco do Brasil de Dom João VI."

Em seguida, Lessa adquiriu os dois casarões vizinhos, um deles, segundo ele, abrigou um bordel entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial comandado por

“ Aquela região, ao lado da Lapa, é hoje uma das mais charmosas da cidade do Rio de Janeiro

uma francesa chamada Lili. Esse imóvel foi recuperado também. "Aí eu ganhei gosto e resolvi recuperar a rua toda, no trecho da Rua do Rosário que vai pra Rua do Mercado." Tem restaurante, livraria, tudo abrigado nos imóveis de Lessa. Num dos casarões, Lessa abriu o Casual Retrô.

"Aí aconteceu uma coisa formidável: enquanto estava fazendo isso, eu não me dei conta, na Rua do Ouvidor também começou um movimento de recuperação. E aí o negócio virou fogo e a região agora é uma das mais charmosas do centro do Rio. Houve uma recuperação da Lapa, houve uma recuperação das cercanias da Praça Mauá e houve a recuperação da Rua do Rosário", festeja.

Poesia no Poste

Carlos Lessa pôs a imaginação para funcionar e inventou várias atividades, como a poesia no poste e o movimento de muralistas no Rio. Lessa conta como funciona o Poesia no Poste: "Uma vez por mês, usando um determinado poste que existe lá, nós fazemos uma apresentação pública de poesias de um poeta morto. Fizemos uma programação, que é a seguinte: 20, 25 minutos de poesias de um poeta morto, depois abre-se para poesias de poetas presentes declamarem e é isso aí."

A mobilização de muralistas resultou num manifesto inspirado na seguinte idéia: vestir o Rio com as cores que o carioca ama. Lançamos o movimento e propomos trazer o mar de volta pra cidade. Porque a Perimetral rompeu a relação harmoniosa que a cidade tinha com a Baía de Guanabara, uma violência. Então nós não podemos colocar abaixo aquele monumento, mas podemos lembrar pra todo mundo que está no centro do Rio, que existe o mar.♥

VERSUS
na internet
Leia e ouça
trechos deste
depoimento
www.versus.ufrj.br

A crise do capitalismo

Implicações políticas e de segurança da crise financeira : um plano para a América

por James K. Galbraith

A economia dos EUA pós-Bush: a questão que temos que enfrentar

por Thomas I. Palley

A crise financeira e suas consequências na periferia

por Alcino Ferreira Camara Neto e Matías Vernengo

La Crisis de Financiarización y su Impacto en México

por Ignacio Perrotini Henández

VERSUS
ACADÊMICA

Agradecemos a M. E. Sharpe pela autorização para re-publicar os artigos "Policy and Security Implications of the Financial Crisis" de James K. Galbraith e "The U.S. Economy After Bush" de Thomas Palley, que apareceram originalmente em Challenge Magazine Vol. 51 No. 6, Nov/Dec 2008.

Implicações políticas e de segurança da crise financeira: um plano para a América

James K. Galbraith

Nos dias 16 e 17 de junho passados, tive o prazer de reunir-me em Paris com um grupo excepcional de observadores privilegiados do sistema financeiro. A reunião, internacional e não-partidária, foi convocada conjuntamente pelos Economistas pela Paz e Segurança (EPS) e pela Iniciativa para Repensar a Economia (IRE). Eu presidi mais de dois dias de discussões¹.

Minha tentativa aqui será reproduzir a tendência geral ou o centro de gravidade dos nossos debates sobre algumas questões importantes, sem (pelo menos em grande medida) comprometer nenhum participante nem uma visão em particular. Assim, o que lerão a seguir é tecnicamente minha opinião, embora tente refletir, da melhor maneira possível, a interpretação muito mais ampla e de maior autoridade de um grande e notável grupo de economistas.

1. Alcance e gravidade da situação financeira

A profundidade e a severidade da crise financeira em curso constituíram o mais importante consenso inicial da reunião de Paris. Os participantes destacaram a crise atual de todos os eventos financeiros desde os anos 1930, incluindo as crises das dívidas dos anos 80 e as crises russa e asiática do fim da década de 90 do século XX. Um deles qualificou a crise em curso como “de época” e “histórica”. O que distingue essa crise das outras são três elementos combinados: (a) ela surge nos Estados Unidos, que é o centro e não a periferia do sistema global; (b) reflete o colapso de uma bolha numa economia marcada por bolhas repetitivas; e (c) a bolha em questão perpassou a estrutura financeira de um modo único, complexo e irremediável, pela via da securitização.

A crise em curso é uma crise global com origem nos Estados Unidos. Isto implica que ela

questiona a governança do crédito na economia global, até então centralizado nos EUA, e a nossa reputação para manejar o sistema forma aberta e justa. Um dos participantes da reunião disse que é uma crise “da legitimidade do G1”. Se o sistema financeiro global com centro nos EUA, e no dólar como moeda de referência, vai continuar existindo por muito tempo é uma questão em aberto para o grupo.

Enquanto alguns na reunião interpretaram a origem da crise como uma questão de desequilíbrio macroeconômico — poupança e investimento de um lado, déficit comercial de outro — a maior parte optou por uma visão mais sombria. Esse grupo majoritário reconhece que o país que é o centro do sistema financeiro mundial precisa manter déficits em conta corrente — caso contrário não haveria divisas em dólar para o resto do mundo ter reservas. A crise explode quando o mundo perde a confiança no sistema que se apóia na valorização do dólar, devido à percepção de instabilidade, mau gerenciamento e corrupção, o que leva a um colapso da autoridade reguladora e da ordem no mercado.

Bolhas são endêmicas no capitalismo, mas depois do início dos anos 30 elas deixaram de ser predominantes. Em seu lugar, a industrialização e a tecnologia tomaram a dianteira. Foi só em fins dos anos 90, com o boom da tecnologia da informação, que as considerações de ordem financeira — incluindo o surgimento do venture capital e o fluxo acentuado de capital para os Estados Unidos depois das crises da Ásia e da Rússia — voltaram a impor a direção para a economia como um todo. O resultado foi cruel e instável — vastos investimentos em, por exemplo (dark broadband), seguidos de um colapso financeiro —, embora não isento de méritos sociais redentores. A economia prosperou, alcan-

çou-se o pleno emprego sem inflação. E muito da broadband sobreviveu para uso posterior.

A mesma coisa não poderá ser dita das consecutivas bolhas da era Bush, no mercado imobiliário e agora nas commodities. A bolha imobiliária, deliberadamente fomentada pelas autoridades que deviam regular o setor, empurrou para lá do ponto sem volta o até então duradouro modelo americano de financiamento à casa própria. Isto vitimou uma ampla e vulnerável parcela da população. Os efeitos sociais da crise imobiliária se estendem para um setor muito maior do que aquele que perdeu suas moradias e chegam a uma ampla classe de americanos com bom crédito e hipotecas normais, cujos imóveis vêm tendo seus valores “comidos” pela turbulência. Enquanto isso, as casas abandonadas ficam vazias, de tal maneira que o que foi construído pelo capital é realmente destruído pelo desuso.

Assim que a bolha imobiliária estourou, sobreveio a bolha das commodities, acentuadamente do petróleo, dos grãos para alimentação humana e dos metais básicos. Esta é uma bolha especulativa, que não pode ser explicada por “fundamentos”: os preços do petróleo mais do que dobraram no último ano, enquanto a demanda total pelo produto subiu muito pouco. As altas de preços simultâneas na energia, na alimentação e nos metais revelam uma origem comum no terreno das finanças. Mudanças na legislação financeira, inclusive as que propiciaram as chamadas brechas da Enron², dos swaps³ (ambas as mudanças introduzidas na lei na virada do século por iniciativa do então senador Phil Gramm⁴) e a brecha de Londres⁵ (a London loophole, causada pela negligência calculada por parte da Commodities Future Trade Commission), incentivaram especulação financeira com

as commodities. A revelação da brecha legal que permitiu operações de risco no mercado de commodities em moeda estrangeira (a London loophole), no início de 2006, somente prenunciou a fase explosiva da bolha, e provavelmente não foi mera coincidência.

Nos setores de energia e de alimentos, as forças financeiras se chocam com uma oferta inelástica, razão pela qual esta bolha pressiona os índices de preços ao consumidor enquanto as duas bolhas anteriores não tinham esse efeito. A relativa estreiteza dos mercados para os quais o dinheiro é drenado assegura que os efeitos macroexpansivos sejam nulos. Preços mais altos se convertem em custos mais altos. Onde há reação de oferta no curto prazo, como na produção de carvão e na agricultura intensiva, incluída aí a conversão de grãos em etanol, essas respostas são também ambientalmente destrutivas. A resultante concentração de riquezas nas mãos de barões do petróleo e latifundiários é profundamente corruptora. E, por fim, a alta combinada do petróleo e dos grãos nos países pobres leva inexoravelmente à crise alimentar, à fome e a um desastre humanitário, político e ambiental. A bolha vai arrefecer, claro, depois que esses efeitos já tenham sido sentidos.

A securitização é uma prática antiga, criada nos Estados Unidos quando o governo patrocinou empreendimentos como Fannie Mae e Freddie Mac⁶. É a grande explicação para o sucesso da política de habitação norte-americana desde o New Deal. Mas a questão é até que ponto pode ir a securitização? Em que ponto ela escapa do controle? Está claro até o momento que empréstimos habitacionais fora dos padrões não podem ser securitizados com segurança, porque a qualidade do crédito e também o valor dos ativos não podem ser confiavelmente medidos. Além

do mais, no ambiente regulatório dos últimos anos (quando, como observou William K. Black, determinações políticas impuseram limites às coletivas de imprensa), práticas de empréstimos normais e prudentes ficaram fora de moda. A crise imobiliária foi provocada pelas avaliações fraudulentas dos imóveis, um fato que foi subestimado e depois estimulado pelas agências. “Ninguém viu o imbroglío imobiliário”. Agora a integridade de todas as partes do sistema, da origem dos empréstimos às subscrições e avaliações de riscos, fica na berlinda.

Fraude provoca decepção, porque é uma traição à confiança. E confiança é o que sustenta as avaliações num mercado repleto de especializados instrumentos de débito, entidades financeiras paralelas, fora do alcance da regulação, e transações de balcão. A confiança encontra-se agora em colapso. O resultado, nas palavras de John Eatwell, é que a crise financeira provocou um congestionamento no mercado — uma sistemática indisposição das instituições em aceitar as condições para o crédito de suas contrapartes. Isso é especialmente grave onde a contraparte que busca o crédito não tem nenhuma ligação direta com o emprestador no último elo da cadeia. E assim a crise naturalmente irrompeu nos elos do sistema que estão fora da supervisão direta dos bancos centrais. Em outras palavras, a desregulamentação foi um vetor da crise financeira.

O economista e físico Ping Chen relacionou o fenômeno a uma questão teórica mais ampla: a lógica de mercados eficiente e agentes racionais, baseada no movimento browniano, é um erro. Mercados financeiros sem regulação dependem de informação e redes sociais que são inerentemente instáveis e potencialmente explosivas.

O recado que essas três questões dão ao pró-

ximo presidente dos Estados Unidos é bastante claro. Ninguém no grupo tem a expectativa de que a crise esteja superada, nem mesmo esteja sob certo controle, em janeiro de 2009. No momento não há dúvidas sobre as prioridades imediatas: maiores gastos do governo, ação rápida contra a onda de perdas de moradias e retomada dos bens hipotecados e ação mais rápida contra a especulação financeira com commodities são tarefas para encabeçar a lista do que fazer. Mas os problemas financeiros não terão acabado. E isso significa que uma expansão benigna do crédito, tal como se deu sob Clinton a partir de 1994 e durante toda sua presidência, não é uma possibilidade no momento.

Ao contrário, a nova administração vai enfrentar uma situação de demanda interna similar em muitos aspectos àquela vivida no começo dos anos 90 sob a administração do primeiro George Bush, quando os bancos e outras instituições creditícias — profundamente prejudicadas pela terceira crise mundial de débito do início dos 80 — optaram por ficar com um vasto portfólio em bônus do Tesouro dos EUA e reconstruir seu capital se valendo de uma curva de rentabilidade íngreme. Eles não retomaram a concessão de empréstimos para expansão comercial e industrial antes de 1994, cinco ou seis anos depois do pico da crise de crédito. No entanto, quando a curva de rentabilidade vai fazer um novo movimento abrupto é uma questão sem resposta no momento.

A próxima administração não viverá no ambiente confiável de preços estáveis que, predominando desde o início da década de 80, possibilitou a expansão de demanda não-inflacionária que trouxe uma situação de pleno emprego em fins dos anos 90. Todos os passos nessa direção correm o risco de serem sabotados pela instabi-

lidade nos preços do petróleo e das commodities básicas e pela fragilidade do dólar. Forças politicamente hostis haverão de se valer dessas vulnerabilidades para desencorajar e tentar derrotar uma política sistemática, do próximo presidente, em favor do crescimento econômico ou de um novo rumo para o desenvolvimento.

Esta é, por exemplo, a conseqüência óbvia da auditoria do FMI para os Estados Unidos, recentemente anunciada e sem dúvida aprovada pelo Departamento do Tesouro. Picos de inflação serão alardeados pelos arautos do juízo final de Washington e Wall Street. Em outras palavras, um problema que nasceu da desregulamentação, da má administração e da corrupção do setor financeiro pode passar a ser percebido, com o discurso político americano, como uma questão de gerenciamento dos recursos públicos e de irresponsabilidade. Se isso acontecer, será um grande desafio para a liderança do presidente, que deverá mostrar habilidade para impor o crescimento econômico num curso realmente novo e mais construtivo e para lidar com temas críticos tais como o déficit em infra-estrutura, energia e mudanças climáticas.

Por essas razões, o grupo de Paris concluiu que os problemas no setor financeiro deverão ser prioridade da próxima administração dos Estados Unidos, como parte de uma política econômica mais ampla. A crise financeira deve ser tratada pela raiz, que não é outra senão a razão de ser, o funcionamento e a governança das instituições financeiras e seus órgãos reguladores. Permito-me acrescentar a esta conclusão o meu ponto de vista: como desafio político, será necessário não perder de vista a origem financeira da crise econômica maior e, para tal, será essencial um vigoroso programa de supervisão e uma reforma da regulação financeira.

2. O instável ambiente macroeconômico

A economia americana foi movida, nos anos 90, à base da expansão do crédito, voltada para investimentos em tecnologia da informação, e, a partir de meados dos anos 2000, fundamentalmente para o crédito imobiliário, que impulsionou a construção e, em grande medida, sustentou o consumo da classe média. Essas fontes da expansão da demanda estão agora exauridas e começando a retroceder. Ao mesmo tempo, fortes altas nos preços dos combustíveis e dos alimentos vêm dilapidando o poder de compra e provocando adiamentos em todas as formas de consumo e investimento que possam ser postergadas. Esses elementos pesam na (alegada) queda abrupta nas vendas de automóveis, registradas no último verão do Hemisfério Norte.

A demanda efetiva norte-americana em 2008 tem sido alimentada pelo crescimento dos gastos públicos. O corte na taxa de juros realizado em janeiro teve um grande mas momentâneo efeito nas compras dos consumidores em maio — um choque leve na demanda total, uma vez que parte se desviará para importações. O crescimento nas despesas do governo, especialmente em defesa, está cumprindo um importante papel, como os dados do segundo trimestre confirmam. Outro fator importante é o efeito das baixas taxas de juros sobre o valor do dólar para a demanda externa por produtos norte-americanos. Todos esses vetores de crescimento da demanda estarão ausentes em 2009.

Some-se a isso o fato de que os estados e municípios já começaram, em meados do verão de 2008, a executar planos de austeridade orçamentária, impostos pela queda nas projeções de valor dos imóveis, queda nas previsões de arre-

cação de taxas imobiliárias e estagnação das receitas com tributos sobre as vendas. Ao mesmo tempo, não há mais empréstimos lastreados em valor de imóveis, fundos de aposentadorias e pensões comprados em papéis lastreados em hipotecas estão sem cobertura e o investimento privado vai acompanhar o consumo em sua curva descendente. Há muito pouca probabilidade de que qualquer novo vetor de incentivo à demanda surja no setor privado. Enquanto tecnicamente uma recessão pode ser evitada em 2008, a recessão será inevitável em 2009 se não forem tomadas medidas mais eficazes.

Dada a realidade de que as moradias esvaziadas e não-vendidas (a menos que diretamente destruídas) vão ficar disponíveis no mercado por um longo tempo, há uma chance mínima de recuperação do mercado imobiliário a curto prazo. Tampouco é provável que uma expansão dos empréstimos a uma camada mais ampla da população seja lastreada em valores de imóveis residenciais. Uma recuperação do mercado imobiliário não deve realmente ser projetada para o horizonte do próximo mandato presidencial. Algo de bom pode acontecer, sim, por razões muito imprevisíveis, tal como o boom da tecnologia da informação nos anos 90. Mas depender de um desdobramento tão feliz seria somente uma profissão de fé. Mais exatamente, não haverá boas notícias no front dos mercados de crédito privados em 2009, 2010 e 2011. Conseguir que haja crescimento econômico por alguma outra via será, então, o principal objetivo da política econômica.

A única outra via conhecida é a política fiscal, e isso coloca duas questões: que grau de crescimento nos gastos públicos será necessário e em que prazo?

Clama-se agora por um “segundo pacote de

estímulo”. Isso decorre do fato de que o primeiro pacote, se levado adiante, terá efeitos necessariamente de curta duração. Mas a mesma coisa vale para o segundo pacote. E, depois das eleições, sobreviverá a coalizão política que neste momento apóia o estímulo de curto prazo? Se não sobreviver, o que pode acontecer?

Se a análise anterior é correta, o capital político do novo presidente corre o risco de se dilapidar rapidamente numa série de esforços de curto prazo, que não farão outra coisa se não dar fôlego de meses à economia. Uma vez que não ressuscitarão o crédito privado, todos esses esforços serão vistos, em última instância, como “muito pouco e muito tarde” e contabilizados como fracassos. Uma política de reações repetitivas no terreno da taxa de juros só fará minar a grande reputação do país. Afinal, é pouco provável que o resto do mundo continue financiando alegremente um país cuja política econômica consiste em assinar cheques para os consumidores.

Qual é a alternativa? É assumir logo de início e de uma vez uma estratégia de longo prazo, baseada inicialmente no investimento público, que vise à reconstrução da infra-estrutura física dos Estados Unidos, uma reforma dos nossos padrões de uso da energia, e a desenvolver novas tecnologias que enfrentem o desafio das mudanças climáticas e outros temas candentes. O objetivo também é apoiar aqueles que foram prejudicados pela inevitável explosão da bolha da era Bush, mas fazê-lo de forma eficaz — com seguro-desemprego, distribuição de receitas para apoiar e expandir os gastos dos estados e municípios com serviços públicos, capacitação profissional, apoio à realocação no mercado de trabalho e programas de emprego. A idéia é fomentar, num prazo que pode ir de cinco anos a

uma geração, uma realocação dos investimentos privados em direção a atividades complementares àqueles objetivos públicos maiores já determinados. Isto convencerá o resto do mundo de que vale a pena financiar os Estados Unidos.

Como já dito, esta estratégia terá que ser posta em prática num ambiente hostil, de instabilidade nos preços do petróleo e dos alimentos. No entanto, seria um erro interpretar essa instabilidade como potencialmente inflacionária, no sentido normalmente utilizado para invocar a necessidade de respostas de política monetária. Vale lembrar que os salários não mudaram nem subiram; o salário real, aliás, caiu — e bastante — à medida que os preços das commodities subiam. Tal como Ben Bernanke reconheceu em discurso recente, nada nos movimentos atuais dos índices de preços pode ser atribuído aos salários. Nas palavras de Bernanke, “a evidência empírica para essa ligação [entre alta de preços e salário] é menos definitiva do que nós gostaríamos”. (O grifo é meu.)

Por esta razão, nenhum defensor da fórmula-padrão monetarista está chamando o governo à responsabilidade de combater a inflação. Aquela fórmula, afinal, foi criada para um mundo onde a política do Federal Reserve (pelas sendas da “credibilidade”) era atuar para prevenir altas de salários excessivas. Mas não se registraram altas excessivas de salário no último quarto de século. O que está acontecendo, em vez disso, é uma bolha de preços criada justamente nos mercados financeiros! Não há prestador que tenha temido taxas de juros mais altas. Não há player no mercado de energia que tenha sido impedido de pressionar os preços do petróleo pela ameaça de que alguém pudesse pagar alguns pontos percentuais a mais de juros num empréstimo bancário seis meses ou um ano adiante.

A política do Federal Reserve — contra a parede de uma economia enfraquecida e de preços de commodities instáveis — depara-se agora com uma crise de objetivos e uma escassez de instrumentos. O Fed pode “combater a inflação” elevando juros para segurar o dólar e o custo das importações. A isso Luiz Carlos Bresser Pereira chamou de “populismo com a taxa de câmbio”, um fenômeno familiar na América Latina, atrativo para líderes políticos, mas corrosivo para o desenvolvimento. Se o Fed escolher esse caminho, os canais normais de recuperação da economia estarão bloqueados, e, além disso, os mercados financeiros vão se desfacelar. Assim, uma defesa do dólar pela simples via da política monetária é insustentável, mesmo a curto prazo.

Outra possibilidade é que o Fed continue a lidar com a crise financeira, fornecendo liquidez como prioridade zero, caso no qual o dólar vai parar onde quer que determine o consenso internacional entre os detentores de reservas. Nessa situação, uma espiral, não de salários e preços, mas de crescentes preços de commodities, seguidos de queda do dólar, pode não ser totalmente controlável.

Nenhuma das duas opções é atrativa e é claro que alguma outra coisa precisa ser feita. Mas o quê?

Existe um mantra segundo o qual o presidente não comenta as ações do Fed. Mas na situação atual, o comentário é necessário. Um comentário adequado, acerca do papel maior da política monetária, não chega a ser uma interferência na rotina das tomadas de decisão, ou seja, na rotina do FOMC (sigla em inglês para Comitê Federal do Mercado Aberto). Ao contrário, o comentário deve expressar o ponto central da realidade: o Federal Reserve e outros órgãos de regulação

financeira falharam em suas responsabilidades nas últimas décadas e agora eles têm que recuperar essas responsabilidades.

A razão de ser de um sistema regulatório é regular. Isto é, subordinar as atividades de um setor intrinsecamente instável e predatório aos objetivos sociais superiores e, assim, impedir uma situação em que os interesses financeiros ditem políticas aos governos. Foi exatamente isto que, no entanto, nós permitimos que acontecesse. A tarefa do Fed e de outras agências responsáveis é agora, em parte, restabelecer quem é que manda. Especificamente, é preciso reconstruir as regras do jogo financeiro, combater a instabilidade no setor, debelar a bolha das commodities, reduzir o enorme monopólio da renda nas mãos do setor financeiro, estabelecer novos termos para a administração do crédito e para gerar capitais para investimentos produtivos nos setores em que estes são mais requeridos. Estas são as tarefas do Fed, embora tenham dimensões internacionais e inter-agências.

Só quando a especulação financeira for domada, serão desarmadas as forças que estão pressionando o preço das commodities. Só quando estas forças forem desarmadas, a atividade de fixar as taxas de juros se tornará administrável. Nós viemos acreditando, durante anos e anos, que “a inflação é, em qualquer tempo e lugar, um fenômeno monetário” e que esse fenômeno só poderia ser causado ou freado pelo Fed. Mas não é assim! A inflação não é em qualquer lugar nem sempre o pecado do dinheiro fácil. Ela pode ser (e é neste momento) um fenômeno financeiro, provocado pela especulação descontrolada com commodities e pelo enfraquecimento do dólar. Isto tem que ser enfrentado com ações que mudem diretamente o modo como o mercado funciona, em particular os fundamen-

tais mercados de energia e de alimentação. Não pode ser gerenciado com escalada nas taxas de juros, a menos que se subam as taxas em dose altíssima, com custos enormes para a economia real.

Além de restaurar uma regulação efetiva, o governo tem outras armas. Especificamente, há um estoque estratégico de petróleo. Por que não vender parte dele e “queimar” os especuladores da energia, como Paul Davidson propôs? E se é sensato para os Estados Unidos usar sua reserva estratégica dessa maneira, é certamente sensato para outros países estocar grãos (se houver no mercado) para estabilizar o preço da comida. Estas medidas são instrumentos adequados para combater a instabilidade de preços em que vivemos hoje em dia. Assim também para o dólar: uma defesa unilateral e agressiva da moeda americana, que provocaria medidas similares do Banco Central Europeu e de outros grandes player, poderia provocar uma verdadeira “corrida rumo à depressão global”. A alternativa é uma ação coletiva para estabilizar as principais moedas, inclusive o dólar, com respeito de umas pelas outras. É disse que tratarei no próximo capítulo.

3. O futuro do sistema financeiro internacional

O grupo de Paris tem entre seus membros vários experts em estrutura e governança do sistema financeiro e monetário internacional. Quase todos dizem que o sistema atual está com grandes problemas e que grandes mudanças estão no horizonte, ou mesmo são iminentes. Ficou aberta a questão sobre se essas mudanças virão de uma evolução passo a passo ou mais diretamente de uma reforma. Não houve consenso so-

bre a estrutura ideal do novo sistema, mas certas linhas do debate foram muito reveladoras.

O sistema financeiro internacional hoje vigente sofre de duas falhas estruturais. Em primeiro lugar, fracassou em garantir estabilidade, além de previsibilidade, para a atividade econômica normal. Os fluxos financeiros determinam quase que completamente os vaivens das taxas de câmbio, fazendo esses movimentos intensamente aleatórios, imprevisíveis e sujeitos à manipulação, enquanto as principais redes financeiras carecem de transparência, submetidas a grandes riscos sistêmicos.

Em segundo lugar, o sistema não fornece um marco regulatório em que cada país isoladamente possa ter suas próprias estratégias de desenvolvimento, crescimento e pleno emprego. Ao contrário, o sistema impõe aos países uma disciplina draconiana e um desempenho errático. Não por acaso os maiores casos de êxito econômico no mundo em desenvolvimento — a China e a Índia desde 1980 — são precisamente os dois países que não lançaram mão de créditos bancários no sistema, permanecendo isolados de choques financeiros. Desde fins dos anos 90, a esses dois países somaram-se outros (principalmente a Argentina) que perceberam que muitas vezes a estratégia financeira mais eficiente é se descolar do sistema.

Neste contexto instável e caprichoso, os Estados Unidos gozaram de uma posição altamente privilegiada, especialmente desde 1980, como estado emissor da moeda de reserva. Por quanto tempo o dólar poderá manter essa posição é uma incerteza seriíssima para os Estados Unidos. Mas a mesma incerteza desafia o mundo, cuja maior parte é muito bem-servida pela moeda de referência e especialmente por ser ela dos EUA. Foi justamente porque os Estados Unidos

quiseram manter uma demanda efetiva alta, mesmo que violando qualquer contenção que se pudesse imaginar em seu balanço de pagamentos, que o mundo pôde crescer e até viver certo boom desde 2001. Os Estados Unidos puderam fazer isso porque suas dívidas são denominadas em sua própria moeda e a taxas de juros baixas.

Uma mudança para um sistema multi-polar acabaria com essa vantagem para os EUA. Seria, ademais, extremamente arriscado porque esse sistema não tem o consumidor-como-elo-final-da-cadeia. Se nenhum país ou região quiser (ou puder) se endividar, os outros não poderão buscar um crescimento baseado em exportações para atingir o pleno emprego. A maior parte do mundo entende isso e, na prática, a maior parte do mundo apóia os Estados Unidos nesse papel. O perigo real, então, não é o desafio externo à liderança americana, mas a decadência e a desordem vindas de dentro.

O sistema erigido em Bretton Woods tentou lidar com a instabilidade por meio do controle de capitais. A idéia era manter os players privados do mercado internacional sob supervisão, com uma moeda global, um sistema de compensação unificado para contas internacionais, e um sistema de ajustes que favorecia os países superavitários em crescimento em detrimento dos deficitários em contração — o que colocava todos os players em direção ao pleno emprego. A Carta de Havana, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que nunca chegou a ser implementada, acirrou a necessidade desse tipo de ajuste assimétrico, protegendo países em desenvolvimento dos rigores do livre comércio. Alguns no grupo de Paris são favoráveis a um retorno a essa visão como ponto de partida para o desenho de um novo sistema. Muitos vêem tal proposta como inatingível e procuram, em seu

lugar, objetivos mais pontuais, como um melhor controle da instabilidade e uma tendência maior em direção ao crescimento e alto emprego, ou seja, a cura para as falhas do sistema e não a sua substituição como um todo.

Todos os debatedores consideram que a sobrevivência do sistema baseado no dólar como reserva depende diretamente da reputação dos Estados Unidos, em particular em três áreas. A primeira, geopolítica: os Estados Unidos tornaram-se preponderantes no terreno financeiro depois da Segunda Guerra Mundial porque foram reconhecidos como liderança do mundo não-comunista. Os EUA ofereciam segurança ao mundo e recebiam privilégios financeiros, em contrapartida. Nos anos posteriores à Guerra Fria, está ficando cada vez mais claro que os EUA já não garantem muita segurança aos demais estados, ao mesmo tempo em que se transformam numa fonte de instabilidade aos olhos de muitos. O país não pode pagar o preço dessa mudança perdendo sua posição financeira.

A segunda área em que a reputação é importante é na da governança financeira: os EUA conquistaram a proeminência no mundo das finanças em parte devido a uma convicção largamente compartilhada de que os mercados financeiros americanos eram comparativamente limpos, estáveis e transparentes. Obviamente essa reputação passou a ser grandemente questionada nos anos recentes. As incertezas resultantes não afetam a liquidez dos bônus do Tesouro, mas afetam o valor do dólar e a atratividade dos papéis denominados em dólar como reserva.

Em terceiro lugar, os Estados Unidos vieram sustentando sua preeminência financeira graças à sua liderança tecnológica. Investidores vão onde as coisas estão acontecendo. Isto foi parti-

cularmente visível em fins dos anos 90, quando os EUA atraíram fluxos de capital porque eram o único país em que se dava o boom tecnológico. Esse patrimônio foi parcialmente desperdiçado, mas pode ser recuperado. Recuperar isso será o maior desafio do próximo governo.

Esses temas fundamentais estão sob a cortina de fumaça de um discurso regulatório internacional superficial, segundo o qual os problemas de fundo do sistema financeiro são transparência, informações claras e melhor gerenciamento de risco pelas empresas — a Agenda II de Basileia. Este programa ignora o risco sistêmico. Mas o risco sistêmico num mundo em transformação é a questão central e inevitável. Enquanto o FMI, como órgão de governança financeira global, é uma força exaurida, desacreditada pela sua ideologia rígida e serviço assimétrico prestado aos estados credores. Não é de se estranhar que os países em desenvolvimento não queiram mais trabalhar com o FMI.

Participantes do grupo de Paris provenientes da China, da Índia e do Brasil enfatizaram que os acordos financeiros regionais e, em alguns casos, novas instituições já estão nascendo. (Claro que a Eurolândia é o exemplo maior disso.) Europa à parte, esses acordos não visam fixar taxas de câmbio, mas possibilitar zonas de gerenciamento e previsibilidade, mediante uma combinação de redes de troca de ativos (swap) e controle de capitais, especialmente dos capitais que ingressam em seus mercados. Moedas regionais ou sistemas unificados de compensação, na Ásia e na América Latina, parecem cada vez mais viáveis. Isto vai promover estabilidade econômica regional e reduzir a demanda por reservas em dólar, mas com conseqüências adversas para a estabilidade econômica norte-americana. A menos que algo seja feito. Muitos desses acor-

dos e novas instituições nasceram em grande medida fora do controle dos Estados Unidos.

Então, o que os Estados Unidos devem buscar? Nossos debates deixaram três grandes lições de casa para a próxima administração na Casa Branca:

- Em primeiro lugar, o papel de emissor da moeda de referência que têm os Estados Unidos deve ser preservado, tanto quanto e durante tanto tempo quanto for possível, se não puder ser preservado indefinidamente. Este objetivo pode ser mais bem alcançado por meio de uma coordenação explícita entre os grandes players: os EUA e seus maiores credores nos mundos desenvolvido e em desenvolvimento. Aqui o papel da China é central. Os Estados Unidos serão simplesmente obrigados, pela força das circunstâncias, a buscar uma acomodação com a China que preserve, por tanto tempo quanto for possível, um relacionamento que traz grandes vantagens para ambos.

- De forma geral, os EUA têm que aceitar tanto a inevitabilidade quanto os benefícios dos blocos regionais de estabilização, que têm potencial para mitigar o risco de crises financeiras em boa parte do mundo emergente, permitindo desenvolvimento econômico sustentável. Mas em troca, as regiões emergentes e suas instituições devem concordar em sustentar o dólar, mantendo as posições de suas reservas na moeda americana e investindo nos Estados Unidos.

- Por último, reservas excessivas em dólar podem ser reduzidas mediante a gradual retomada da liderança tecnológica pelos EUA, especialmente na área de transformação energética. Vender o que produzimos é o que vai permitir a transição, se inevitável, do país da hegemonia financeira à condição de um “país normal”. É interesse de todos que essa transição, se inevi-

tável, aconteça da maneira mais suave e lenta possível.

4. Prioridades políticas dos Estados Unidos

Como exercício final, o grupo de Paris foi chamado a se debruçar sobre quais seriam as principais prioridades da política americana para o próximo governo, diante da atual situação econômica e financeira. O debate resultou num consenso considerável em pontos fundamentais.

O próximo governo vai enfrentar situações críticas em duas áreas: petróleo e mercado imobiliário. É evidente que os esforços para controlar a crise de inadimplência nas hipotecas e a maciça deflação dos preços das moradias ora em curso têm sido atropelados constantemente pelo agravamento crescente do grau da crise. As estimativas chegam a apontar 10 milhões de donos de hipotecas “enforcados” e uma perda de US\$ 6 trilhões nos patrimônios em imóveis. E a questão tem um componente de tempo importantíssimo: quanto mais moradias são devolvidas e abandonadas, pela inadimplência das hipotecas, mais danos irreparáveis se impõem ao mercado, multiplicando e aprofundando o problema também para os que ainda não perderam as moradias, tanto quanto para os que já perderam. Uma política efetiva para acabar com as retomadas de imóveis e manter as famílias em suas casas é a mais urgente prioridade. Se o próximo governo não conseguir barrar a maré crescente de perdas de moradia, nenhum outro problema será solucionável. Por essas razões, é preciso criar urgentemente uma nova HOLC (sigla em inglês de Companhia de Crédito para Donos de Imóveis) e uma nova Resolution Trust Corporation (RTC)⁷.

Se as bolhas do petróleo e das commodities não tiverem acabado até janeiro, trazendo esses

preços a níveis razoáveis, será necessária ação imediata também nesse terreno. Tal como a crise das *saving & loans*⁸ impôs uma regulação às instituições de poupança e empréstimo, a crise atual das commodities deve impor uma re-regulação aos mercados futuros. São necessários alguns passos técnicos prévios, especialmente fechar as brechas abertas pelos chamados *loopholes* da Enron e de Londres (tal como está sendo feito) e estabelecer limites nos mercados de commodities para os seguros de risco de crédito. De forma mais abrangente, como observado acima, o novo governo pode vender petróleo das reservas estratégicas (tal como foi feito durante a operação “Tempestade no Deserto”, na primeira Guerra do Golfo, e logo depois do Furacão Katrina). Assim que os preços do petróleo baixarem, devem ser estabilizados num patamar razoável: a política não deve ser petróleo barato, mas petróleo precificado de forma sensível, para promover a conservação energética e não empobrecer a classe média.

A nova administração na Casa Branca pode também trabalhar com as nações produtoras de alimentos para reduzir restrições e tapumes às exportações. Mas, tal como no caso do petróleo, os preços dos alimentos devem resultar de um compromisso com novas políticas globais que visem a estabilizar a oferta e o preço dos produtos básicos. Uma vez que as medidas tenham efeito, cessará a pressão sobre o Fed para que este defenda o dólar ou, pior, produza a profunda recessão que seria necessária para reduzir drasticamente a demanda por comida e petróleo.

Essas medidas tenderão a neutralizar os especuladores e a forçar as instituições financeiras a segurar seus ativos especulativos para reconhecer suas perdas. Isto tem que ser feito e, em nome de uma recuperação econômica, isto tem que ser feito o quanto antes! Segundo a visão do grupo de Paris, as maiores perdas, em caso

de desmantelamento da bolha das commodities, não seriam dos bancos, mas dos fundos de hedge, dos fundos de private equity e de outros mecanismos de especulação — perdas que o sistema como um todo pode suportar. Não há necessidade de pânico. Será mais fácil reconstruir o sistema financeiro do que curar as imensas mazelas urbanas e suburbanas que surgirão caso não se resolva a crise imobiliária, sem falar nos danos causados pelas condições de fome impostas a alguns países.

Poderes de regulação são uma questão de vontade e determinação tanto quanto de nova legislação. Vontade de atuar é o que pode acabar com a profecia auto-realizável segundo a qual governos (nesta área) são intrinsecamente submissos à complexidade dos mercados. O próximo governo deve agir rápido para reparar o imenso dano sofrido infringido à sua capacidade regulatória nos últimos anos. Ele deve se esforçar para voltar a regular as áreas que deixaram se tornar “buracos negros” de regulação. O próximo governo deve indicar reguladores fortes para as próximas vagas na direção do Federal Reserve e nos demais órgãos. Ele deverá reconstruir as equipes das agências, pagando o suficiente para reter os talentos, incluindo experts do mais alto nível. Ele precisará contratar pessoal suficiente para recuperar competência sistêmica e evitar os fanáticos. O país precisa de um sistema regulatório eficiente e em funcionamento, não uma plataforma para as carreiras de uns poucos novos Rudolfs Giulianis.

Um pacote de estímulos de curto prazo pode ser inevitável, dadas a aflição econômica e a necessidade de uma vitória política rápida nessa área. Mas deve ser encarado sem ilusões. A economia não vai retornar ao crescimento normal à base de um mero pacote desse tipo. Os gastos públicos na próxima gestão, além disso, deverão ser resultado de uma política de longo prazo

e estarem focados na construção de instituições necessárias na longa duração. Assim, a distribuição das receitas gerais para apoiar os serviços públicos de estados e municipalidades, um banco para a infra-estrutura nacional, um programa energético e ambiental, tudo isso deve ser concebido como parte de uma estratégia de longo prazo que estabilize a demanda, gere empregos e restabeleça as bases tecnológicas para a liderança americana e o eventual ressurgimento dos EUA como principal exportador para os principais mercados.

Para completar, uma vez que a crise financeira vai fazer estragos nos valores das aposentadorias e pensões privadas, o próximo governo deverá considerar as medidas necessárias para expandir o número de beneficiários da Seguridade Social, assim como para estabilizar em patamares seguros as receitas dos idosos.

Capital para longo prazo é adequadamente financiado com débitos de longo prazo. De modo que provisões para pagamentos futuros no gerenciamento do orçamento não podem ser impeditivos para medidas na direção apontada. Mas não há nenhum drama em programas aumentos progressivos de impostos para os próximos anos, com o objetivo de manter sob controle as projeções de déficits orçamentários. Se as circunstâncias permitirem, esses aumentos podem ser revogados antes de entrarem em vigor.

Foi um consenso fundamental das nossas discussões em Paris que essas medidas não podem ser encaradas, ou tomadas, de forma independente da posição financeira dos Estados Unidos. Obviamente, um ataque especulativo vitorioso contra o dólar poderia comprometer a implementação ordenada dessa e de qualquer outra estratégia. Igualmente óbvio é que uma defesa unilateral do dólar por meio de uma onda de altas de juros poderia agravar seriamente os problemas da economia real.

A saída para esse dilema — a única saída — reside numa coordenação e colaboração multilateral, um esforço conjunto dos EUA e seus credores. E isso significa que a próxima administração da Casa Branca deve voltar, rapidamente e com um compromisso confiável, ao mundo da segurança coletiva e das decisões compartilhadas, mundo que a administração Bush se dedicou a abandonar. Uma retirada ordenada do Iraque sinalizaria ao mundo com veemência a intenção do governo norte-americano de passar a jogar sob outras regras do jogo.

Segurança coletiva, em síntese, não é simplesmente um slogan. É o núcleo do nosso futuro financeiro e da nossa segurança econômica — segurança que não pode ser garantida pela via da unilateralidade. Somente um esforço coletivo poderá manter os credores dos EUA comprometidos com a estabilidade do sistema de reservas denominadas em dólar, por um prazo suficiente para permitir que se dê o round seguinte da transformação econômica dos Estados Unidos. Inversamente, a incapacidade de compreender as dimensões financeiras e econômicas do militarismo unilateral é um caminho certo para o fracasso das estratégias econômicas e políticas do próximo governo. Os dois principais problemas que temos — como manter a liderança americana em boa parte do mundo e como lidar com nosso poderio bélico — não podem ser separados um do outro.

Segurança coletiva é, no entanto, algo mais do que meramente um meio de reduzir riscos e instabilidades. É a pedra fundamental para as muitas transformações físicas da economia que estão por vir. É particularmente óbvio que a base militar do poder internacional na qual os EUA continuam a se apoiar está ultrapassada, e já há várias décadas. Tal como o Iraque demonstrou a muita gente, inclusive aos militares profissionais, poderio militar sozinho não traz mais esta-

bilidade e segurança — isso sem falar nos custos sociais e humanitários daquela postura. Embora parte de nosso complexo industrial-militar continue a crescer e florescer, estamos carentes de talento tecnológico e capacidade para resolver qualquer aspecto do nosso problema energético. Mudar a base do nosso sistema de segurança para uma nova, baseada nos equipamentos militares, é um passo-chave para tornar novamente disponíveis esses recursos humanos.

E a mesma coisa vale para outros países. A China, por exemplo, fez há longo tempo uma opção energética pelo carvão em parte porque as térmicas a carvão são espalhadas pelo território e utilizáveis para fins militares. Num mundo seguro, aquele país pode muito bem optar por desenvolver seu vasto potencial hidrelétrico, tal como os então invulneráveis EUA o fizeram na década de 30. Energia hídrica não emite carbono, mas é muito exposta do ponto de vista militar. Uma redução estável dos temores bélicos no mundo é passo-chave para incentivar mercados que têm potencial para resolver problemas coletivos em grande escala.

Resumidamente: desde o início, o próximo presidente dos Estados Unidos vai se deparar com situações agudas que requererão ação imediata, especialmente em petróleo e no mercado imobiliário. Ele pode esperar vitórias iniciais nessas áreas, mas como pontos de partida para programas intermediários de longo prazo. Para o médio prazo, a chave será construir instituições e restaurar uma regulação efetiva e competente do sistema financeiro, tanto nacional quanto internacional.

A longo prazo, a meta deve ser a transformação da nossa base energética e a solução para nossos desafios climáticos — a reconstrução da América, nada menos que isso. E isso só pode ser realizado num novo ambiente financeiro internacional, que será possível com a volta

às tomadas de decisão multilaterais e compromissos coletivos também multilaterais. O povo americano está pronto para isso. O presidente precisa estar preparado para explicar ao mundo que liderança da comunidade internacional — liderança em ações coletivas e em grande escala — é o verdadeiro destino dos EUA. Não é em temas fúteis mas em grandes esforços que uma

grande nação encontra seu futuro, sua razão de ser, seu lugar na História, e prosperidade, assim como segurança, para seu povo.

VERSUS ACADÊMICA
na internet

www.versus.ufrj.br

Participantes no Seminário dos Economistas pela Segurança (EPS) e Instituto para Repensar a Economia (IRE) sobre Finanças e Segurança, Paris, 16 e 17 de junho de 2008:

Dos Estados Unidos:

BLACK, William K.: University of Missouri-Kansas City. Black é criminologista, advogado, ex-regulador e foi quem denunciou o envolvimento, em 1989, de cinco senadores americanos num esquema de proteção a um proprietário de uma instituição de poupança e crédito que fazia operações irregulares (uma saving & loan), durante a crise dessas instituições. O caso ficou conhecido como Keating Five.

DAVIDSON, Paul: New School University, editor do Journal of Post Keynesian Economics.

GALBRAITH, James: University of Texas at Austin e membro do EPS.

GUTTMANN, Robert: Hofstra University e Centre d'Economie de l'Université Paris-Nord

HARVEY, Thea: diretor da EPS.

KREGEL, Jan: Levy Economics Institute of Bard College e University of Missouri, Kansas City. Trabalhou para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

ROSSER, Barkley: James Madison University, editor do Journal of Economic Behavior and Organization.

WEBSTER, Lucy Law: EPS.

Da França:

BLIN, Arnaud: do Fórum por uma Nova Governança Mundial.

CALAME, Pierre: Charles Leopold Mayer Foundation.

CHAVAGNEUX, Christian: Editor de Alternatives Economiques.

DEMBINSKI, Paul: Observatoire de la Finance.

FONTANEL, Jacques: Centre d'Etudes sur la Sécurité Internationale et les Coopération Internationales, Université Pierre-Mendès-France, Grenoble.

GNOS, Claude: Université de Bourgogne.

JACQUET, Pierre: Agence Française de Développement e Cercle des Economistes.

KALINOWSKI, Wojtek: IRE.

LALUCQ, Aurore: IRE.

PARGUEZ, Alain: Université de Besançon.

RAVEAUD, Gilles: Université Paris 8 Saint-Denis.

Outros países:

AGARWALA, Ramgopal: Research and Information System for Developing Countries, Nova Déli. Exfuncionário do Banco Mundial em Pequim.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos: Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Ex ministro da Economia do Brasil.

CHEN, Ping : Centro de Pesquisas Econômicas da China, da Universidade de Pequim e do Centro por uma Nova Economia Política, da Universidade de Fundan.

EATWELL, John: presidente do Queens' College, University of Cambridge.

LIETAER, Bernard: Pesquisador do Center for Sustainable Resources of the University of California at Berkeley.

NOTAS:

(1) A reunião foi promovida pela Charles Leopold Mayer Foundation for Human Progress, por generosa iniciativa de Pierre Calame e Aurore Lalucq. Uma lista completa dos participantes encontra-se no anexo. Este ensaio será publicado no Challenge, Novembro/Dezembro 2008.

(2) Enron loophole, ou brecha da Enron, foi uma emenda adendada ao Commodity Future Modernization Act (Ato de Modernização do Mercado Futuro de Commodities), de dezembro de 2000. A emenda retirou do alcance da regulação financeira governamental as operações de balcão com contratos futuros de energia. Obra de eficiente lobby da Enron, a brecha é conhecida por ter possibilitado a maquiagem nos balanços que viria a provocar a quebra da companhia energética.

(3) Swaps loophole é o nome pelo qual se conhece um conjunto de normas expedido pela Commodity Futures Trading Commission (CFTC) que liberou os bancos de investimento da necessidade de apresentar relatórios e limites (em relação a seu patrimônio) nas operações futuras, particularmente as de seguro para risco de crédito (swap credit default), diferentemente do que se exige de outras instituições. A brecha permitiu que fundos de pensão fizessem acordos com os bancos de investimento e esses, então, aplicassem os ativos dos fundos em incontáveis contratos futuros.

(4) Phil Gramm, senador republicano (exdemocrata), foi assessor econômico do candidato John McCain.

(5) London loophole, ou brecha de Londres, é como é conhecida a falha no Commodity Exchange Act, de 1936, que regulamentou as transações

no mercado futuro de commodities, com limites e supervisão dos órgãos reguladores americanos apenas para as transações realizadas nos EUA. É chamada brecha de Londres porque os grandes especuladores, nos últimos anos, passaram a fazer suas transações fora do mercado americano, principalmente na City londrina.

(6) Fannie Mae e Freddie Mac são os apelidos (nomes fantasia), respectivamente, da Federal National Mortgage Association e da Federal Home Loan Mortgage Corporation, as duas grandes instituições de intermediação de papéis lastreados em hipotecas, que detinham cerca de metade dos US\$ 12 trilhões do mercado de hipotecas residenciais. Ambas foram estatizadas na prática em setembro de 2008, no auge da crise imobiliária.

(7) HOLC, sigla de Home Owners' Loan Corporation (HOLC), uma agência federal criada em 1933, durante o New Deal de Franklin D. Roosevelt, para refinar em 25 a 30 anos as moradias e impedir mais despejos e retomadas. RTC, sigla de Resolution Trust Corporation, instituição governamental de gerenciamento de ativos financeiros, criada em 1989 para liquidar os ativos (principalmente os relacionados ao mercado imobiliário, incluindo as hipotecas) que haviam sido ativos das companhias de poupança e empréstimo declaradas insolventes durante a crise dos anos 80.

(8) Durante os anos 80 e 90, faliram nos Estados Unidos mais de 700 pequenas e médias associações de poupança e empréstimo (as saving & loan), num prejuízo total estimado em mais de US\$ 160 bilhões. A onda de falência ficou conhecida como a crise das S&L.

A economia dos EUA pós-Bush: a questão que temos que enfrentar

Thomas I. Palley

Abstract

Os anos de Bush-Cheney foram de desempenho econômico extremamente ruim, o que resultou num dos mais fracos ciclos expansivos desde a Segunda Guerra Mundial. Mais: não somente a expansão foi fraca, como o ciclo parece chegar ao fim com uma crise financeira severa e a possibilidade de uma longa estagnação econômica.

Estabelecer um limite para essa estagnação é a tarefa mais imediata do próximo presidente. Tarefa que não será fácil. No entanto, há uma questão mais profunda: como restaurar um crescimento sustentável que gere prosperidade para todos? Esta questão coloca implicitamente outra: se o fracasso econômico da administração Bush foi provocado pelo fracasso de políticas específicas ou pela exaustão do paradigma econômico que deu marco à política nos últimos 30 anos.

Este trabalho põe em discussão que o paradigma econômico que moldou a política econômica nos últimos trinta anos está ferido de morte, esgotado. Nunca foi apto a produzir crescimento econômico com prosperidade compartilhada e agora, exaurido, é incapaz de produzir crescimento com desigualdade. No entanto, a resistência política à mudança desse paradigma ainda é forte, e a consciência intelectual de alternativas possíveis ainda não está suficientemente desenvolvida. O resultado é que os Estados Unidos podem enfrentar um longo período de estagnação econômica e descontentamento político.

1. Introdução

Em novembro, os eleitores norte-americanos vão às urnas para eleger um novo presidente e um novo Congresso, e, em 20 de janeiro de 2009, George W. Bush deixará a presidência dos EUA.

Economics for Democratic & Open Societies
E-mail: mail@thomaspalley.com

O presidente que entrar vai herdar uma economia em profunda turbulência e enfrentar ao mesmo tempo desafios de curto e de longo prazo. O de curto prazo é frear a crise. O de longo prazo é gerar crescimento sustentável que também traga prosperidade bem distribuída.

Os anos de Bush-Cheney foram de desempenho econômico extremamente ruim, o que resultou num dos mais fracos ciclos expansivos

desde a Segunda Guerra Mundial. Mais: não somente a expansão foi fraca, como o ciclo parece chegar ao fim com uma crise financeira severa e a possibilidade de uma longa estagnação econômica.

Estabelecer um limite para essa estagnação é a tarefa mais imediata do próximo presidente. Tarefa que não será fácil. No entanto, há uma questão mais profunda: como restaurar o crescimento sustentável que gere prosperidade para todos? Esta questão coloca implicitamente outra: se o fracasso econômico da administração Bush foi provocado pelo fracasso de políticas específicas ou pela exaustão do paradigma econômico que moldou a política nos últimos 30 anos.

Os democratas estão unidos em torno do balanço do fracasso da administração Bush, assim como estão unidos em torno de várias políticas necessárias para fazer deslanchar novamente a economia. Mas há uma divisão acerca da necessidade, ou não, da mudança do paradigma econômico.

Os Novos Democratas acreditam que, depois da estagnação, os negócios voltarão ao normal. Os Democratas Progressistas crêem que o paradigma de crescimento em execução atualmente está esgotado. Ele nunca gerou prosperidade compartilhada, e agora está provando que também é insustentável.

Para os Democratas Progressistas, a explosão da bolha dos preços dos imóveis sinalizou o fim da era de Milton Friedman. Uma era de fundamentalismo de mercado que teve início com a retórica política de Ronald Reagan e que foi sustentada pelas políticas monetárias pró-bolhas de Alain Greenspan. Devido à ideologia de fundamentalismo de mercado inculcada nas mentes da opinião pública, a mudança não seria

possível até que o experimento fundamentalista não se mostrasse fracassado.

Isto aconteceu agora, criando a oportunidade política de reviver e modernizar o paradigma do New Deal, desenvolvido pelo governo de Franklin Roosevelt, paradigma que foi tão bem sucedido nos 30 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Este paradigma, recuperado, deverá:

- Reconstruir a estrutura dos salários e restabelecer no mercado de trabalho mecanismos que assegurem que os salários dos trabalhadores comuns aumentem de acordo com a produtividade;
- Comprometer a política monetária com o pleno emprego e romper a aversão ao pleno emprego instilada pela falida noção de uma suposta taxa natural de desemprego;
- Enfrentar os corrosivos efeitos da globalização, que minaram a segurança no emprego entre os trabalhadores e incentivaram uma corrida ao topo entre as companhias;
- Criar mecanismos efetivos de cooperação econômica internacional em torno de política monetária, taxas de câmbio e fluxos de capitais, para prevenir futuros desalinhamentos cambiais e desequilíbrios financeiros globais;
- Investir na infra-estrutura norte-americana, incluindo educação, equipamentos de saúde e transporte;
- Colocar a economia norte-americana numa trajetória verde sustentável que enfrente o problema das mudanças climáticas;
- Estabelecer mecanismos eficientes para financiar a Seguridade Social e a Saúde, que não reduzam benefícios e assegurem cobertura para todos, e não elevem os custos trabalhistas que desencorajam a criação de empregos;

• Restaurar um controle regulatório efetivo sobre o sistema financeiro;

• Remodelar a governança corporativa, para que as empresas voltem a contribuir ao máximo com uma prosperidade sustentável para todos, ao invés de supervalorizar os lucros de curto prazo com pagamentos excessivos aos executivos.

2. Realidade e percepção

É difícil escrever sobre os números do período Bush porque, a despeito do desempenho realmente ruim da economia, durante a maior parte de seu governo os Estados Unidos foram retratados ao mundo como gozando de um período particularmente próspero. Essa distorção se deve a dois fatores.

Primeiro, desde novembro de 2001 a economia entrou formalmente em crescimento, apesar de ser uma das expansões mais fracas da História. Esse crescimento foi puxado pelo inchaço da bolha dos preços das moradias e da bolha do crédito ao consumidor, que sustentaram um insustentável boom consumista. Isto criou uma ilusão de prosperidades sustentável difícil de desmascarar.

Em segundo lugar, durante aquele período os preços das ações se recuperaram e a bolha de preços os acompanhou. Adicionalmente, a maior porcentagem do crescimento da renda registrado ia diretamente para o topo da pirâmide social. Esse dois movimentos beneficiaram a “chattering class” (especialistas em economia e a mídia) e isso deu uma espécie de colorido às reportagens e informes econômicos.

O governo Bush executou políticas que visavam beneficiar as corporações e os ricos, mas essas políticas também produziram, inicialmen-

te, um boom de prosperidade. Isto as tornou difíceis de serem combatidas politicamente, apesar de suas conseqüências negativas para a economia a longo prazo. Isto porque os benefícios vieram antes, enquanto os custos enormes chegariam somente depois.

3. O desempenho de Bush

O desempenho econômico do presidente Bush é o pior desde a Segunda Guerra Mundial. O crescimento da produção nacional esteve bem abaixo da média dos ciclos do pós-guerra, e a mesma coisa aconteceu com o crescimento do investimento fixo das empresas. O crescimento do investimento privado em relação à produção também caiu, o que pressagia um futuro ruim. Isto porque o investimento privado é o principal vetor do crescimento da produtividade e dos padrões de vida.

No mercado de trabalho, depois que terminou a última recessão, em novembro de 2001, começou um extenso período de recuperação do emprego. Em ciclos passados, foram necessários 21 meses em média para recuperar o emprego perdido durante a recessão. Desta vez, foram necessários 47 meses. E isso mesmo tendo sido o desemprego da última recessão relativamente pequeno, o que indica o quanto foi fraca a última expansão.

Outro indicador da dimensão do estrago no mercado de trabalho foi o grande declínio na relação emprego-população, em relação ao pico de 2001. Esse declínio sugere que existe um considerável desemprego oculto, não registrado na taxa oficial de desemprego dos EUA.

O crescimento do salário e da renda ficou bem aquém do registrado em outros ciclos desde 1948. Em outras palavras, o ciclo em curso

parece ser o primeiro em que a renda média das famílias (a renda das famílias no centro da distribuição de renda) deixa de crescer até o mesmo nível do ciclo anterior. Isto será a maior ruptura de padrão da História norte-americana, que sempre se caracterizou por crescendo na renda média das famílias.

O setor manufatureiro foi onde houve particular devastação. Em janeiro de 2001, o emprego no setor era de 17,1 milhões; em junho de 2008, 13,5 milhões. Isto significa uma perda de 3,6 milhões de vagas de trabalho na manufatura, o que equivale a 18% do total que o setor oferecia no início do governo Bush.

E o caso da manufatura marca mais uma “primeira vez” na economia dos EUA: é a primeira vez que o emprego industrial americano não cresce no transcurso de uma expansão econômica. Até 1980, o emprego na indústria crescia a cada ciclo de crescimento e também batia recordes a cada nova expansão. Depois de 1980, o emprego industrial ainda cresceu a cada ciclo expansivo, mas o setor já não recuperou mais os empregos perdidos nas recessões imediatamente anteriores, nem o nível de emprego alcançou mais os picos dos ciclos anteriores. Desde 2001, a indústria não só fechou vagas na recessão, como continuou reduzindo empregos em pleno crescimento. Isto não tem precedentes.

Em relação à economia internacional, o déficit comercial quebrou todos os recordes, saltando de US\$ 3 bilhões em 2001 para US\$ 753 bilhões em 2006, período durante o qual o PIB cresceu 6%. As contas públicas vêm registrando também grandes e persistentes déficits. Como resultado, entre 2001 e 2007, a dívida do governo federal subiu de 57% do PIB para 65%. Isto promete complicar a futura política fiscal do governo.

Por fim, venho se registrando um crescimento contínuo da desigualdade de distribuição da renda, que atingiu um patamar desconhecido nos 2 anos anteriores. De acordo com dados da Receita Federal, o 1% mais ricos perceberam 25% da renda nacional em 200, igualando o recorde anterior de desigualdade, registrado em 1929. Dada essa desigualdade crescente, talvez não seja tão surpreendente que os lucros tenham crescido de forma espetacular e muito fora do normal.

4. Explicando a péssima performance da economia

As estatísticas fornecem uma fotografia do desempenho da economia, mas esta foto coloca a questão: por que a performance foi tão ruim?

A explicação aqui é o caráter desequilibrado do crescimento registrado. As raízes desse crescimento desequilibrado residem na incapacidade da indústria em participar da recuperação econômica devido ao déficit comercial, ao dólar supervalorizado e à transferência da produção para fora dos EUA pelas corporações norte-americanas.

A supervalorização do dólar possibilitou que boa parte do consumo nos EUA fosse drenado para fora do país pela via dos gastos com importações. Isto criou empregos industriais fora dos Estados Unidos, mas não na indústria americana. Ao mesmo tempo, capacidade ociosa excessiva na indústria desencorajou investimento, enquanto a sangria de empregos industriais segurava os salários lá embaixo. Os investimentos industriais foram também solapados pela transferência da produção, pelas corporações, para o Leste da Ásia, com o fim de tirar vantagem tan-

to da mão-de-obra barata quanto das taxas de câmbio subvalorizadas da região.

O Federal Reserve tem responsabilidade nesse mau desempenho por ter baixado as taxas de juros a 1% e também por terem incentivado o boom imobiliário. Moradias supervalorizadas e taxas baixas de juros, por sua vez, provocaram uma bolha de consumo, financiada pelo endividamento.

Esta fórmula gerou um crescimento distorcido. De um lado, o déficit comercial e a transferência de fábricas para fora do país resultaram em persistentes fechamentos de vagas e baixos investimentos privados. De outro lado, juros baixos puseram lenha na fogueira dos preços de moradias e a bolha imobiliária trouxe uma explosão da construção civil. Preços de moradias em alta, então, provocaram o consumo financiado com endividamento, que sugou ainda mais importações.

Durante este período, o Fed manteve as taxas de juros baixas, por temer que, as elevando, poderia frear o consumo e levar a economia de volta à recessão. Em vez de enfrentar a desequilibrada e insustentável natureza desse crescimento, Alan Greenspan, chairman do Fed, optou por avalizá-lo.

Noves fora, o resultado foi um imenso déficit comercial que minou a indústria americana; uma bolha imobiliária que elevou os preços a patamares muito além do sustentável; e um nível de endividamento que afogou os consumidores em dívidas inadmissíveis.

A implosão da bolha imobiliária levou o processo a um fim abrupto. Porque removeu a inflação dos preços dos ativos que dava base ao boom da construção e ao endividamento dos consumidores.

5. A perspectiva econômica

A economia dos EUA está agora severamente castigada pelo endividamento. Ela dependia dos gastos dos consumidores para alimentar o crescimento, mas os consumidores agora estão contra a parede. Eles têm grandes dívidas, pouca poupança acumulada e o valor de seu principal ativo (suas casas) está em queda.

O setor financeiro é também extremamente vulnerável, porque emprestou pesadamente para o boom imobiliário e agora enfrenta uma perda gigantesca por conta da inadimplência das hipotecas. Essas perdas podem comer o patrimônio do setor bancário.

Esta situação está levando a economia a um enxugamento do crédito, no qual a oferta de crédito seca, pressionando para ainda mais baixo os preços das moradias e também freando a atividade econômica. Isto cria um círculo vicioso. Crédito em falta solapa os preços dos ativos e a atividade econômica, o que reforça as causas do enxugamento do crédito.

Nessas condições, é altamente improvável um retorno ao modelo de crescimento puxado pelo consumo das últimas duas décadas. Ao contrário, proprietários de imóveis e o setor financeiro estão sob forte estresse.

Todos os indicadores apontam para mais turbulência. Os principais indicadores da atividade estão ladeira abaixo, a confiança do consumidor está próxima de seu piso histórico, os preços dos imóveis continuam caindo e a economia fechou vagas de emprego nos últimos oito meses.

A inflação também é um vetor contra a recuperação. Inflação da energia e das commodities em geral significa que os preços estão subindo mais rapidamente que os ganhos do trabalho, e isso equivale a uma taxa sobre os consumidores,

cujos gastos já diminuíram. A inflação assombra o mercado financeiro, empurrando para cima os juros das hipotecas e pressionando ainda mais para baixo os preços das moradias. Isto só aprofunda o retrocesso na construção e as aflições de consumidores e do setor financeiro.

Em contraponto a esse cipoal de fatores negativos, há dois positivos que podem ajudar a reerguer a economia. O primeiro é a recente queda do dólar, que colocou os EUA em situação mais competitiva no mercado internacional. Isto pode contribuir para fortalecer as exportações, e pode até mesmo revigorar os investimentos industriais se as corporações trouxerem as fábricas de volta, para tirar vantagem da renovada competitividade internacional dos EUA. O lado ruim é que um dólar mais baixo pode prejudicar outras economias, que se sustentam nas exportações para o mercado norte-americano.

Um segundo fator positivo é a recente reviravolta na especulação em torno dos preços do petróleo e das commodities. Isto pode contrabalançar parte dos fatores inflacionários adversos descritos acima.

6. Recomendações ao próximo presidente

O próximo presidente enfrentará dois desafios imediatos. O primeiro é frear decadência econômica. O segundo é fazer a economia deslançar novamente.

O processo de freagem da crise já está em curso. O Fed segurou Wall Street concedendo crédito direto do Fed a bancos de investimento e outros detentores primários de títulos do Tesouro. No mesmo sentido, mexeu-se para garantir a continuidade do fluxo de crédito para moradias, por meio da concessão do mesmo acesso direto

às gigantes Fannie Mae e Freddie Mac. O Tesouro agora tem a prerrogativa de fornecer capital a Fannie e Freddie, se e quando precisarem.

Além do mais, um plano de resgate foi executado para estabilizar e reinjetar liquidez no sistema bancário, mediante a recapitalização de bancos e a compra de ativos tóxicos que alguns bancos detinham. Foram tomadas medidas também no sentido de responder às retomadas de moradias, que estavam derrubando os preços dos imóveis. O Congresso autorizou os fundos a comprar moradias retomadas e ajudar mutuários a renegociar redução nas prestações das hipotecas.

Fazer deslançar a economia ações políticas em várias frentes. Uma medida recomendável é lançar outra etapa de estímulo fiscal, desta vez mais focada na infra-estrutura e menos nos cortes de juros. Construção de infra-estrutura não somente contribui para a atividade econômica no momento, como aumenta a capacidade produtiva futura.

Estímulo fiscal deve incluir socorro em recursos os governos dos estados. Muitos estados estão constitucionalmente obrigados a trabalhar com orçamentos equilibrados, de tal modo que receitas decrescentes vão levar a cortes de despesas que ampliarão a recessão. O governo federal pode fazer isso mediante transferências de subvenções.

No entanto, em relação ao custo imediato do plano de resgate do sistema financeiro, o novo presidente vai enfrentar uma enorme pressão dos conservadores em questões de gastos públicos e do próprio mercado de títulos, para retroceder de qualquer estímulo fiscal. Essa pressão deve ser rechaçada. A economia real está sofrendo de significativo enfraquecimento da

demanda e a única ferramenta eficaz é a política fiscal. Negar-se a lançar mão de política fiscal para apoiar a economia real é atitude que voltará contra o próprio sistema financeiro, além de sabotar o resgate mesmo.

Uma segunda medida é seguir estendendo o prazo do seguro-desemprego. Esses benefícios vão para aqueles que precisam deles e os gastam, fazendo dos seguros um instrumento de efeito duplo. Isto significa que eles são voltados para os necessitados e representam estímulo forte a custo baixo. Além disso, a política deve incluir aumento do salário mínimo e a indexação deste à média salarial, de tal forma que isso contribua para um aumento robusto do piso salarial médio. Salários em alta são importantes para revigorar a demanda e contrabalançar os efeitos da inflação. Um salário mínimo mais alto tem esse feito, fortalecendo diretamente os ganhos de quem está no piso e ao mesmo tempo impondo um efeito de alta na estrutura salarial. Mais: este é um bom momento para aumentar o salário mínimo, uma vez que o declínio do dólar relaxou as pressões por maior competitividade internacional.

Terceiro: o próximo presidente necessitará pressionar o Fed para que este não suba prematuramente as taxas de juros. Hoje temos em torno do Fed um grupo crescente que deseja altas de juros para satisfazer Wall Street e combater a inflação. Esse grupo está equivocado. Afinal, taxas mais altas pouco rebaixarão uma inflação provocada por especulação com as commodities e ajuste no dólar.

A quarta medida é continuar clamando com urgência à China, Japão e várias outras economias do Leste Asiático a reavaliarem suas taxas de câmbio. Suas moedas desvalorizadas repre-

sentaram um fator crítico importante para distorcer a natureza do ciclo de expansão recente e para criar uma economia global desequilibrada. O equilíbrio global não pode ser restaurado sem essa reavaliação.

7. Política fracassada ou paradigma fracassado?

Enquanto prevalece um grande acordo em torno das políticas para frear a crise e redeslançar a economia, ocorre uma enorme divisão quando se trata de concluir quais as causas últimas do fracasso da administração Bush e de estabelecer como restaurar um crescimento sustentável que gere prosperidade socialmente compartilhada.

De um lado estão Robert Rubin, Larry Summers e os Novos Democratas. De acordo com esse grupo, o paradigma econômico do governo Bush foi basicamente correto. Assim, o governo deu continuidade à liberalização do comércio e à globalização; incentivou a inovação financeira e a desregulação, apoio a ênfase do Fed nos perigos da inflação; e promoveu a flexibilização dos mercados, inclusive o de trabalho.

Para os Novos Democratas, o fracasso do governo tem origem na disciplina orçamentária perdida, combinada às políticas sociais e tributárias incentivadoras da desigualdade. Segundo os Novos Democratas, a crescente desigualdade de renda é em grande parte devida às mudanças tecnológicas que fizeram crescer a demanda por habilidades específicas. Isto requereria a resposta de programas de ajuda que oferecem apoio de renda e capacitação para os desempregados. Tais políticas sociais poderiam ser financiadas por impostos progressivos. Em suma, a posição dos Novos Democratas é que, se os Estados Unidos restaurarem a disciplina orçamentária

de longo prazo e implementarem aqueles programas de ajuda, a atividade econômica voltará ao normal.

Do outro lado estão os Democratas Progressistas, para os quais manter o paradigma atual é fundamentalmente um equívoco. O governo Bush foi uma expressão veemente desse paradigma, mas não sua radicalização. Desigualdade de renda crescente, estagnação salarial, endividamento excessivo, inflação de preços dos ativos, déficits comerciais em ampliação e declínio industrial estiveram presentes no horizonte econômico dos EUA nos últimos 30 anos. O governo Bush aprofundou essas tendências, mas elas já estavam presente nos anos de Reagan e Clinton.

Do ponto de vista progressista, o problema é o paradigma econômico hoje esgotado, que triunfou cerca de 30 anos atrás, com as eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. A atividade econômica dos EUA pós-1980 se baseou nos booms financeiros e em importações baratas. Endividamento crescente foi também alimentado pelo afrouxamento dos critérios para concessão de crédito e pelas inovações financeiras que ampliarão largamente o acesso a financiamentos. Simultaneamente, importados baratos minimizaram os efeitos da estagnação de ganhos dos assalariados.

Esse padrão contrasta com aquele que vigorou nos ciclos pré-1980, ancorados no aumento dos salários, ligado ao crescimento da produtividade e ao pleno emprego. Condições fortes de demanda doméstica, combinadas com pleno emprego, encorajaram investimentos, que incrementaram a produtividade e alimentaram ganhos ainda mais altos.

A mudança de um ciclo para outro foi resultado de uma mudança política associada à eleição

de Reagan em 1980. Ela inaugurou o período em que os negócios foram premiados e o trabalho, castigado. A mudança foi intelectualmente traduzida por economistas como Milton Friedman.

O velho ciclo econômico se baseava na combinação de inovações institucionais do New Deal, que fortaleceram o trabalho, combinadas com medidas de gerenciamento da demanda inspiradas na economia keynesiana. O novo ciclo econômico descansa sobre políticas que trataram de erodir ou repelir as instituições do New Deal e seu gerenciamento de demanda foi redirecionado a combater a inflação, ao invés de assegurar o pleno emprego. De fato, a linguagem do pleno emprego foi descartada.

A política econômica do novo ciclo enfraqueceu os trabalhadores e fortaleceu o poder das corporações. Os assalariados foram atingidos por todos os lados, pelos golpes do “Estado mínimo”, da flexibilidade laboral, do fim do pleno emprego como objetivo político, da globalização e da alta dos lucros de curto prazo em detrimento dos ganhos de longo prazo. Nem os trabalhadores do setor privado, nem os servidores públicos escaparam dessa pressão. A única saída é um novo paradigma político que reequilibre as relações entre corporações, trabalhadores e governo.

8. Conclusão

O debate sobre o fracasso do paradigma versus o fracasso da política é crucial mas permanece sem solução. Isto explica a profunda divisão no terreno da política econômica que vigora no Partido Democrata.

O principal obstáculo aos Democratas Progressistas é a predominância intelectual da

economia neoliberal, que sufoca a articulação em busca de um paradigma alternativo. Então, o neoliberalismo interpreta os maus acontecimentos econômicos como “falhas de mercado”, quando a questão fundamental é como conduzir uma economia capitalista moderna de tal maneira que esta produza prosperidade socialmente distribuída.

Interessante é que ocorre debate similar na Europa, embora em condições políticas muito diversas. George W. Bush é um presidente fracassado que criou a oportunidade política para um debate sobre o paradigma econômico. Entretanto, intelectualmente os Estados Unidos não estão preparados para esse debate.

Na Europa, as condições são inversas. A grande tradição socialdemocrata européia possibilita um alto grau de maturidade intelectual para travar o debate, mas no terreno político não há uma situação que propicie claramente a discussão.

Para concluir, tanto os Estados Unidos quanto a Europa estão submetidos ao perigo de um paradigma econômico ultrapassado e esgotado. Ele nunca foi capaz de gerar crescimento com prosperidade socialmente distribuída, e agora também sua capacidade de gerar crescimento com desigualdade está exaurida. A resistência à mudança de paradigma ainda pode ser forte e a consciência intelectual sobre as alternativas possíveis ainda não suficientemente desenvolvida. O resultado é que ambos, EUA e Europa, podem viver um longo período de estagnação econômica e descontentamento político.

Setembro de 2008

VERSUS ACADÊMICA
na internet

www.versus.ufrj.br



ARQUIVO HISTÓRICO

GRANDE DEPRESSÃO DE 1929. Operários desempregados em Londres

A crise financeira e suas conseqüências na periferia

Alcino Ferreira Camara Neto e Matías Vernengo ¹

A crise financeira, com epicentro nos Estados Unidos, e que começou em agosto de 2007, e tomou proporções dramáticas após o colapso do Lehman Brothers em setembro de 2008, rapidamente se tornou a maior recessão desde a dos anos 80, e pode se tornar a maior desde a Grande Depressão. A crise certamente implica o fim do ciclo expansivo dos anos Bush, que permitiu a boa parte da periferia, mas não ao Brasil², taxas de crescimen-

to elevadas. A América Latina, para se ter uma idéia, cresceu aproximadamente 2,5% per capita de 2003 a 2007. Na verdade, a crise anuncia o fim do ciclo do modelo neoliberal tanto no centro quanto na periferia.

Se a crise norte-americana reflete os limites da estratégia de expansão da economia no centro, em particular a necessidade de altas taxas de endividamento, em última análise insustentável, por parte das famílias, frente a uma distribuição de renda cada vez pior e salários estagnados, suas repercussões na América Latina revelam o alcance restrito da estratégia de desenvolvimento da região. A América Latina é hoje, como no passado, exportadora de commodities, a despeito da industrialização, e, no caso da América Central, do Caribe e do México, também

exporta sua gente (Pérez e Vernengo, 2008). As exportações de commodities e as remessas dos imigrantes constituem-se nas fontes primordiais do crescimento, e dos superávits em conta corrente.

Do nosso ponto de vista, o esgotamento do ciclo expansivo neoliberal, que na verdade, levou no caso latino-americano a um maior distanciamento relativo em relação ao centro desenvolvido, que se consolidou entre o fim do sistema de Bretton Woods e a crise da dívida, sugere que uma nova estratégia de desenvolvimento, marcada pela expansão do mercado doméstico, é necessária. A expansão do consumo, concomitante com a redução do coeficiente importador, para expandir a demanda sem pressionar a conta corrente, deve necessariamente basear-se em uma distribuição mais igualitária da renda.

O restante do artigo está dividido em duas sessões. Na primeira discutimos as bases do modelo neoliberal no centro e na periferia, e as causas de sua implosão. A desregulamentação financeira, que reverteu a chamada eutanásia dos rentistas de John Maynard Keynes e consolidou o que pode ser chamado de vingança dos rentistas (Pasinetti, 1997), levou à expansão insustentável de estoques de dívida privada, muito além do necessário para financiar a expansão da economia. A segunda sessão discute alguns pontos que nos parecem essenciais para a recuperação das economias da América Latina.

As causas da crise e seus efeitos na América Latina

A expansão espetacular da economia global no período do pós-guerra até aproximadamente

1973, estendeu-se na América Latina até a crise da dívida de 1982. As causas da reversão demandariam uma longa explicação, que vai além do escopo deste artigo, mas para os nossos propósitos, basta dizer que a elevação dos juros nos EUA a partir de 1979 marca o início do período no qual os bancos centrais passaram a colocar maior ênfase na estabilidade de preços do que na manutenção do pleno emprego.

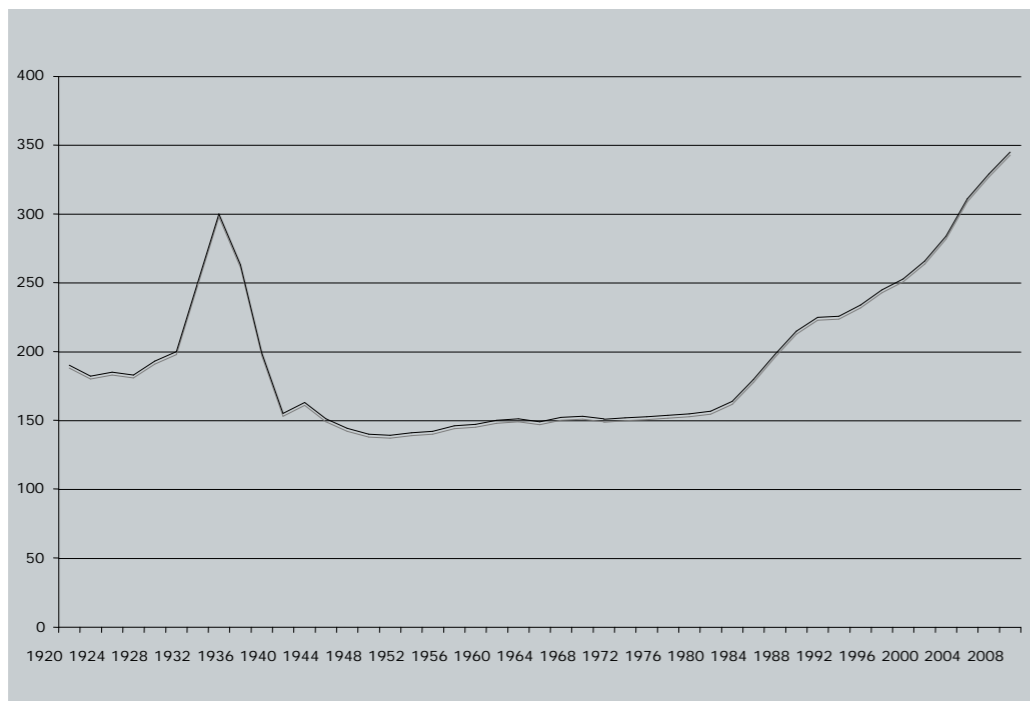
Essa mudança nas prioridades dos bancos centrais ao redor do globo, que iria culminar nos anos 90 com a implementação dos sistemas de metas inflacionárias, foi acompanhada pela desregulamentação dos mercados financeiros no nível doméstico e pela liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos. Em outras palavras, a supervisão dos mercados financeiros foi relaxada e os movimentos de capitais deixaram de ser controlados. Nesse contexto, as transações financeiras cresceram como nunca. Por exemplo, as transações diárias nos mercados de câmbio atingiram no início do século XXI aproximadamente 1,4 bilhões de dólares, o que corresponderia a quase 100 vezes as necessidades comerciais. Ou seja, a compra e venda de moedas não está relacionada ao comércio, mas à especulação.

Nesse sentido, não é surpreendente que a relação entre dívida e produto, entre a economia fictícia e a real, entre a especulação e a produção, tenha se expandido rapidamente a partir do fim dos anos 70. Como mostra a figura seguir, a especulação desenfreada dos loucos anos 20 tinha levado a uma dívida total (privada e pública) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) de 300% nos EUA. Esta proporção voltou a ser alcançada em 2005 e, em 2008, encontra-se em 350%.

¹Alcino Camara é Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e Matías Vernengo é professor do CCJE e da University of Utah.

²O Brasil cresceu no mesmo período aproximadamente 1,8% per capita.

Dívida Total EUA, 1920-2008 (%PIB)



Fonte: The Economist September 27, 2008

Aqui é necessário fazer uma pequena ressalva. A expansão da dívida per se não é nem boa nem má, como já indicavam os autores da chamada escola das finanças funcionais. O uso da dívida, isto é, sua função social é que pode, ou não, ter méritos, e são estes que devem ser julgados. Nesse sentido, é bom lembrar que a dívida pública se expandiu durante os anos 30, enquanto a privada encolhia perigosamente, levando ao corte dos gastos, e à Depressão. A expansão da dívida pública permitiu estabilizar a queda da dívida total em torno de 150% do PIB. Essa função estabilizadora da dívida pública é instrumento essencial da política fiscal anticíclica.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial a relação dívida/PIB nos EUA era de quase 120%, e esta foi caindo ao longo dos anos até atingir nos anos 70 de aproximadamente 30%. Esta contração do endividamento público se deu concomitantemente com a expansão do endividamento privado, com o que, como se vê na figura acima, a dívida total manteve-se perto dos 150% do PIB ao longo desse período.

Alguns aspectos da evolução da dívida no período, que precede a expansão neoliberal, devem ser destacados.

Em primeiro lugar, a dívida pública expandiu-se para compensar a contração privada, e, portanto, foi essencial no programa de recupe-

ração da economia real. Frente a uma contração da iniciativa privada e ao desaparecimento da dívida privada, fundamentalmente pelo colapso dos preços dos ativos financeiros, o Estado é o único agente capaz de compensar o esgotamento da capacidade de endividamento privado. Entretanto, em sociedades mistas, como os EUA, uma vez que a dívida privada volta a crescer, é possível, e, em geral esperada, uma contração do endividamento público.

Além disso, a expansão da dívida pública não só permitiu a recuperação da economia devastada pela Grande Depressão, mas, ao mesmo tempo, foi essencial no esforço de guerra e na vitória sobre o fascismo, e sua contração se deu em conjunto com a expansão das firmas norte-americanas no âmbito global. Dessa perspectiva, a expansão da dívida pública, não somente se deu em bases sustentáveis, mas também serviu a objetivos que, se são as vezes criticáveis desde um ponto de vista periférico, fazem perfeito sentido dentro da lógica dos interesses dos EUA.

O período neoliberal caracteriza-se pela renovada expansão da dívida total, tanto da dívida pública quanto da privada, atingindo níveis nunca vistos na história moderna do capitalismo. A sofisticação crescente dos mercados financeiros permitiu a expansão do endividamento em bases consideradas menos propensas ao risco. Adicionalmente, a estagnação dos salários, com crescimento menor do que a produtividade do trabalho, e a maior desigualdade da renda, implicaram que a expansão do consumo só poderia se dar com base em níveis maiores de endividamento. A partir dos anos 80 a expansão norte-americana esteve baseada no binômio consumo e endividamento. A vulnerabilidade

da economia norte-americana, e, por consequência, global, à mudanças nos preços dos ativos financeiros cresceu fortemente.

A crise recente remonta aos anos 90 quando o processo de desregulamentação financeira foi acelerado quando o ato Glass-Steagall, que separava os bancos de investimento dos comerciais, foi rechaçado em 1999. Um dos efeitos do fim da separação entre os bancos foi que os bancos de investimento, enfrentando maior competição, moveram-se em direção a investimentos mais arriscados. As inovações financeiras permitiram que os bancos de investimento expandissem suas atividades mesmo em face da maior competição.

O processo de securitização permitiu que os bancos de investimento, e outras entidades financeiras, emitissem títulos passíveis de serem vendidos a investidores, que antes não existiriam. Nesse sentido, empréstimos para firmas, créditos imobiliários, e até mesmo os de cartões de crédito poderiam ser utilizados para dar respaldo a títulos vendidos pelas entidades financeiras.

Para se ter uma idéia da expansão do mercado financeiro, o mega-investidor George Soros (2008) argumenta que o valor nocional dos contratos de Credit Default Swaps (CDS) chegou a 45 trilhões de dólares, pouco menos do que o valor do PIB global. Os CDS são derivativos cujos emissores, que procuram cobrir o risco de default, pagam aos seus detentores um prêmio de risco sobre o valor de títulos livres de risco. Esse mercado passou de quase inexistente a taxas astronômicas em período relativamente curto.

A crise recente começou com os problemas do mercado chamado de subprime. O termo refere-se ao mercado de empréstimos imobiliários

para clientes que não tem acesso ao mercado bancário, em geral porque não tem rendimentos ou colateral para aceder a este mercado. Nesse sentido, eles se encontram abaixo do ótimo, literalmente subprime em inglês. O problema destes mercados não é, obviamente, que tenham garantido acesso mais democrático à casa própria, um objetivo louvável em si mesmo, mas ao fato de que estes empréstimos se deram em bases insustentáveis. Assim, os empréstimos foram contraídos com taxas flutuantes, e a capacidade de pagamento encontrava-se limitada à possibilidade de continuar se endividando. Isto, em geral, era instrumentado na base da crença de que os preços dos bens imóveis cresceriam de modo persistente por um período muito longo.

Os bancos, e outras instituições financeiras, então, securitizavam e vendiam aos investidores títulos cujos rendimentos dependiam dos empréstimos no mercado do subprime. Vários fundos de pensão, bancos comerciais e de investimento, e outros agentes econômicos tinham em carteira quantidades extensivas destes títulos. O estouro da bolha do mercado imobiliário implicou que o valor de várias dessas carteiras sumiu de um minuto para o outro.

Foi a queda do valor dos ativos financeiros que provocou a crise de liquidez sem precedentes, que forçou bancos centrais em todo o globo a injetar dinheiro para resgatar as instituições financeiras. Esta é uma importante diferença entre a crise atual e a da década de 30. Enquanto nos anos 30 a crise de liquidez estava associada a uma corrida contra os bancos, que podia ser resolvida injetando dinheiro, a crise desta vez não é uma tradicional corrida

bancária, mas foi provocada pela deflação dos ativos financeiros. Em alguma medida, somente quando os ativos voltarem aos seus níveis históricos é que as pressões contracionistas serão eliminadas completamente. Deste modo, o processo de recuperação requer, mais do que injeção de liquidez, que não necessariamente vai estabilizar o preço dos ativos, uma elevação dos gastos do Estado diretamente. A política fiscal, e não a monetária, é o instrumento central nesta crise.

Na periferia, onde o subprime não chegou, o perigo maior, associado com a deflação de ativos, está na queda no valor da moeda doméstica. A desvalorização cambial pode levar a perdas significativas para os investidores dos países em vias de desenvolvimento. Um dos mecanismos típicos é o do chamado carry trade. Bancos e empresas dos países periféricos aproveitam o câmbio valorizado, e as taxas de juros mais baixas nos mercados internacionais para tomar emprestado lá fora e aplicar domesticamente, onde as taxas de juros são mais altas. Contudo, uma desvalorização, mesmo que moderada pode eliminar todos os ganhos com a arbitragem dos juros. Este foi o caso da Aracruz, da Sadia e do grupo Votorantim no Brasil, que apostaram na apreciação do real por um longo período, assim como os detentores de títulos subprime acreditavam na suspensão da lei da gravidade, e que o valor das casas não deixaria de subir.

Contudo, embora as perdas no curto prazo nos países onde o câmbio estava valorizado podem ser elevadas, o maior problema para os países latino-americanos serão os efeitos sobre a conta corrente de uma recessão prolongada nos Estados Unidos. No período recente, depois de 2002, em que a região teve um bom desempenho

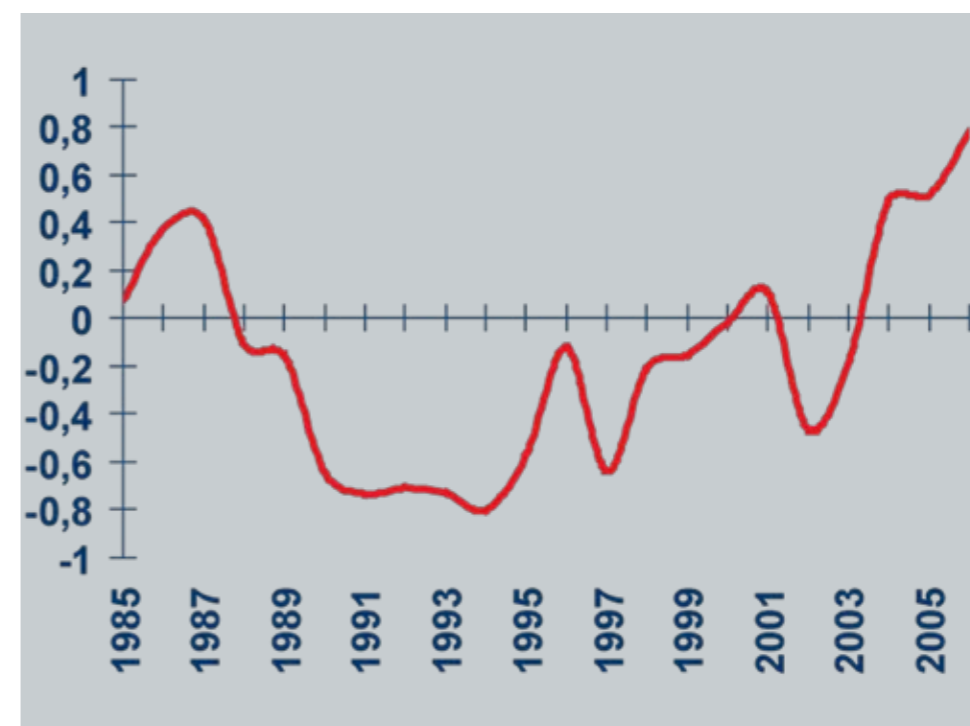
econômico, em termos de crescimento, a vulnerabilidade externa não foi eliminada a despeito da significativa acumulação de reservas internacionais.

Em primeiro lugar, os países da região, em particular os exportadores de petróleo, e, em termos sub-regionais, os da América do Sul, tem um desempenho que é extremamente dependente das exportações. A figura a seguir mostra a correlação entre o crescimento das exportações e do crescimento do PIB, e como pode ser notado, a partir de 2002, a correlação se aproxima da unidade.

O principal problema da crescente correlação entre exportações e crescimento é que uma contração da demanda nos EUA, e uma queda no preço das commodities, terão um impacto significativo sobre o volume e valor das exportações, levando a desaceleração do crescimento. Este problema será tanto maior quanto mais elevado a participação no total das exportações, o que implica que, para a América Central, México e Venezuela, os problemas do balanço de pagamentos serão graves.

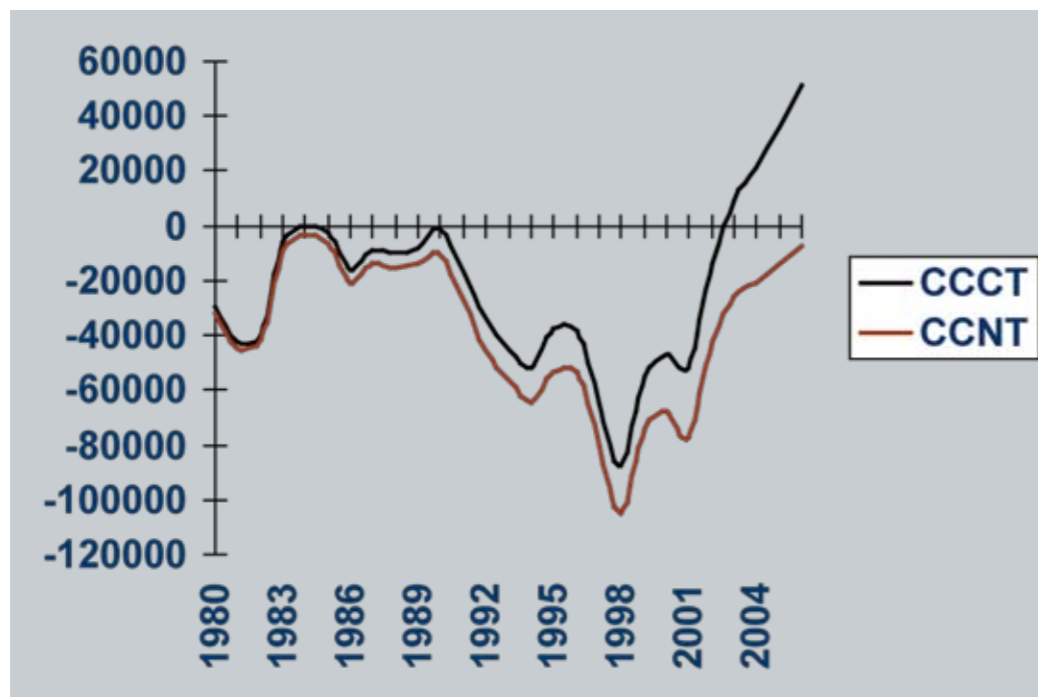
Cabe notar que a América Latina não somente permanece como uma importante exportadora

Correlação do Setor Externo e do Crescimento na América Latina



Fonte: Pérez e Vernengo (2008)

Conta Corrente com e sem Transferências na América Latina



Fonte: Pérez e Vernengo (2008)

de commodities para os países desenvolvidos, mas ao contrário do que tinha acontecido no período do modelo agro-exportador do final do século XIX quando a recebíamos imigrantes do resto do mundo, agora boa parte da região, principalmente na América Central, no Caribe e no México, são fontes de emigrantes para os países desenvolvidos. As remessas destes imigrantes constituem um dos principais fluxos de capital para a região. A figura acima mostra a conta corrente com (CCCT) e sem (CCNT) transferências ou remessas, e pode notar-se

que, uma vez que as remessas são eliminadas, a região é deficitária.

Em alguns casos a vulnerabilidade externa associada a uma queda das remessas é drástica, como no caso de quase todos os países da América Central. Isto sugere que o cenário mais provável para alguns países da região é o de uma taxa de crescimento drasticamente reduzida e até mesmo negativa.

De resto, como a maior parte dos países da região abriu mão das políticas macroeconômicas anticíclicas, tanto monetária quanto fiscal, a

capacidade de recuperação da demanda doméstica encontra-se severamente reduzida. Ou seja, assim como no centro, uma recuperação sustentável do crescimento, isto é, uma que reduza os riscos de recair em crises similares, depende da re-regulação do sistema financeiro. Logo, no caso latino-americano, a recuperação requer uma nova estratégia de desenvolvimento, algo que já foi sugerido em contexto mais limitado por Bresser-Pereira (2007).

Uma nova estratégia de desenvolvimento

Uma nova estratégia de desenvolvimento, deve-se dizer, não precisa ser inventada como se não tivéssemos conhecimento prévio do que foi, e não foi bem sucedido, no passado, e em outras experiências históricas ao redor do mundo. Por exemplo, em meio à crise a China mantém estritos controles de capital, um câmbio administrado, e acabou de lançar um pacote de gasto fiscal de 16% do PIB para estimular a economia doméstica. Portanto, muito do que os defensores do livre mercado sugerem que não pode, e não deve ser feito na América Latina, está sendo feito na China.

Do nosso ponto de vista uma lista mínima do que seria necessário para uma nova estratégia de desenvolvimento na região incluiria 4 pontos, a saber:

- (i.) Controles de capital;
- (ii.) Metas de crescimento além de metas inflacionárias;
- (iii.) Câmbio competitivo;
- (iv) Expansão do gasto com infra-estrutura.

Os controles de capital, que são aplicados em alguns países da região como a Argentina, são necessários para evitar a possibilidade de fuga de capital, desvalorização excessiva da moeda,

e pressões inflacionárias. Com isso a política monetária seria liberada para seguir objetivos mais amplos do que meramente as metas de inflação. Particularmente, o crescimento e o emprego devem ser parte integral da preocupação dos governos da região. Isto não quer dizer que o câmbio deva ser mantido apreciado. Um câmbio competitivo é essencial para evitar os problemas da conta corrente. Finalmente, os gastos em infra-estrutura comprovadamente têm efeitos positivos sobre o investimento privado e são essenciais para a retomada do crescimento em bases sustentáveis. Em que medida todas estas propostas, mesmo em um momento de crise onde há maior abertura para inovações, são possíveis, é pouco claro, e nos permanecemos discretamente pessimistas. Mas como disse o grande escritor mexicano Carlos Fuentes: "um pessimista é somente um otimista bem informado."

Referências Bibliográficas

- Bresser-Pereira, L. C. (2007), *A Macroeconomia da Estagnação*, São Paulo: Editora 34.
- Economist, The (2008), "A fate worse than debt," 27 de setembro.
- Pérez Caldentey, E. e M. Vernengo (2008), "Back to the Future: Latin America's development strategy," available at <http://www.networkideas.org/featart/aug2008/Back2Future.pdf>
- Soros, G. (2008), "False ideology at the heart of the financial crisis," *Financial Times*, 2 de abril.

VERSUS ACADÊMICA
na internet

www.versus.ufrj.br

La Crisis de Financiarización y su Impacto en México

Ignacio Perrotini Hernández*

Are markets so rational that manias -irrational by definition- cannot occur?
Charles P. Kindleberger, 1978:4.

These losses were made in a manner so reckless and so foolish that one would think a child who had lent money in the City of London would have lent it better.
Walter Bagehot, Lombard Street, 1873: 18.

I. Introducción

Un episodio más de irracional euforia especulativa –esta vez centrada en las hipotecas subprime– concluyó con el reciente estallido de la burbuja hipotecaria que estimuló la expansión de la economía estadounidense entre 2001 y el otoño de 2007. Las burbujas financieras son fenómenos típicos del capitalismo moderno (cf. Galbraith

1990; Kindleberger 1978; Minsky 1982), y su frecuencia y magnitud tienden a aumentar cuando los mercados financieros no están sujetos a regulación y cuando el sector financiero crece a mayor velocidad que la producción real y el empleo. Otros hechos estilizados que acompañan a las burbujas financieras son la expansión del crédito y la inflación de los activos.

Las hipotecas subprime representan casi 15 por ciento del mercado hipotecario de Estados Unidos. La orgía financiera que se tejió en torno de los activos subprime incrementó drástica-

mente el precio de las casas existentes: durante 1975-1995 los precios reales de las casas en Estados Unidos aumentaron 10 por ciento (en promedio 0.5 por ciento anual), mientras que en el decenio 1995-2004 el incremento fue de 36 por ciento (3.6 por ciento en promedio anual). La inflación de activos en el mercado inmobiliario estimuló un boom de crédito y de consumo que colapsó en junio de 2007 cuando los índices de morosidad (default) de los créditos hipotecarios subprime detonaron la crisis financiera internacional. Desde entonces, la crisis financiera made in USA se ha magnificado hasta configurar un típico ciclo boom-bust. La debacle financiera se ha propagado y ya ha contagiado a casi toda la economía mundial.

Los rasgos más generales de la crisis financiera internacional se corresponden con la anatomía de la secuencia “manías, pánicos y crashes” descrita por Kindleberger (1978:14-24): la hemorragia de crédito que alimentó la bonanza en el mercado hipotecario norteamericano –el objeto de la actual especulación– durante 2001-2007 condujo a la inestabilidad. La euforia del crédito especulativo alcanzó extremos en los que la “exuberancia irracional” perdió relación con el valor real de los activos que la originaron. Este fue el caso de los MBS (Mortgage Based Securities) y los CDOs (Collateralized Debt Obligations). La euforia irracional cesó con la implosión de la burbuja y ha cedido su lugar al pesimismo y la incertidumbre, sentimientos que se manifiestan en (a) la desintermediación financiera (credit crunch), (b) el colapso de los principales mercados de valores en un 25% aproximadamente (las bolsas de valores de las economías emergentes perdieron más de 40% de su valor en promedio medido en dólares) y (c) en el incremento en 100 por ciento del spread o margen sobre

la deuda soberana de las llamadas economías emergentes.

La actividad económica global se ha estado desacelerando rápidamente desde que inició la llamada crisis de la subprime: el crecimiento del producto mundial ha disminuido de 5% en 2007 a un esperado 3.7% para 2008, y las proyecciones para 2009 son aún más magras (2.2%). Las economías desarrolladas son las que más contribuyen al estancamiento global. Por ejemplo, la tasa de crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB) de Estados Unidos declinó de 2.8 por ciento en 2006 a 2.0 por ciento en 2007 y a 0.9 por ciento en el primer trimestre de 2008. Más aun, el Bureau of Economic Analysis (BEA) reportó un crecimiento negativo (-0.5 por ciento) para el tercer trimestre de 2008 (véase Tabela 1). La economía mexicana, a causa de sus estrechos vínculos con la economía estadounidense forjados por el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (NAFTA por sus siglas en inglés), está siendo avasallada por el mare magnum de la orgía escenificada en Wall Street. Irónicamente, porque en los años noventa el gobierno mexicano sostuvo que gracias al NAFTA la economía mexicana sería invulnerable ante choques exógenos adversos.

La deprimida demanda global ha afectado negativamente los precios de las commodities: el precio promedio del barril de petróleo mexicano ha descendido 44% (de 71.13 dólares en 2007 a 40.2 dólares en 2008); la volatilidad en el mercado internacional de petróleo ha sido tan espectacular que, entre octubre y noviembre de 2008, el Fondo Monetario Internacional (FMI) ha tenido que revisar a la baja el precio base del barril de petróleo para 2009, de 100 a 68 dólares. Si bien la caída de los precios de las commodities (alimentos, metales y petróleo) contribuye a

* Profesor de economía, División de Estudios de Posgrado, UNAM, México D.F. 04510. Agradezco a Matías Verengo las iluminantes y numerosas conversaciones sobre el tema de este artículo.

abatir las proyecciones de inflación en las economías avanzadas (en promedio de 3.6% a 1.4%) y en las subdesarrolladas (de 9.2% a 7,1%), en estas últimas implica también el riesgo de una recesión más severa (IMF 2008).

Las crisis del sistema capitalista son, además de fenómenos inherentes a la dinámica de la economía capitalista moderna, momentos de catarsis y metamorfosis (Marx 1967; Schumpeter 1939). Y las “crisis de deuda no son diferentes” (Cámara y Vernengo, 2004: 2). El presente artículo analiza las características del ciclo boom-bust más reciente de la economía de Estados Unidos y su impacto en la economía mexicana. La segunda parte discute la naturaleza de la crisis financiera actual de los Estados Unidos y confronta algunos de los enfoques más importantes al respecto. La tercera parte analiza los efectos de corto y largo plazos de la crisis sobre la economía mexicana, así como la reacción del gobierno mexicano. La última sección resume y comenta algunas perspectivas para la economía mexicana. El mensaje esencial del artículo es que, al menos en el caso de México, la evidencia empírica y la respuesta de las autoridades monetario-financieras permiten concluir que esta crisis no servirá como un momento histórico de catarsis y metamorfosis. La fe del gobierno en el mantra del *laissez-faire* parece ser mayor que la conciencia que se tiene del impacto de la crisis financiera global en la economía nacional.

II. Naturaleza de la Crisis Financiera de Estados Unidos

En su conferencia del 28 de noviembre, el Business Cycle Dating Committee of the National

Bureau of Economic Research (NBER), organismo encargado de establecer la cronología de los ciclos de la economía de Estados Unidos, anunció que el pico de la expansión económica iniciada en noviembre 2001 se alcanzó en diciembre de 2007. Por lo tanto, técnicamente Estados Unidos está experimentando una recesión desde entonces.

Así, desde fines de 2007 todos los componentes de la demanda agregada han disminuido induciendo a la economía hacia la contracción. A causa del aumento en el desempleo, el racionamiento de crédito provocado por el *credit crunch* y el deterioro del ingreso de los hogares debido a la pérdida de riqueza asociada a la crisis inmobiliaria, en mayo de 2008 el índice de confianza de los consumidores (elaborado por la Universidad de Michigan) registró su nivel más bajo desde 1980. Y el gasto real en consumo ha descendido hasta registrar una tasa de crecimiento negativa en el tercer trimestre de 2008 (véase Tabela 1). La inversión bruta también se ha desacelerado en forma dramática desde que las tasas de interés comenzaron a subir en 2004; el peso de la deuda de los hogares aumentó a un valor máximo en 2006 y el ciclo económico alcanzó el punto de inflexión en diciembre de 2007. La tendencia de la economía norteamericana hacia el estancamiento productivo durante 2006-2008 se ha acompañado de una fuerte desaceleración de las importaciones (véase Tabela 1), lo cual también se explica por la necesidad de reducir el cuantioso déficit en cuenta corriente (casi 5 por ciento del PIB).

La debacle financiera de Estados Unidos ha suscitado un ardiente debate acerca de las causas y consecuencias de la crisis. Existen fundamentalmente dos visiones del fenómeno, la ortodoxa y la heterodoxa.

Tabela 1. Indicadores Macroeconómicos de Estados Unidos 2001-2008 (tercer trimestre).

Tasas de Crecimiento con relación al Periodo Anterior.

Año	PIB	Consumo	Inversión Bruta Privada Nacional			Exportaciones	Importaciones
			Fija	No Residencial	Residencial		
2001	0.8	2.5	-3.0	-4.2	0.4	-5.4	-2.7
2002	1.6	2.7	-5.2	-9.2	4.8	-2.3	3.4
2003	2.5	2.8	3.4	1.0	8.4	1.3	4.1
2004	3.6	3.6	7.3	5.8	10.0	9.7	11.3
2005	2.9	3.0	6.8	7.2	6.3	7.0	5.9
2006	2.8	3.0	1.9	7.5	-7.1	9.1	6.0
2007	2.0	2.8	-3.1	4.9	-17.9	8.4	2.2
2008:1	0.9	0.9	-5.6	2.4	-25.1	5.1	-0.8
2008:2	2.8	1.2	-1.7	2.5	-13.3	12.3	-7.3
2008:3	-0.5	-3.7	-5.6	-1.5	-17.6	3.4	-3.2

Fuente: National Income and Product Accounts, table 1.1.1.

II.1. Visión Ortodoxa

Himmelberg et al. (2005:68) analizan la dinámica de los precios de las casas y de la tierra, la razón precio/renta y la razón precio/ingreso de los hogares y afirman que “hasta finales de 2004, nuestro análisis revelaba poca evidencia de una burbuja inmobiliaria”. Su análisis empírico “no revela grandes incrementos en exceso con respecto a los fundamentales”, puesto que la inflación de los precios inmobiliarios se sustenta en “factores económicos básicos como bajas tasas de interés reales de largo plazo, elevado crecimiento del ingreso y niveles de precios inmobiliarios que habían disminuido a niveles inusualmente bajos en la mitad de la década de los años 1990s”. Con base en el cálculo de la razón entre la renta imputada de la vivienda (el costo del usuario multiplicado por el nivel de precios de las casas) y la renta vigente en el

mercado, Himmelberg et al. (2005:85) concluyen que “el reciente incremento en los precios de las casas parece estar determinado principalmente por cambios económicos fundamentales”. Por lo tanto, en esta visión neoclásica la burbuja inmobiliaria de la subprime no era insostenible: una disminución repentina de precios es posible sólo si los factores fundamentales cambian.

Borio (2008) y Ellis (2008) atribuyen el ciclo boom-bust a un notable incremento en la toma de riesgo. Sin embargo, sus diagnósticos discrepan en un aspecto importante. Borio (2008:1) observa que la crisis de la subprime en los Estados Unidos es sólo el detonante de la turbulencia que se ha propagado en el sistema financiero global. El hecho de que la subprime sea el epicentro de la crisis y que los “elementos idiosincrásicos” estén presentes, representa sólo “síntomas de causas comunes más fundamentales”;

el credit crunch es el síntoma de un problema más complejo de calidad de activos. La dinámica de la turbulencia financiera actual debe caracterizarse como un drástico “repricing” del riesgo crediticio que, si bien tuvo su epicentro en el mercado de la subprime, se propagó más ampliamente a través de los elementos idiosincrásicos de la innovación financiera, i.e., vía los productos estructurados de crédito (credit structured products) y el modelo de intermediación financiera (Originate-and-distribute, O&D). Da-

dos estos elementos de la innovación financiera y el alto grado de apalancamiento facilitado por la desregulación financiera, los bancos participaron activamente en los mercados de títulos de la subprime, así como en el mercado de Asset-Backed Securities (ABS) y, más importante aún, suministraron líneas de crédito de apoyo a los Special Purpose Vehicles (SPVs) y a los conduits. De ahí que al concretarse el ciclo boom-bust los bancos hayan quedado expuestos a una formidable presión de liquidez (la **Tabela 2** muestra

que las pérdidas de los bancos en los títulos subprime asciende a más de 709 mil millones de dólares). Borio (2008:9) plantea que el “repricing” del riesgo crediticio condujo a la evaporación de la liquidez en varios mercados. Así, la turbulencia es el resultado de la combinación de desequilibrios en las hojas de balance financiero provocados por conductas agresivas de toma de riesgo excesivo, acelerada inflación en los precios de los activos, expansión de crédito y tasas de interés extremadamente bajas.

Esto es cierto, pero Borio omite algo aún más importante; omite el hecho de que el “repricing” propició un efecto más devastador para el sistema financiero: la desaparición del price discovery, lo que significa una drástica refutación de la hipótesis de eficiencia de los mercados, hipótesis que es la piedra angular del modelo de liberalización financiera y de la racionalidad de los mercados desregulados. La expansión del mercado de créditos sindicados a través del modelo O&D y la financiarización de la economía se basaron en el supuesto de la eficiencia de los mercados. La desaparición del price discovery tuvo como consecuencia la parálisis tanto del sistema financiero cuanto de la capacidad del Tesoro y de la Fed para intervenir y realizar un rescate (bailout) efectivo. Es importante enfatizar que al inducir una espiral especulativa de riesgos, el supuesto de mercados eficientes simplemente produjo fragilidad financiera, estructuras Ponzi.

Ellis (2008), a su vez, considera que la turbulencia en el mercado inmobiliario de Estados Unidos se debe al débil marco institucional (legal, tributario y de regulación financiera) que facilitó el exceso de oferta o sobreproducción de casas, la expansión del crédito y el apalancamiento (leverage) hipotecario con estándares

de riesgo idiosincrásico superiores al normal. Ellis (2008) compara el boom de la subprime en Estados Unidos con el boom inmobiliario en Australia, Canadá, España, Irlanda y en el Reino Unido; encuentra que sólo en el caso de Estados Unidos la vulnerabilidad fue el resultado de (a) la sobreproducción especulativa de viviendas, (b) fallas institucionales en los mercados financieros hipotecarios (en la evaluación y administración del riesgo y del colateral y en la asignación del crédito) y (c) incrementos en las tasas de default durante la fase de bonanza o boom, es decir, antes del momento de inflexión del ciclo económico. Ellis sugiere que las implicaciones de política de la actual crisis son dos: (1) la necesidad de regular el crédito inmobiliario en los países que tienen industrias de la construcción flexibles (particularmente Estados Unidos) y que por ello son proclives a generar una sobreoferta de vivienda y (2) la regulación prudencial de la deuda de los consumidores en países donde el sistema tributario y el marco institucional incentivan la contratación excesiva de crédito. En suma, la discrepancia entre Borio y Ellis estriba en que aquél sostiene que la subprime fue el epicentro casual o fortuito, pero que el detonador de la turbulencia pudo haberse originado en cualquiera de los países cuyos sistemas financieros participaron en la burbuja especulativa. Ellis, por el contrario, afirma que la cuestión de que la turbulencia se haya originado en el mercado norteamericano de la subprime se debe a que en este país se desarrollaron las condiciones específicas (fallas institucionales) que detonaron la crisis. No obstante, Borio y Ellis coinciden en la solución de la crisis; aquí la discrepancia es semántica: Ellis enfatiza la regulación prudencial y Borio la transparencia de los sistemas de administración del riesgo,

Tabela 2. Pérdidas Subprime desde Enero 2007, Bancos, Aseguradoras y GSE.

Banco	Créditos perdidos y eliminados (billones de dólares)	Compañía Aseguradora	Créditos perdidos y eliminados (billones de dólares)
Wachovia	96.5	AIG	60.9
Citigroup	65.7	Ambac	10.6
Merrill Lynch	55.9	Metlife	7.2
UBS	48.6	Hartford Financial	6.9
Washington Mutual	45.6	Prudential Financial	4.4
HSBC	33.1	Allstate Corp	4.4
Bank of America	27.4	MBIA	4.3
National City	26.2	Allianz	4.1
JPMorganChase	20.5	Swiss Re	4.0
Wells Fargo	17.7	Lincoln National	3.6
MorganStanley	15.7	Total Mundial	142.4
Royal Bank of Scotland	15.2	Pérdidas Subprime GSE (Compañía)	
Lehman Brothers	13.8	Freddie Mac	58.4
Credit Suisse	13.3	Fannie Mae	56
Total Mundial	709.4	Total	114.4

Fuente: Bloomberg.com, Financial Times.

los acuerdos de Basilea II y refinamiento de los marcos de política monetaria.

El IMF (2008) a su vez explica el origen y la propagación de la crisis de un modo similar a Borio y Ellis: la causa es la expansión del crédito irresponsable y la innovación financiera, mientras que el contagio se extiende más allá del mercado de la subprime, abarcando los títulos de las hipotecas prime de los mercados residenciales y comerciales, las tarjetas de crédito y los mercados de crédito corporativo de baja y alta calidad. Las iniciativas para “resolver” la crisis también son similares a las comentadas líneas arriba, aunque el IMF contempla la estandarización de algunos productos estructurados de crédito, reformas en los sistemas de rating, transparencia en el modelo O&D, “supuestos más realistas acerca de la liquidez de títulos estructurados complejos”, etc.

Finalmente, Martin Wolff, del Financial Times, concibe la crisis como el resultado de las transferencias de flujos de capital de China, India y el Sureste Asiático hacia los Estados Unidos y, posteriormente, de corporaciones norteamericanas hacia los mercados financieros internacionales. Es claro que en efecto ha habido esas transferencias, incluso también Rusia y los países exportadores de petróleo han contribuido a ello. Sin embargo, la hipótesis del Financial Times no explica la causa de estas transferencias.

II.2. Visión Heterodoxa

El enfoque heterodoxo rechaza la hipótesis neoclásica de eficiencia de los mercados financieros y postula la inestabilidad intrínseca del sistema financiero capitalista (Davidson 2008a, 2008b; Foster 2007; Lapavitsas 2007; Mah-Hui Lim 2008; Minsky 1982; Palley 2007).

Al analizar la crisis actual, esta visión enfatiza el patrón típico de las burbujas especulativas (Davis 1995; Kindleberger 1978; Minsky 1982) conformado por: (1) la oferta de un “nuevo” instrumento financiero (las obligaciones de deuda colateralizada, CDOs, es decir, la financiarización de los créditos hipotecarios que mezclan papeles con diversos grados de riesgo, entre ellos títulos subprime); (2) la expansión del crédito con el fin de financiar la burbuja hipotecaria: la Fed redujo la tasa de interés de los fondos federales de 6 por ciento en enero de 2001 a 1 por ciento en junio de 2003. La plétora de crédito alimentó el mercado de la subprime, haciéndolo crecer casi 10 veces entre 2000 y 2005 (Landa 2007); (3) manías irracionales que incurren en estructuras financieras Ponzi debido al incremento especulativo de deuda: en el clímax del boom especulativo la deuda hipotecaria acumulada en diciembre 2005 ascendió a un total de 8.66 trillones de dólares, i.e. casi 70 por ciento del PIB de Estados Unidos (Foster 2006:7); (4) tensión en los mercados, propiciada en este caso porque el incremento en las tasas de interés en 2006 para contener la inflación desinfló los precios de las casas adquiridas con hipotecas subprime (Foster 2006); y (5) pánico, crash y preferencia por la liquidez: la quiebra de Bear Stearns en julio 2007 y, subsecuentemente, la de Northern Rock en Inglaterra y de otras instituciones en Estados Unidos, Alemania, Australia, etc., tenedoras activos tóxicos, detonó la interrupción del crédito bancario y la imperiosa necesidad de abandonar el papel subprime a cambio de liquidez o bonos del Tesoro.

El periplo antes descrito configura un ciclo boom-bust impulsado por la financiarización del capital en virtud del cual el capital financiero predomina sobre el sector productivo, la

distribución del ingreso se polariza en favor de los rentistas financieros a través de la política monetaria y la inflación de los precios de los activos. La financiarización del capital tiene el poder de inducir riesgos de deuda-deflación y estancamiento de la producción y el empleo (Palley 2007). Incluso el propio IMF (2006) llamó la atención sobre el riesgo de que el boom de los derivados y de los fondos hedge impusiera una recesión prolongada en Estados Unidos.

El estancamiento productivo se halla en la base de la financiarización, que a su vez es una reacción a la tendencia al estancamiento de las economías de capitalismo maduro (Foster 2007; Magdoff y Sweezy 1983): el estancamiento en el sector real y la inflación en el financiero son los dos aspectos de un mismo fenómeno: la preeminencia del sistema financiero sobre la producción y el mercado de trabajo. Por ejemplo, un cálculo con datos del Economic Report of The President 2008 (Table B-91) revela que las ganancias del sector financiero como porcentaje de las ganancias totales se han incrementado de 17 por ciento en 1985 a 40 por ciento en 2005. Otro dato relevante que documenta la hegemonía del capital financiero sobre el sector real, es que la Ley Glass-Steagall, introducida en 1933 para impedir burbujas como la actual, fue repelida en 1999 por la Ley Gramm-Leach-Bliley. De este modo, la desregulación facilitó la espiral del apalancamiento (leverage) mediante la promoción de gigantes como Citigroup. La desregulación financiera global y la política monetaria deflacionaria también alentaron el carry trade, fenómeno que contribuye a la inestabilidad financiera. Otra forma de ver el impacto negativo de la financiarización es su efecto regresivo en la distribución del ingreso: de acuerdo con la Federal Reserve, la parte del ingreso personal disponible que

en promedio se dedica a pagar el servicio de la deuda de los individuos aumentó de 15.6 por ciento en 1983 a 19.3 en junio de 2007.

La deficiencia de demanda efectiva asociada al creciente desempleo estructural y a la restricción fiscal, que a su vez deriva de los requerimientos de la integración monetaria (en la zona del Euro, cf. Semmler et al. 2004), de la dolarización y del Consenso de Washington en América Latina (cf. Cámara y Vernengo. 2004), no es sino otra expresión, por el lado de la demanda, de la tendencia dual estancamiento-financiarización.

Tabela 3. Posición de Inversión Neta Internacional de los Estados Unidos, 1985-2007

Año	Miles de millones de dólares
1985	67.1
1990	-223.4
1995	-422.9
2000	-1,330.6
2005	-1,925.1
2006	-2,225.8
2007p	-2,441.8

Fuente: U.S. Economic Accounts. International Economic Accounts

El exceso de liquidez en poder del sector bancario internacional, resultante de la deflación internacional, la liberalización financiera global y la acumulación de reservas por parte de los bancos centrales, constituye un riesgo para la estabilidad del sistema. En particular, dado este contexto tan complejo, la crisis parece hundir sus raíces en la interacción entre al menos tres variables: la transferencia global de fondos

líquidos procedentes de los países con superávit financiero, la política monetaria de la Reserva Federal (Fed) y la macrodinámica de la economía de Estados Unidos caracterizada por una doble tendencia hacia el estancamiento y la financiarización del capital y de la actividad económica. La economía de Estados Unidos representa el 25 por ciento del PIB mundial y su posición financiera (inversión) neta con el resto del mundo es deficitaria en un orden de magnitud de casi 20 por ciento (véase Tabela 3). De ahí la naturaleza global de la actual crisis financiera. De ahí también la necesidad de un nuevo marco de regulación de los mercados financieros, en particular de los derivados, a fin de evitar la inestabilidad sistémica recurrente.

III. Impacto Sobre la Economía Mexicana

El impacto inicial de la crisis de financiarización sobre las economías emergentes fue menor que en las economías más desarrolladas. Por ejemplo, la prima de riesgo de la deuda soberana de las naciones en desarrollo al principio aumentó menos que la prima de la deuda de los emisores corporativos de Estados Unidos. A caso por ello el gobierno mexicano inicialmente no percibía sino un "efecto marginal" de la crisis norteamericana. A continuación, discutiremos la visión del Banco de México (BM) y los efectos de corto y largo plazo de la crisis sobre la economía nacional.

III.1. La Crisis Según el Banco de México

En general, dos son las vías de contagio de la crisis financiera: la economía financiera y la eco-

nomía real. El contagio por vía financiera ocurriría si las instituciones financieras que operan en México tomaran pérdidas por haber comprado papel en hipotecas subprime.

La exposición de los bancos que operan en México al riesgo del mercado subprime "ha sido prácticamente nula" (BM 2008:34), amén de que estos bancos tienen amplios márgenes de tasas de interés en los créditos que otorgan. Otra ventaja, según BM, es que varios bancos "están controlados por grupos financieros internacionales" (ibid.). La tasa de interés implícita en dólares en los swaps peso/dólar a 24 horas que la banca mexicana emplea como proxy para contratar financiamiento en dólares ha sufrido algunas perturbaciones, el BM considera que el contagio financiero no ha sido importante. Aunque el spread de los bonos corporativos latinoamericanos ha aumentado y por ello la emisión de deuda de las empresas ha disminuido.

Por otra parte, aunque las expectativas de inflación están presionando al alza a los bonos de largo plazo el BM considera que la volatilidad de las tasas de interés es menor que la observada en los Estados Unidos. El BM (2008:37-40) sintetiza el impacto de la crisis de la subprime durante 2007 en tres puntos:

1. el PIB y los componentes internos y externos de la demanda agregada se desaceleraron con respecto al año anterior al inicio de la crisis de la subprime.
2. el consumo siguió siendo el principal elemento del PIB real, aunque sufrió una disminución, mientras la inversión pública y privada se incrementó más que el PIB gracias los ingresos mayores de la exportación de petróleo.
3. el gasto público también creció más que en 2006, alentado por la bonanza petrolera.
4. debido a la desaceleración del crecimiento

de la economía de Estados Unidos, las exportaciones no petroleras crecieron menos que en 2006.

5. las exportaciones de petróleo se elevaron hasta un nivel sin precedente gracias a los precios favorables de la mezcla mexicana. No obstante, la balanza petrolera fue deficitaria.

6. el ingreso de dólares por concepto de remesas disminuyó notablemente sobre todo debido a la crisis en la industria de la construcción de Estados Unidos.

7. la cuenta corriente de la balanza de pagos registró un déficit de 0.6 por ciento del PIB.

8. Pero las perspectivas para México, según el BM, son halagüeñas porque en enero-marzo de 2008 el PIB presentó un crecimiento moderado de 2.6 por ciento, la cuenta de capitales registró un superávit de 9 mil millones de dólares, el financiamiento externo a Proyectos de Infraestructura Productiva de Largo Plazo continúa y la reserva internacional neta del BM aumentó 6.1 mil millones de dólares.

III.2. El Corto Plazo

El diagnóstico del impacto de la crisis de financiarización que realizó Guillermo Ortiz, gobernador del BM, concluyó que "de ninguna manera habrá una debacle económica en el país". Los datos no parecen ratificar su juicio. La crisis se ha transmitido a través de los canales reales y financieros. Un recuento de los efectos de corto plazo puede presentarse así:

1. La tasa de crecimiento del PIB pasará de 3.19 por ciento en 2007 a 0.5 por ciento en 2008, lo que significa que la recesión tiende a prolongarse (véase gráfico 1).
2. las exportaciones crecieron un magro 5.6

por ciento; las exportaciones manufactureras decrecieron 3.8 por ciento en agosto 2008 (en agosto 2007 habían crecido 9.6%) y las exportaciones automotrices se redujeron 13 por ciento entre agosto 2007 y agosto 2008.

3. el tipo de cambio del peso sufrió una corrida, el BM intervino en los mercados cambiarios inyectando dólares; en octubre el BM perdió 11,600 millones de dólares en reservas sin impedir que la moneda se devaluara. La inestabilidad monetaria ha continuado y ahora el tipo de cambio spot es 13.51 pesos por dólar, lo cual implica una devaluación acumulada de 37% con respecto a la paridad de agosto. Dado que el efecto de traspaso del tipo de cambio al nivel de precios (pass-through) es significativo, tasa de inflación para 2008 será dos veces (6.1%) el objetivo del BM (véase gráfico 2).

4. la tasa de desempleo aumentó a 4.25 por ciento, la cifra más alta desde 2005 (véase gráfico 3). Por esta razón, 700 mil familias han dejado de pagar sus deudas (tarjetas de crédito, créditos automotrices, hipotecas) a los bancos, de manera que la cartera vencida de la banca comercial aumentó 50 por ciento en los últimos 12 meses.

5. el precio de la mezcla mexicana de petróleo se cotizaba en 109.47 dólares por barril en agosto pasado, y actualmente ha caído por debajo de 40 dólares. Esto es importante porque el gobierno mexicano obtiene el 35 por ciento de sus ingresos fiscales a través del petróleo.

6. el contagio monetario-financiero se transmitió a la Bolsa Mexicana de Valores (BMV), que perdió 25 por ciento de su valor en pocos días. La empresa Comercial Mexicana perdió 94% de su valor de capitalización en la BMV, razón por la que suspendió sus acciones y ha entrado en concurso mercantil, i.e., suspensión de pagos afectando así a su acreedor el banco Banorte y

a sus proveedores de la televisión. La empresa productora de papel más importante de México, Corporación Durango, también recurrió a la Ley de Quiebras por no poder pagar su deuda de 520 millones de dólares; otras empresas de la industria de la construcción y la fundición de hierro, empresas mineras e inmobiliarias y la líder del cemento CEMEX (tercer productor de cemento en el mundo) han visto cómo se desploman sus acciones bursátiles bajo el peso de su deuda dolarizada. CEMEX despedirá al 10% de sus 64 mil trabajadores.

7. las remesas de dólares enviadas por los emigrantes entre enero y agosto de 2008 descendieron 4.2 por ciento con relación a 2007. Además, el número de mexicanos que emigraron a los Estados Unidos y que están retornando a México ha aumentado desde 2007. Muchos de estos trabajadores han perdido su empleo como consecuencia de la crisis y al regresar al país aumentará la tasa de desempleo (véase gráfica 4).

Gráfico 1. Tasa de Crecimiento del Producto Interno Bruto

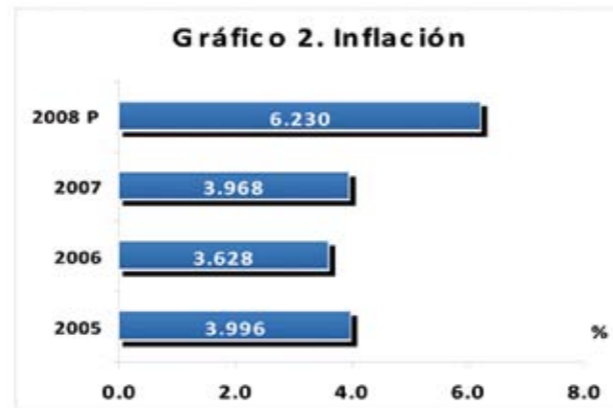
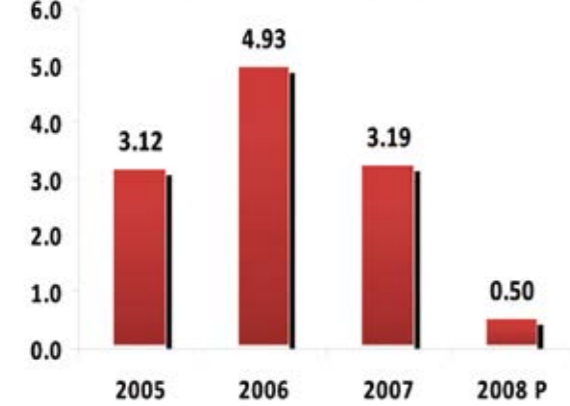
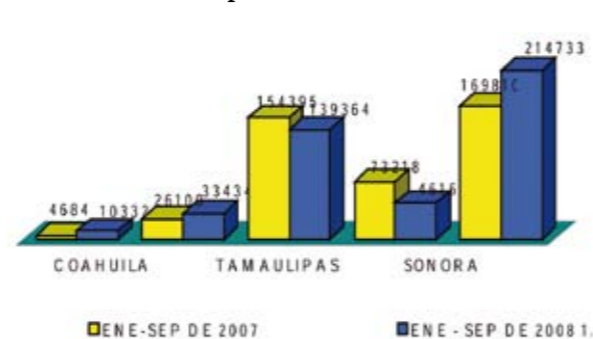


Gráfico 4. Eventos de Repatriación de Mexicanos desde Estados Unidos en Forma Ordenada y Segura
Enero - Septiembre 2007 - 2008



III.3. El Largo Plazo

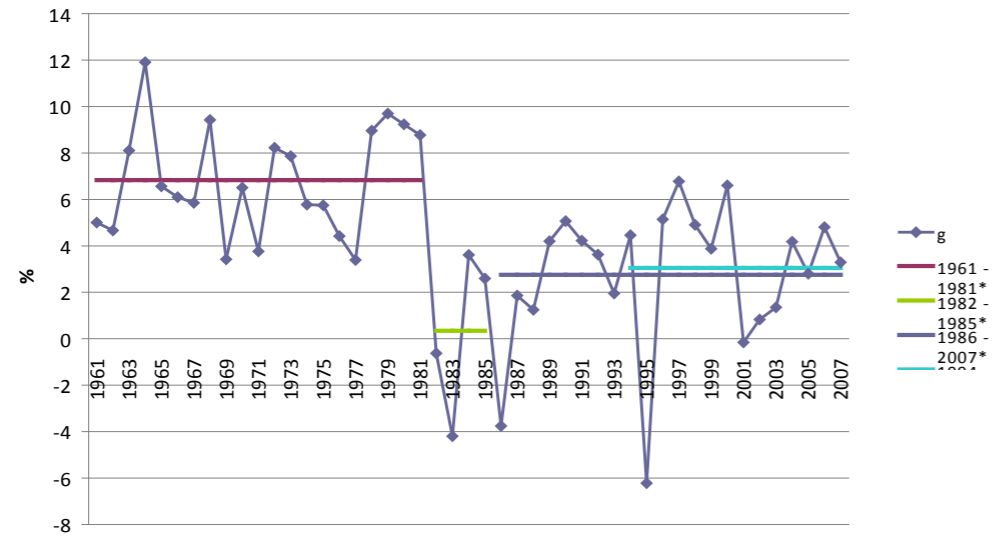
Si se considera que la deuda acumulada en la burbuja hipotecaria equivale más o menos al 70% del PIB de Estados Unidos, es imposible creer que la economía mexicana no experimentará una profunda recesión como consecuencia del ciclo boom-bust que ya ha conducido a la economía norteamericana a una recesión cuya magnitud aun ignoramos.

El impacto de largo plazo ya ha iniciado con el cierre total o parcial de empresas grandes, medianas y pequeñas, el despido masivo de trabajadores, la pérdida de remesas por la repatriación definitiva de muchos emigrantes, el colapso de la renta petrolera, el racionamiento de crédito al consumo porque 700 mil hogares no podrán liquidar sus tarjetas de crédito, cuya circulación los bancos la aumentaron de 15 millones a 26 millones entre 2005 y 2008 con la misma ineficiencia con que los bancos de inversión e hipotecarias alimentaron la burbuja de la subprime. La deuda externa de los bancos ha disminuido notablemente (53%) desde la crisis de 1995 y sus índices de capitalización han aumentado en línea con Basilea II. Pero dado que no es previsible que el gobierno modifique el marco de regulación financiera, los bancos no contribuirán con crédito a la recuperación de la economía; más bien habría que esperar que obstaculicen la recuperación productiva mediante racionamiento de crédito, transferencia del ahorro doméstico a sus matrices (como ya lo hizo Banamex filial de Citigroup), elevadas comisiones por sus servicios, altas tasas de interés y uso de los depósitos del público para adquirir bonos del gobierno. Más aún, dado que en la práctica el gobierno ha cancelado la banca de desarrollo

la intermediación del ahorro nacional y la inversión ha quedado en manos extranjeras gracias a la liberalización financiera. Por ello, si no ocurre un cambio sustancial de política económica, puede pronosticarse que la economía mexicana continuará por la senda de estancamiento que ha transitado desde la crisis de deuda externa (véase gráfico 5), caracterizado también por un patrón de coeficientes de inversión deprimidos (véase gráfico 6).

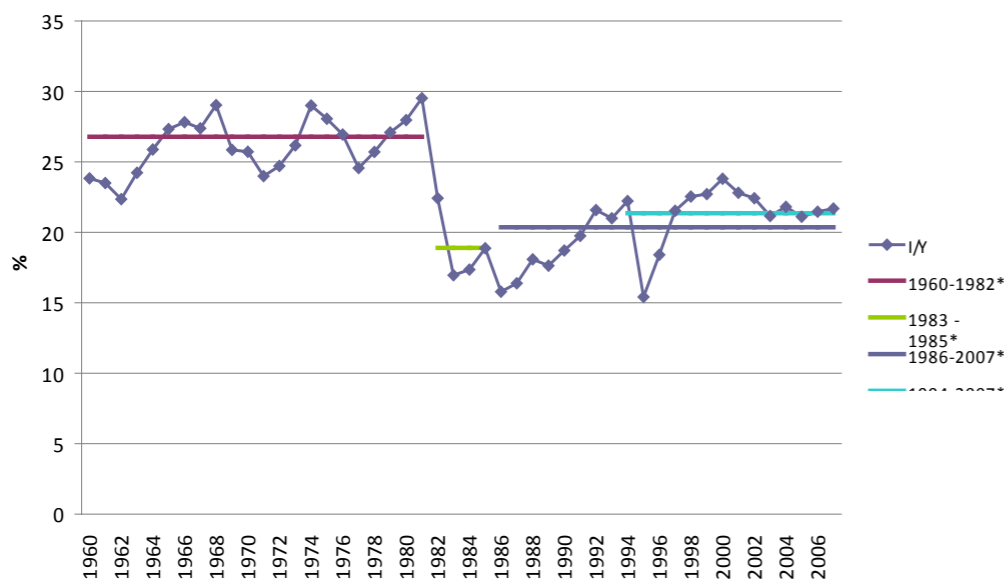
El gobierno mexicano afirma que no habrá contagio mediante los vehículos financieros. Además de que esta hipótesis debe tomarse cum granu salis, existen suficientes mecanismos de transmisión en el sector real como para esperar un escenario de estandeflación prolongado: por el lado del sector externo, la economía norteamericana está reduciendo sus importaciones (véase Tabela 1) y necesita incrementar el ahorro y disminuir el consumo. El anuncio del presidente electo Obama de revisar el NAFTA es una premonición en esa dirección. Por otra parte, las fuentes de ingresos externos como petróleo (17 mil millones de dólares en 2007), maquiladoras (antes brindaba un saldo positivo neto de 24-25 mil millones de dólares), remesas (en la época óptima suministraban 24 mil millones de dólares, y en los primeros meses de 2008 habían caído entre el 12% y el 15%), turismo (ingresos netos por 4,500 millones de dólares), crédito externo, inversión extranjera directa, etc. están entrando en una fase depresiva. Por último en este punto, el modelo exportador nunca generó el efecto Stolper-Samuelson que prometió la liberalización comercial: en el mejor de los casos (1995-2000) las exportaciones sólo generaron el 10.55% del empleo y el mercado interno el 85.98%.

Gráfico 5. Tasa de crecimiento anual, 1961 - 2007.



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.
* Promedio de la tasa de crecimiento anual.

Gráfico 6. Coeficiente de Inversión, 1960 - 2007.



Fuente: Elaboración propia con datos del Banco Mundial.
* Promedio del coeficiente de inversión.

Por otra parte, es necesario enfatizar que la economía mexicana no está exenta de contagio financiero: la deuda externa privada representa el 70% de la deuda total y, sumando los Pide-regas (Proyectos de Inversión de Infraestructura), asciende a 100 mil millones de dólares. A lo que habría que sumar las obligaciones contingentes correspondientes a las operaciones en los mercados de derivados; y todavía hay que incluir las tenencias de papel nacional (24.5 a 154.4 miles de millones de dólares (los Adra representan 66%) que los mercados de valores extranjeros adquirieron desde la crisis del efecto Tequila (1995) hasta el presente. Es decir, la deuda corporativa privada (acciones, bonos, créditos) asciende a más de 100 mil millones de dólares. El contagio financiero es un peligro real, particularmente porque el plan anti-crisis del gobierno no elimina la volatilidad del tipo de cambio ni la posibilidad de que las reservas del BM se extingan con futuros ataques al tipo de cambio.

IV. Perspectivas

México se embarcó en la liberalización económica con la esperanza de que el NAFTA, las políticas de laissez-faire, el Consenso de Washington (WC) y la política monetaria de inflación objetivo facilitarían el tránsito hacia el desarrollo sostenido que se perdió con la crisis de deuda externa en 1982. Los sucesivos gobiernos mexicanos aplicaron religiosamente el canon del WC.

Irónicamente, la economía nacional se encuentra al borde de una profunda recesión a pesar de haber practicado la disciplina fiscal y monetaria, a pesar de tener “fundamentales” supuestamente sólidos. Es evidente que NAFTA y el WC están muertos. La dimensión de la recesión in-

ducida por la crisis de financiarización es espectacular. Mientras el gobierno de Estados Unidos ya instrumenta un programa intervencionista monumental para defender a sus consorcios financieros y productivos, el gobierno mexicano sólo ha puesto en marcha un plan improvisado e insuficiente que se limitó a defender al tipo de cambio sin conseguir evitar la devaluación monetaria, y en el intento el BM perdió casi el 10% de sus reservas. Es necesario poner en marcha un plan anti-recesión que restaure las cadenas productivas, incentive el mercado interno y mejore la distribución del ingreso con base en políticas monetarias y fiscales activas similares a las que México practicó durante el periodo de Desarrollo Estabilizador (1950s-1960s). La crisis de estancamiento y financiarización global valida el apotegma de Celso Furtado: “Não resta dúvida de que o ciclo histórico que se abre será marcado pela emergência de uma nova concepção de política” (Furtado 1999:10).

Referencias

- Banco de México. 2008. Reporte Sobre el Sistema Financiero 2007. México D.F.
- Borio, C. 2008. “The financial turmoil of 2007-?: a preliminary assessment and some policy considerations.” BIS Working Paper No. 251. Disponible en www.bis.org.
- Câmara Neto, A. F. y M. Vernengo. 2004. “Fiscal Policy and the Washington Consensus: A Post Keynesian Perspective”, Working Paper No. 2004-09, University of Utah, Department of Economics.
- Davidson, P. 2008a. “Securitization, Liquidity

Muito além da social-democracia

De Buenos Aires

Na manhã agradável de início de primavera (o frio já não é tão severo) em Buenos Aires, o professor Atilio Borón se posiciona atrás da mesa entulhada de livros e papéis e inicia a conversa. Sua tese: os governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, por sua marca “antioligárquica e antiimperialista”, mudaram a geografia política do continente. Na opinião do sociólogo e professor de Teoria Política da Universidade de Buenos Aires, Venezuela, Bolívia e Equador vivem o desafio de aprofundar as experiências democráticas mais radicais na América Latina, por incorporar o povo no processo de mudanças”. São experiências que, segundo ele, vão além da social-democracia clássica, embora a construção do socialismo nes-

ses países “ainda seja uma alternativa distante.”

O ex-secretário executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) considera “miope” a política externa brasileira em relação aos três países. “O

Brasil só teria a ganhar com o fortalecimento desses governos”, avalia. Atilio Borón é autor de *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, sua obra mais conhecida. De um pequeno gabinete na lendária Avenida Corrientes ele dirige o Programa latinoamericano de Educación a Distancia en Ciencias Sociales (Pled) – rede internacional de cursos da qual fazem parte intelectuais como Noam Chomsky e Perry Anderson. Foi lá que ele recebeu a equipe de VERSUS para a entrevista a partir da página seguinte.

and Market Failure.” Challenge, maio-junio.

Davidson, P. 2008b. “Is the current financial distress caused by the subprime mortgage crisis a Minsky moment? Or is it the result of attempting to securitize illiquid non-commercial mortgage loans?” Journal of Post Keynesian Economics, vol. 30, No. 4, Verano, pp. 669-676.

Davis, E. P. 1995. Debt, Financial Fragility and Systemic Risk. Oxford. Oxford University Press.

Ellis, L. 2008. “The housing meltdown: Why did it happen in the United States?” BIS Working Paper No. 259. Disponible en www.bis.org.

Foster, J. B. 2006. “The Household Debt Bubble”. Monthly Review 58, No. 1, mayo, pp.1-11.

Foster, J. B. 2007. “Financialization of Capitalism.” Monthly Review 58, No. 11 abril, pp. 8-10.

Furtado, C. 1999. O Longo Amanhecer: Reflexões Sobre a Formação do Brasil, Rio de Janeiro.

Galbraith, J. K. 1990. A Short History of Financial Euphoria, New York, Whittle Books.

Himmelberg, C., C. Mayer y T. Sinai. 2005. “Assessing High House Prices: Bubbles, Fundamentals and Misperceptions”. Journal of Economic Perspectives Vol. 19, No. 4, Fall, pp. 67-92.

IMF. 2006. Global Financial Stability Report. Washington D.C. Septiembre.

IMF. 2008. Global Financial Stability Report. Washington D.C. Abril.

IMF. 2008. World Economic Outlook. Washington D.C. Noviembre.

Kindleberger, C. P. 1978. Manias, Panics and

Crashes, New York, Basic Books.

Landa, J. 2007. “Deconstructing the credit bubble”. Matterhorn Capital Management Investor Update. Disponible en <http://www.matterhorncap.com>.

Lapavistas, C. 2007. “The credit crunch.” International Socialism No. 17. Diciembre.

Mah-Hui Lim, M. 2008. “Old Wine in a New Bottle: Subprime Mortgage Crisis – Causes and Consequences.” Working Paper No. 532. The Jerome Levy Institute of Bard College. Abril.

Magdoff, H. y P. M. Sweezy. 1983. “Production and Finance.” Monthly Review 35, No. 1, mayo, pp. 11-12.

Marx, K. 1967 [1863]. Capital: A Critical Analysis of Capitalist Production, vol. 1. New York, International Publishers.

Minsky, H. P. 1982. Can “It” Happen Again? Essays in Armonk, New York, M.E. Sharpe.

Palley, T. I. 2007. “Financialization: What it is and Why it Matters” PERI Working Papers No. 153. Amherst, MA. Noviembre.

Schumpeter, J. A. 1939. Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process, Philadelphia, Porcupine Press.

Semmler, W., A. Greiner, W. Zhang, 2004. Monetary and Fiscal Policies in the Euro-Area. Amsterdam. Elsevier.

VERSUS ACADÊMICA
na internet

www.versus.ufrj.br



ILUSTRAÇÃO GCASTRO

Versus O que representa a ascensão política de Evo Morales, Rafael Correa e Hugo Chávez no continente?

Atilio Borón Bem, é resultado da grande frustração provocada pelo funcionamento da economia neoliberal. Representa um protesto contra a desigualdade social que se aprofundou como consequência da aplicação dessa política. Representa a busca de alternativas mais promissoras para o povo, para melhorar suas condições de vida. Nenhum desses governos – Chávez, na Venezuela, Evo, na Bolívia, e Correa, no Equador – é similar. Há diferenças entre eles. Mas os três surgem no processo de enfraquecimento da hegemonia norte-americana na região.

V Enfraquecimento...

AB Enfraquecimento que permite maiores margens de autonomia para esses países. Há uma série de acontecimentos muito importantes. Exemplo: uma frota russa fazendo exercícios militares no mar do Caribe. Isso tem um significado enorme em termos geopolíticos. Significa que há espaços para se fazer uma política de esquerda mais ou menos radical, bastante radical em alguns casos na América Latina. E os países que estão mais se aproveitando disso são Venezuela, Equador e Bolívia. São governos que estão buscando, por diversas vias, aprofundar os processos democráticos,

são os países mais democráticos da América Latina, muito mais do que Argentina, Brasil e Chile. Nenhum desses três países, por exemplo, organizou referendos como mecanismos de ampliação da participação popular e de legitimação política através do apoio popular.

V Como se desenha a resistência a Chávez, Correa e Evo?

AB Existe uma enorme resistência de parte das elites oligárquicas locais e do imperialismo.

manifesta no Sul do país, uma região de petróleo. O separatismo ressuscita no Equador – um sonho que estava adormecido e agora aparece como golpe. Na Bolívia, o separatismo aparece claramente.

O jogo do Brasil

V Qual o papel de Argentina e Brasil, países com pesos estratégicos e com as economias mais dinâmicas do continente, nesse processo?

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR



EVO. Com Cristina e Lula, em Buenos Aires

Aparece, então, o tema do separatismo como parte de uma estratégia imperialista muito forte, quando não consegue derrubar governos pela via do golpe militar. Então a tática é a de potencializar a tendência separatista, uma vez que países da América Latina têm uma integração nacional bastante débil. Na Venezuela foi estimulado, sem maior sucesso, movimento separatista: há uma tendência nessa direção que se

AB O papel vai depender muito da orientação que querem assumir estes governos. Eu creio que a Argentina e o Brasil têm enorme responsabilidade em fortalecer esse processo de transformação na América Latina. Porém, os dois países estão muito contidos. No caso do Brasil, vejo o governo Lula como muito obsessivo para conter a liderança de Chávez na América Latina. Isso é preocupante, porque o Brasil não tem

nenhuma necessidade de pensar em Chávez como um adversário, um competidor. Pelo contrário, Chávez faz um trabalho do qual o Brasil pode se beneficiar, se atuar com inteligência, o que não tem acontecido. O *establishment* diplomático brasileiro compromete seriamente a segurança do Brasil por sua miopia.

V Como assim?

AB Para mim é incompreensível que o Brasil aceite com tranquilidade que os Estados Unidos

V A política externa brasileira faz o Brasil perder espaço?

AB O fato é que o Brasil faz um jogo ambivalente, assim como a Argentina. É o caso da Usina de Itaipu. O acordo entre os três países foi negociado entre ditaduras, de forma desfavorável ao Paraguai. Desde lá estamos comprando quilowatt a um preço muito inferior ao valor de mercado. O que custa para o Brasil e para a Argentina pagar um pouco mais? Não querer renego-

V E a diplomacia argentina?

AB Tampouco ajuda muito, está na mesma linha da diplomacia brasileira. Só que o Brasil tem um marketing do Itamaraty como uma coisa muito mais séria. A política externa do Brasil e da Argentina mostra incompetência não só em relação ao Paraguai, mas também em relação ao Uruguai. Não é possível que Brasil e Argentina não tenham política para os países pequenos. Do lado da Argentina, também a incompetência é fenomenal.

V O que seria, na sua opinião, uma política correta?

AB No panorama latino-americano eu diria: Argentina e Brasil têm uma responsabilidade fundamental de fortalecer Chávez, Correa e Evo. É por interesse próprio, não só por solidariedade internacional, porque se esses países caírem nas mãos da direita, o futuro de Brasil e Argentina pode ficar comprometido. Brasil e Argentina têm que ser duros, dizer que não admitem um processo separatista na Bolívia, no Equador e muito menos um golpe militar, ao mesmo tempo que o Brasil e a Argentina deveriam avançar seriamente no caminho de reformas. O avanço tem sido mínimo.

A influência de Fidel

V Bolívia, Equador e Venezuela estão vivendo um processo democrático mais radical, segundo



EFE/Cuba Debate /AGÊNCIA GLOBO

CHAVEZ. Com o conselheiro Fidel no hospital

mantenham uma base militar potencialmente gigantesca a 250 quilômetros de sua fronteira (no Paraguai). E não se pode culpar os paraguaios, que vivem buscando aproximação com o Brasil. Essa base militar pode agregar 16 mil tropas norte-americanas e tem uma pista que é adequada para a avião Hercules para trazer tanques e todo o resto. Isso é dirigido para o Brasil, para a Bolívia, eventualmente para Argentina,

ciar o contrato revela um espírito comercial mesquinho, sem ver o processo político global. O Brasil se fortalece se tem aliados com os quais coopera. Porém o governo brasileiro tem que compreender que para cooperar seriamente tem que estar disposto a pôr dinheiro por trás das palavras. Chávez põe dinheiro, Lula põe palavras. Então Chávez ganha muito mais poder de gravitação como líder regional.

o seu desenho. A característica é social-democrata, é socialista, para onde aponta esse processo?

AB Eu diria que Chávez está construindo com grande dificuldade uma área de economia de propriedade social que coloca à margem a dinâmica do mercado, a lógica do mercado. Chávez está transformando de uma maneira muito forte a consciência dos setores populares da Venezuela. E ao mesmo tempo está criando milícias populares para defender a sua revolução. Parece-me que é um caminho que vai muito adiante. Ele está assentando as bases do que poderia chegar à construção de um socialismo muito original. Mas, ao mesmo tempo, é um caminho muito complicado. A debilidade fundamental de Chávez é que tem sido um processo muito rápido, apesar de já ter levado 10 anos. A transformação da consciência popular é coisa que leva muito tempo. É importante destacar que Chávez, além do apoio popular, tem o apoio das forças armadas. Nós sabemos que os Estados Unidos estão oferecendo milhões de dólares para achar alguém que mate Chávez. Portanto, é um processo cheio de dificuldades. Mas o avanço de Chávez é extraordinário. É o homem que, depois do papel exercido por Fidel, tem a missão estratégica mais completa entre as lideranças latino-americanas.

V Qual a influência de Fidel Castro sobre Chávez?

AB Bem, Fidel atua como uma fonte de inspiração, como um grande conselheiro de Chávez. O problema é que Fidel está muito enfermo, então os conselhos já não são tão freqüentes como antes. Fidel enfermo é ruim para Chávez. Ele tem tomado algumas iniciativas afoitas. Fidel é um enorme estrategista. Quando Chávez se consultava permanen-

luta pelo poder internacional, do poder extraordinário das grandes empresas internacionais se apoderando do Estado. Quem tem essa missão é Chávez.

V E o papel de Evo Morales e Rafael Correa?

Correa e Evo também, mas Chávez tem muito mais claro a situação. Tem dez anos de experiência de governo. O poder ensina. E

WILSON DIAS/ABR



NA URNA. Votando no referendo de 2007

temente com ele, cometia menos exageros. Chávez tem cometido erros como quando ofereceu a defesa militar ao governo de Evo. Isso devia ter sido comunicado a Evo em particular, se fosse o caso, e não dito o publicamente. Resultado: colocou Evo em situação muito difícil diante do exército boliviano e abriu espaço para Chávez ser contestado sem que Evo pudesse defendê-lo. Mas isso não tira de Chávez a condição de, no âmbito sul-americano, ser o líder com a responsabilidade maior por uma visão estratégica do imperialismo, da

Chávez aprendeu muito, e pode ensinar. Correa e Evo também seguem apreendendo. Definitivamente diria que o governo Chávez não é um experimento social-democrata. Tampouco diria que já está construindo o socialismo, apesar do que está fazendo, pois as condições objetivas e subjetivas ainda não estão dadas. Creio que no caso de Evo e Correa, os dois estão fazendo governos reformistas muito sérios e estão na ante-sala da construção de uma alternativa socialista. Uma ante-sala necessária, um vestibular necessário.

A democracia na América Latina

V Como o senhor caracterizaria hoje a democracia na América Latina, especialmente nestes três países?

AB São democracias que parecem ter um componente fundamental que dá ao povo um protagonismo, situação que não temos

10% da população economicamente ativa tem acesso à previdência social. É um país onde a maioria terminava de trabalhar e morria. Evo Morales modificou essa situação, e essa gente hoje pode pelo menos comer. Isso é muito importante, porque estamos falando do segundo país mais pobre da América Latina. Um país potencialmente riquís-

ANTONIO CRUZ/ABR



CORREA. Nova constituição e apoio popular

na Argentina e no Brasil. São regimes muito legítimos, porque são regimes que têm feito o que prometeram. Correa prometeu refundar o Estado Nacional Equatoriano e está fazendo isto, fundando um Estado plurinacional em que a comunidade indígena tem os seus direitos reconhecidos na nova Constituição do país. Bem, na Venezuela, a Constituição bolivariana. Na Bolívia, Evo Morales fez promessas e está cumprindo, conferindo dignidade ao povo. Na Bolívia só pessoas da classe média conseguiam viver mais de 60 anos. Apenas

simo e que vive numa pobreza extraordinária.

São governos que, caracterizá-los como social-democratas é muito pouco. Seria aplicar muito mecanicamente um modelo da Europa numa realidade muito diferente. Além do mais, deixaria de levar em conta um dos elementos mais importantes, que é o protagonismo popular. Trata-se de um dado decisivo que faz a diferença em relação ao Brasil, Argentina, Chile e outros países da região.

V Para encerrar, há possibilidade de retaliação dos Estados Unidos para conter esse processo?

AB É muito difícil. Os Estados Unidos estão com problemas muito sérios. A crise financeira lhe impôs um golpe brutal. É a crise mais grave dos últimos 60 anos. Além disso, o país está envolvido em duas guerras simultâneas, no Afeganistão e no Iraque. Por outro lado, há mudanças importantes nas relações entre países. O projeto da Alca desapareceu. A frota russa faz exercício no mar do Caribe. O programa de tecnologia nuclear entre Brasil e Argentina é muito importante. Embaixadores americanos de países como a Venezuela e a Bolívia são expulsos. Países pequenos como El Salvador e Honduras rechaçam o poder americano. Na minha opinião, há um início de decomposição do império. Neste sentido, acho muito difícil os Estados Unidos tentarem resolver essa questão pela força. Primeiro, porque isso só aprofundaria o desprestígio do país. Segundo, que seria uma medida que poderia provocar o efeito contrário, de radicalização política. Outro aspecto é que, se fracassa a Bolívia, se fracassa Correa com credencial democrática respeitável, amanhã o povo brasileiro, o povo argentino vão se perguntar de que vale a democracia, perderão a confiança. ◻

VERSUS
na internet
Leia e ouça
trechos desta
entrevista
www.versus.ufrj.br

Ollantaytambo,
Peru.



Quem é

Marcos Serra Lima tem 28 anos. É formado em jornalismo pela PUC, com pós-graduação em Comunicação e Imagem. Trabalhou nas revistas *Quem e Época*, da Editora Globo. Desde junho de 2006 fotografa para a Globo.com.



A América do Sul como você nunca viu

Durante 30 dias o fotógrafo Marcos Serra Lima viajou por regiões remotas do Chile, Bolívia e Peru, capturando imagens do deserto de Atacama, da sinuosidade da Cordilheira dos Andes, do altiplano peruano e de pessoas, como as crianças de bochechas rosadas e empacotadas para se proteger do frio. A combinação do azul do céu com a aridez do solo em algumas de suas fotos produz efeito difícil de ser alcançado pelas palavras. O gênio Cartier-Bresson, que influenciou gerações de fotógrafos, disse o seguinte: "Em qualquer coisa que se faça deve existir uma relação entre o olho e o coração." Marcos aprendeu a lição. Aqui, o seu diário iconográfico de viagem.

Cada curva de 180
graus da Cordilheira
dos Andes me pedia
uma foto.
Argentina.



A **Árvore de Pedra**,
na **Bolívia**, é uma das
atrações do passeio
de jipe que dura três
dias. O destino é o
Salar do Uyuni.



O pórtico da Vila Alota, povoado que lembra uma cidade fantasma. Bolívia.



Solidão em Vila Alota.

Reza a lenda que os fotógrafos da *National Geographic* sempre levavam acessórios vermelhos nas mochilas. É que o vermelho no primeiro plano e o céu azul são garantia de boas fotos. Praça das Armas, Cuzco, Peru.





Deserto de Atacama, próximo a San Pedro. Antofagasta, Chile.

Por conta do frio, as crianças, todas de bochechas rosadas, andam empacotadas. Uyuni, Bolívia.



Varal boliviano.



Andar com fé eu vou.



O Chile e a Bolívia têm um Vale da Lua. Eis os três astronautas chilenos.



Podia ser no Posto 9, em Ipanema. Mas foi em Copacabana, a boliviana.



Fotografia tem dessas coisas. Não ensaiei essa cruzada de pernas da raposa. Nem esse fechar de asas do pássaro. E quando podia supor que a melhor foto da viagem seria feita na fronteira entre Bolívia e Chile? Fotógrafo não tira férias

Rio de tensões

Observatório de Conflitos Urbanos do IPPUR faz a radiografia da cidade

A pauta do cotidiano da cidade ganha dimensão política quando serve de combustível para o conflito urbano. Na origem do estresse, uma agenda de demandas relacionadas à moradia, transportes, saúde, educação, lixo, energia, uso do solo e...segurança pública, campeã no ranking das aflições. E não se fala aqui do enfrentamento entre policiais e traficantes. Quando mapeada, essa rotina de inquietações se constitui num surpreendente manancial de informações sobre os humores de parte da população – especialmente dos segmentos mais destituídos (ou totalmente) de bens e serviços. Mas não só. O Observatório de Conflitos Urbanos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da UFRJ criou um banco de dados virtual com o mapa das principais manifestações populares que se enquadram naquelas características desde 1993 até os dias atuais. O levantamento é uma verdadeira radiografia da cidade e de suas tensões. O termo Conflito Urbano não significa, necessariamente,

te, confronto com a polícia ou forças armadas. De acordo com Breno Camara, coordenador adjunto do projeto, o conceito diz respeito a atos coletivos que têm a cidade como arena e objeto de suas reivindicações. O banco de dados pode ser acessado pelo site www.observaconflictos.ippur.ufrj.br. As fontes da pesquisa do Observatório são jornais, sites, revistas, telejornais, noticiários de emissoras de rádio e arquivos do

Ministério Público. O resultado é um conjunto de informações que tornou possível a identificação de dezessete subcategorias de conflitos. Cada uma delas é apresentada no site com informações complementares como datas, formas de manifestação, grupos queixosos, o tipo de reclamação e bairros envolvidos. Além disso, os dados referenciados geograficamente facilitam cruzamento e comparações com outros índices também utilizados pela Prefeitura



O MAPA DO CONFLITO. Nas áreas mais pobres, a reclamação da comunidade é principalmente contra a conduta policial

ra como IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) por região, analfabetismo e mortalidade infantil. No final tem-se uma variada gama de opções de consultas para análises de estudantes, pesquisadores, jornalistas e público em geral. Mês a mês as informações são atualizadas pela equipe do Observatório. O site pode ser considerado um termômetro da situação política da cidade, uma vez que revela sua rotina de inquietações sem se deixar impres-

sionar por fenômenos excepcionais de comoção, afirma Breno Camara. Ele relata que depois de eventos em que há brutalidade radicalizada, conforme os casos do menino João Hélio (que morreu depois de ser arrastado num carro roubado por assaltantes em 2007), é comum haver um período de dois ou três meses em que aumenta significativamente o número de conflitos. Mas, em seguida, refluí. Tais mobilizações podem ser interpretadas de di-

versas maneiras, inclusive como uma explosão de tensões sociais reprimidas. Os dados do Observatório, contudo, permitem uma visão mais panorâmica da dinâmica regular da cidade. Uma dinâmica é marcada, segundo Breno Camara, por conflitos com corte social e espacial. A questão da moradia, por exemplo, aparece em regiões mais valorizadas, pautada por litígios contra construtoras em função de especulação imobiliária ou término de obras. São atos, em geral, organizados segundo representações de moradores. Os movimentos de sem-teto, por outro lado, concentram-se em áreas como a do Centro da Cidade.

Diferenças sociais

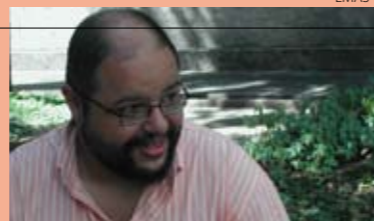
Os dados do Observatório mostram que nos últimos quinze anos foi praticamente nula a variação quantitativa e qualitativa dos conflitos. Além disso, o tema da violência sempre imperou nas estatísticas com um percentual quase uniforme de 36% das manifestações. Em segundo e terceiro lugar, com médias bem inferiores, na casa dos 18% e 17%, aparecem as áreas de transporte, educação e saúde. "Observamos que desde 1993 até hoje, por mais que tenha havido mudanças na orientação da política de segurança dos governos que se sucederam, não houve a menor variação no número ou na espacialização dos conflitos, no caso do item violência. Isso nos causou surpresa",

registra Camara. Ele diz que o tema segurança pública é dos que deixam mais evidente as diferenças sóciogeográficas da cidade. Enquanto nas regiões mais ricas os atos contra a violência se dirigem na maioria das vezes a situações de latrocínios, nas áreas mais pobres a situação é diferente. Nessas áreas, segundo ele, em especial nas favelas, majoritariamente os atos dizem respeito à conduta policial (a polícia aparece como 80% dos agentes reclamados), às invasões domiciliares, ao Caveirão e às decorrentes mortes de pessoas que, segundo moradores, não possuem qualquer envolvimento no conflito entre o tráfico e a polícia. A for-

mente na via expressa mais próxima da favela. Em geral, os quebra-quebras com paus e pedras, ataques a ônibus, e pneus incendiados são os meios de explosão da indignação." Em contrapartida, as mobilizações "do asfalto" demonstram muito mais planejamento. Além de mais raras, são mais bem articuladas, comumente convocadas por grandes mídias, alcançando com maior facilidade uma opinião pública solidária. "Em geral,

acontecem na orla ou no Centro da cidade e contam com a participação de artistas. São conflitos quase sempre relacionados a latrocínio, que conseguem envolver ONGs, parlamentares municipais, estaduais, federais. Sem dúvida, recebem muito mais apoio do que as movidas na favela", avalia. ♡

VERSUS
na internet
Texto e áudio desta entrevista
www.versus.ufrj.br



BRENO CAMARA.
Coordenador do projeto

Um projeto inédito

O projeto começou com um estudo encomendado pela Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em cima de coberturas jornalísticas e ganhou uma plataforma mais ampla com a experiência do professor Henri Acselrad, um dos atuais coordenadores do Observatório, na criação do Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro. O resultado da parceria entre as instituições foi a criação do primeiro portal eletrônico sobre conflito urbano referenciado geograficamente no mundo. Um modelo de pesquisa pioneiro que já recebeu mais de 7 mil acessos internacionais, com destaque para os visitantes de países como Finlândia ou África, em menos de dois anos no ar. E que se difunde rapidamente através da Rede Latino-Americana de Observatórios de Conflitos Urbanos e dos congressos internacionais sobre o tema. A expectativa do Observatório é exportar a plataforma de pesquisa e expandir nos próximos anos os estudos comparados com outros países sul-americanos. "Há uma perspectiva de proliferação comparativa disso muito grande."

O brasileiro Celso

Celso Furtado publicou 36 livros, alguns dos quais incluídos no índice das obras seminais do pensamento econômico voltado para o debate sobre a dependência e desenvolvimento. Autor prolífero, esse paraibano tinha uma frustração literária: não ter escrito ficção. Furtado também se encantava com o carnaval. Revelações como essas podem ser vistas no filme *O longo amanhecer*, documentário do intelectual de trajetória marcante na vida brasileira. O diretor José Mariani registrou a última entrevista de Celso Furtado antes de sua morte, em 2004. O filme de Mariani, que ficou em cartaz apenas uma semana no circuito comercial, acaba de ser lançado em DVD.

Mariani tomou emprestado o título de uma das últimas obras do economista para batizar o seu filme. Em enxutos 73 minutos ele leva para a tela um pouco das reflexões sobre seu tema chave: o diagnóstico sob a submissão imposta aos países periféricos pelos centros de decisão do capitalismo e as propostas para um caminho autônomo e independente. Traz ainda episódios marcantes da vida e obra de Celso Furtado

Mariani mescla ao relato de fatos e ao depoimento de Celso os testemunhos de intelectuais como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João

Manuel Cardoso de Mello, Antônio Barros de Castro, Hélio Jaguaribe sobre a trajetória acadêmica, profissional e militante de Furtado. O filme de Mariani foi premiado no festival *É Tudo Verdade* de 2007.

O lançamento do DVD foi na sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mariani disse que a experiência mais marcante do trabalho foi a gravação da entrevista com Celso Furtado.

"Ele tinha um carisma impressionante. No dia da gravação, entrou e deu um vigoroso boa-tarde, que emocionou toda a equipe. Senti a força daquele depoimento de quase quatro horas carregadas de emoção." Mariani chega a definir o episódio como transcendente. "Só depois de quatro meses, quando já estava no processo de edição e veio a notícia

CELSO FURTADO. Um dos pensadores fundamentais para se entender o Brasil e a América Latina

de que o professor tinha falecido, percebi aquilo de uma maneira diferente, como uma reflexão de ponto de chegada", resume.

Um outro olhar

Bacharel em direito, mas apaixonado pelo debate macroeconômico, sobretudo no que dizia respeito ao Brasil e América Latina,



Furtado construiu um currículo atípico e invejável dentro e fora da academia. Embora não tenha chegado a ministrar aulas em universidade pública brasileira, consagrou-se como “mestre” lecionando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nas Universidades de Yale e de Paris e palestrando pelo mundo em missões das Nações Unidas. Suas publicações (36 títulos, traduzidos em mais de uma dezena de línguas, entre as quais se inclui o chinês, romeno e até o farsi do Irã) alimentam ementas e servem como referências quase obrigatórias para qualquer cadeira de economia.


Rosa Freire, viúva de Furtado e presidente cultural do Centro Internacional de Políticas para

o Desenvolvimento que leva o nome de seu marido, conta que duas teses atuais confirmam a



CELSO EM 2004. Pouco antes de sua morte, no Rio

teoria do ex-primeiro ministro francês, Raymond Barre, de que

a contribuição teórica de Celso Furtado na Sorbonne durante o exílio modificou o ensino do desenvolvimento na Europa. Até então, o estudo do desenvolvimento do Terceiro Mundo era dado pelos chamados na França coloniais (professores que tinham trabalhando pelo país em ex-colônias), que tinham uma visão centrada na África, onde a industrialização era muito reduzida. Quando Celso chegou, mostrou que era possível haver desenvolvimento econômico em país de Terceiro Mundo. 

VERSUS
na internet **Texto e trailer do documentário**
www.versus.ufrj.br

O mais jovem da Cepal

Aos 29 anos Celso Furtado mudou-se para Santiago do Chile para se tornar o mais jovem membro da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Convocado por Raúl Prebisch, dirigiu entre 1949 e 1957 a Divisão de Desenvolvimento, participando intensamente dos debates sobre os aspectos teóricos e históricos do paradigma latino-americano de desenvolvimento. A experiência adquirida na Cepal e a leitura da economia internacional a partir das relações entre as potências centrais industrializadas e os países periféricos, predominantemente agrí-

colas, orientou seus trabalhos acadêmicos tanto quanto seus movimentos políticos.

Definido por Maria da Conceição Tavares como um intelectual radical e um articulador cuidadoso, Furtado imprimiu sua marca na política nacional engajando-se na luta pela superação do subdesenvolvimento. Com apoio do governo de Juscelino Kubitschek, presidiu o Grupo Misto Cepal-BNDES e participou da elaboração do Plano de Metas e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na década seguinte é nomeado Ministro do Planejamento pelo presidente João Goulart e formula o chamado Plano Trienal.

Afastado do país pelo golpe civil-

militar desde 1964, voltou à cena política nacional filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1981, tendo sido chamado a participar da Comissão do Plano de Ação do governo Tancredo Neves pouco depois, em 1985. No ano seguinte, foi nomeado Ministro da Cultura pelo então presidente José Sarney, cargo que exerceu por dois anos.

Nos anos de 1990, foi imortalizado pela Academia Brasileira de Letras (1997) e quatro anos depois recebeu indicação ao Prêmio Nobel de Economia (2003). Um ano mais tarde, concedeu seu último grande depoimento ao diretor José Mariani, falecendo devido a complicações cardíacas, em sua residência, poucos meses depois.

Livros

O rei não está morto

Carlos Medeiros, Franklin Serrano e José Luis Fiori*, professores do Instituto de Economia da UFRJ, lançaram no início de dezembro *O Mito do Colapso do Poder Americano* pela Editora Record. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI” de Fiori, “A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000” de Franklin Serrano e “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China” de Medeiros, são os três artigos que compõem o conteúdo da publicação. Os autores propõem uma leitura alternativa e realista das transformações mundiais do início do século XXI promovidas em grande medida, de acordo com a apresentação da obra, pela expansão do próprio poder político e econômico americano.

No seu artigo, o professor **José Luis Fiori** critica a teoria dos ciclos hegemônicos e logo em um dos primeiros parágrafos do texto e afirma que leituras conjunturais aparentemente próximas podem apontar em direções distintas.

Franklin Serrano analisa a relação entre o dólar flexível e a expansão mundial na primeira dé-

* Carlos Medeiros, Franklin Serrano e José Luis Fiori são professores do Núcleo de Estudos Internacionais do Instituto de Economia da UFRJ e fazem parte do corpo docente que inaugurará, em 2009, o curso de pós-graduação em Economia Política Internacional da mesma instituição



UMA OUTRA ABORDAGEM. Livro de Fiori, Serrano e Medeiros foi lançado em 5 de dezembro na UFRJ

cada do XXI e contesta a leitura de que o padrão está em crise. Na sua avaliação, o problema estrutural da economia norte americana é ritmo relativamente baixo do crescimento sustentado por demanda agregada, agravado pela desregulamentação financeira e crescente desigualdade de distribuição de renda.

Carlos Medeiros dedica-se a uma análise comparativa das estratégias de reformas de Gorbachev e Den Xiaoping e o papel decisivo dos Estados Unidos para o desfecho histórico do fortalecimento chinês e desagregação soviética para, em seguida, discutir a emergência dos dois países no cenário internacional.



por Beatriz Resende

Nove Noites, de Bernardo de Carvalho

“Indicaria como uma boa opção de leitura um romance de um dos mais importantes escritores brasileiros contemporâneos, Bernardo Carvalho. Nascido no Rio de Janeiro, em 1960, e radicado em São Paulo, autor de um livro de contos e oito romances, Bernardo Carvalho revela-se um ficcionista de grande força e originalidade com *Nove Noites*, de 2002. Rompendo os limites entre realidade e ficção, a narrativa conta história de um jovem antropólogo americano, Buell Quain, que se suicidou na Amazônia brasileira, em 1939, quando vivia entre os índios Krahô. O narrador do romance parte para o interior do Brasil para tentar decifrar as razões misteriosas desta morte. A partir de relato feito por Buell a um sertanejo em suas nove últimas noites e de cartas descobertas e depoimentos contemporâneos, constrói-se a narrativa inventada de uma história que poderia ser real. O romance fala assim de como são intrigantes os mistérios da vida e da morte e de como o viver é tão perigoso quanto fascinante numa escrita belamente construída, marca deste escritor.”

* É doutora em Literatura Comparada pela UFRJ onde, atualmente, coordena o Fórum de Ciência e Cultura e leciona Teoria do Teatro.

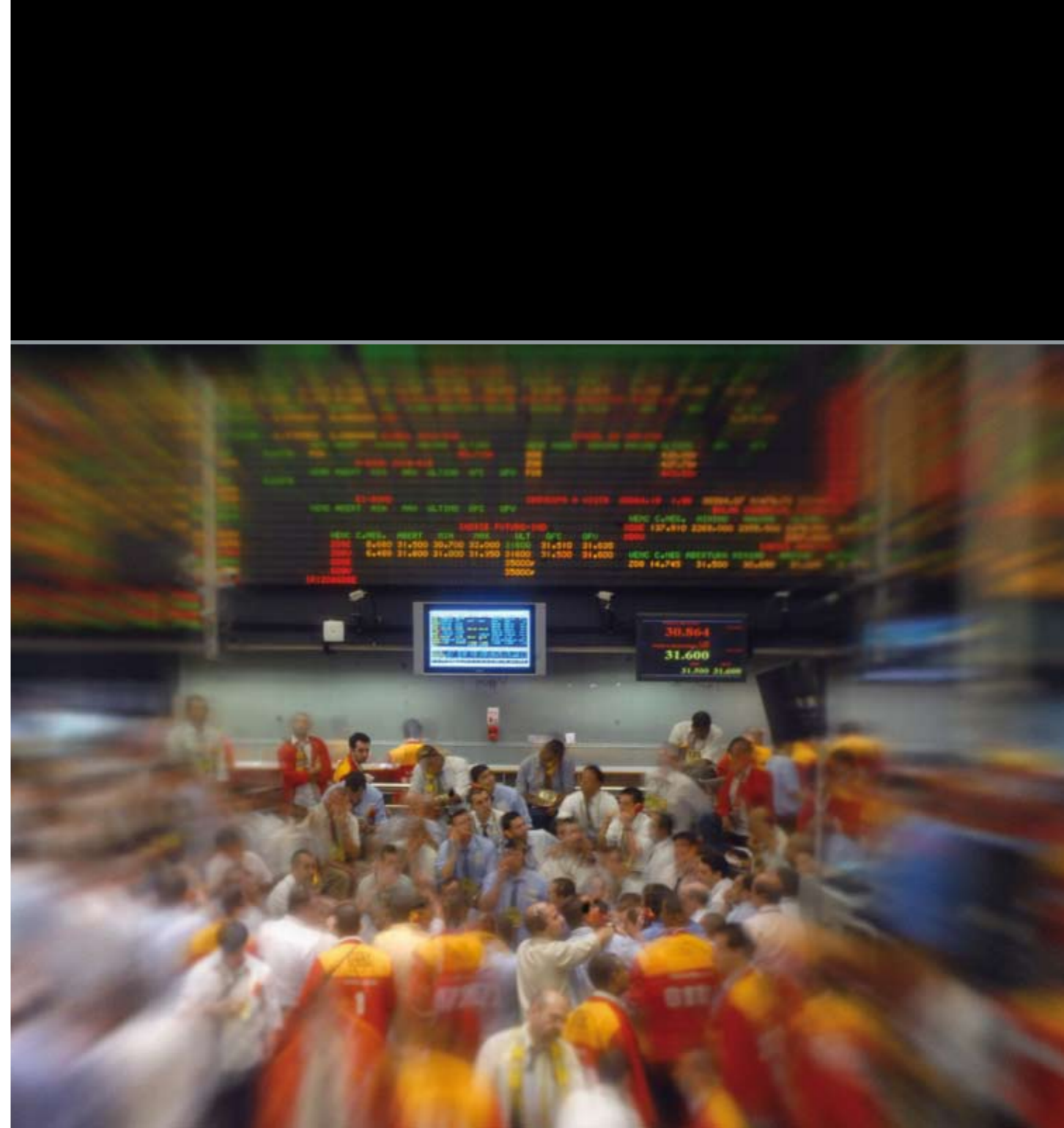


Marina Silva

Senadora e ex-ministra do Meio Ambiente

Há um certo alheamento da universidade em relação aos temas da atualidade. Na questão ambiental, por exemplo, a discussão sobre desenvolvimento sustentável é algo muito mais de um grupo, considerado alternativo dentro da universidade, quando deveria ser parte da estratégia da instituição. Além disso, como fala Edgar Morin, há ainda um olhar segundo o qual as comunidades tradicionais não produzem ciência, já que não se baseiam em postulados ocidentais denotativos de certo e errado, em suas leis, métodos e generalizações. Mas há um estudo que mostra, por exemplo, que a pesquisa aleatória na floresta precisa de cerca de dez mil amostras para identificar uma planta com potencial econômico enquanto aquela que utiliza conhecimento tradicional [não formal] precisa de cerca de mil. Para mim, a resistência que ainda existe ao diálogo de saberes tem a ver com uma incompreensão de como lidar com a diferença. Essa fusão não significa subordinar ciência, pesquisa ou laboratório à visão empírica de uma pessoa comum. Trata-se de integração. Os tempos dessas duas formas de saber são diferentes. Há uma aceleração na universidade, que, naturalmente se tornou fiel depositária de conhecimentos. Mas a universidade não pode ter a visão de que o processo de produção de saber nasceu nela e por ela e se acomodar. A universidade é muito mais um momento de síntese, que se desequilibra quando se acomoda, e logo se vê obrigada a buscar novas respostas. Esta é a minha opinião.”

www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/marinasi.htm



DIVULGAÇÃO Coppe/UFRJ



CCJE/UF RJ